



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

LEANDRO SANTOS COSTA

**MEMÓRIAS, IDENTIDADES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÕES
NEOLIBERAIS A PARTIR DE FOUCAULT: UMA RESISTÊNCIA CRÍTICA AO
PRESENTE**

Rio de Janeiro
2022

LEANDRO SANTOS COSTA

**MEMÓRIAS, IDENTIDADES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÕES
NEOLIBERAIS A PARTIR DE FOUCAULT: UMA RESISTÊNCIA CRÍTICA AO
PRESENTE**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Salztrager

Coordenadora: Prof. Dra. Maria Amália da S. A. de Oliveira

Rio de Janeiro
2022

**Ficha de identificação da obra elaborada pela autora através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO.**

C837 Costa, Leandro Santos
Memórias, identidades e processos de subjetivações
neoliberais a partir de Foucault: uma resistência
crítica ao presente / Leandro Santos Costa. -- Rio
de Janeiro, 2022.
133 p.

Orientador: Ricardo Salztrager.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2022.

1. Memória Crítica do Neoliberalismo. 2.
Resistência e Revolução. 3. Homo oeconomicus. 4.
Michel Foucault. 5. Educação.. I. Salztrager,
Ricardo, orient. II. Título.

LEANDRO SANTOS COSTA

**MEMÓRIAS, IDENTIDADES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÕES
NEOLIBERAIS A PARTIR DE FOUCAULT: UMA RESISTÊNCIA CRÍTICA AO
PRESENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Memória Social. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Memória Social.

Aprovado em: 08 de março de 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Salztrager (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Jane Santos da Silva (Membro Titular)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Valmir Pereira (Membro Titular)
Universidade Estadual da Paraíba

Profa. Dra. Johanna Gondar Hildenbrand (Membro Suplente)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Roberto Pereira Veras (Membro Suplente)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todos que acreditam que o Educador é aquele que faz a resistência e a revolução. Aqueles que atuam para mudar quadros, não para manter disciplinas ou reafirmar condutas de poder-saber. Dedico esse trabalho a todos que percebem na Filosofia fontes de rebeldias, de rupturas e de mudanças dos paradigmas atuais. Aqueles que não cristalizam saberes, que não impõe suas visões. Dedico aos professores que oportunizam os alunos a transgredirem e não ser mais um “encaixado” nesses processos disciplinares.

Dedico a alunos e alunas que, assim como eu, com um computador ruim, uma internet péssima, um auxílio emergencial que não supria por completo nossa necessidade básica, mas conseguimos por muito esforço próprio, cumprir com todos os prazos e atividades da faculdade. Mesmo sentindo na pele o peso de não termos todas as ferramentas “boas” ou dinheiro para custear uma faculdade pública. São por causa de professores com mentalidades assim, que as faculdades públicas estão cheios de pessoas com “condições financeiras” e vazias de alunos carentes, favelado como eu! Afinal, nós pobres somos produzidos para servir e manter a vida como empregados subalternos de exploradores ou fazermos diferente do pré-escrito.

Por isso dedico a todos, assim como eu, que começou a trabalhar aos 9 anos de idade em várias feiras periféricas. Que desde cedo sabe que esse será seu destino, como eu ouvia em casa através de familiares: “você é homem, estudar é coisa de vagabundo e de quem tem preguiça de trabalhar”. Eu ouvi isso com 13 anos de idade, no momento que pedi para não mais trabalhar e me dedicar aos estudos.

Assim, dedico a todos nós que temos que trabalhar desde sua infância e ver indo embora sem ter o privilégio de um momento de brincadeira. De poder pensar em ser “alguém”, com uma formação. Por isso, também dedico a todos que em meio à realidade social como essa, buscaram mudar seus quadros e se tornaram o primeiro a ir para uma Faculdade de suas famílias. Sim, sou o primeiro e me esforço para não ser o único numa família que a maioria não completou o ensino fundamental.

Assim, dedico a aqueles professores que ainda, infelizmente, carregam consigo e nas suas práticas pensamentos “aburguesados” tudo que a educação não pode ser: opressora, disciplinar, partes de jogos e interesses fortalecidos através de dispositivos. Ou aqueles que acreditam, ainda, que a sala de aula é lugar para se aplicar o conteúdo e nada além disso, os famosos professores conteudistas.

Dedico a mim, que consegui concluir a pós-graduação, mesmo sendo um favelado, nordestino, pobre e sem materiais adequados aos olhos da burguesia. Em um estado como o RJ, principalmente na comunidade em que fui criado, toda infância e adolescência me fez sentir vergonha de falar minha origem. Meu sotaque era chacota, motivo de ser zombado ou inferiorizado. Assim, não passava de um “paraíba”, apenas chamado de Leandro por familiares e amigos mais próximos.

Desta forma, dedico a todos os “paraíbas cabeças chatas”, que foram arrancados dos seus lugares de origens para sobreviver em terras desconhecidas e em situações não

tão favorecidas. Sim, os retirantes, dedico a esses “paus de arara” e foi assim que minha família chegou ao RJ a primeira vez. Em busca de sobreviver à base de trabalho, sol quente e muito suor.

Dedico a todos os anormais, rebeldes, indesejados, desencaixados, transgressores, anarquistas, resistentes, indisciplinados, loucos, a todos que resistem imersos às normas, disciplinas, controles, biopolíticas...

Dedico a todos que buscam fazer ciências em um país tão complexo, violento, opressor, colonialista, burguês e obscuro como o Brasil!

Por fim, como artesão, poeta, artista plástico e professor, informo-lhes que resistir é tirar do seu meio as possibilidades e isso, também, é fazer da vida uma obra de arte, é ser um artista da própria vida. Pois, o artista é aquele que produz com o que tem à sua volta. Que eu ia ser o pior bandido da Ilha, isso já me diziam, o que nunca previram é que eu poderia ser diferente!

Assim, dedico a todos os favelados como eu que contrariaram as estatísticas e não importa o que falem, já resistimos no ato de nascer e crescer em uma das cidades mais violentas do mundo, que é o Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Salztrager (UNIRIO) por toda acolhida nessa nossa caminhada na Pós-graduação, ensinamentos e orientações que vão além da relação disciplinar! Agradeço, ainda, por ter acreditado e confiado em minha pessoa. Um grande professor que faz seus alunos irem além, utilizando de forma genuína os saberes e ofertando aos alunos campos possíveis para refletirem suas existências. Um dos melhores professores que tive o privilégio de assistir aula.

Agradeço a Profa. Dra. Jane Santos da Silva (UNIRIO) por estar presente nesse momento e com toda riqueza da educação que trouxe para essa pesquisa!

Agradeço ao Prof. Dr. Valmir Pereira (UEPB) pelos debates, ensinamentos e estudos na graduação de filosofia que deram grandes bases para minha jornada (de vida e educacional)!

Agradeço ao Profa. Dra. Johanna Gondar Hildenbrand (UNIRIO), por fazer parte deste trabalho e ter aceitado participar desta banca na condição de suplente interna.

Agradeço ao Prof. Roberto Pereira Veras (IFAC), por fazer parte deste trabalho e ter aceitado participar desta banca na condição de suplente externa. Também, pela amizade que iniciou no ENEFIL de 2011.

Agradeço à minha esposa Bruna de Oliveira Almeida, pela excelente companhia, contribuições em vários aspectos, melhores debates e planos existenciais!

Aos meus familiares, em especial: Maria do Socorro Santos Costa, Tiago Santos Costa, Windson Silva dos Santos Filho, Thayane Fernandes dos Santos, Edjane Martins da Costa e Humberto Martins da Costa; *in memoriam*: Inácia Maria dos Santos (avó), José Tito de Souza (avó) e Antônia Ana da Conceição (avó).

A meus amigos, em especial: Bruno Crispim, Pablo Bezerra, João Guilherme, Gildo de Azevedo, Cristiano Carvalho, Aluizio Aciole e Claudiney de Melo Ribeiro.

A resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte.

- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. - São Carlos: Claraluz, 2005.

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; que contribui, no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da revolução, se ela vale a pena e qual (quero dizer qual revolução e qual pena). Que fique claro que os únicos que podem responder são os que aceitam arriscar a vida para fazê-la.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. -- Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, pp. 229-242.

COSTA, Leandro Santos. **Memórias, identidades e processos de subjetivações neoliberais a partir de Foucault: uma resistência crítica ao presente.** 2022. XX f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

A partir do início do século XX, o neoliberalismo surge e passa a ser propagado através de suas concepções de Estado mínimo e capital humano, fortalecidos por movimentos, obras e servindo como base de pensamento de diversas Escolas. Essa forma econômica foi atingindo diversos países e no Brasil é possível identificar seu fortalecimento de maneira mais incisiva com o Governo Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e outros sucessivos. Porém, essa pesquisa buscou observar a partir do Governo Temer (2016-2019), que cumpriu diversas agendas neoliberais no país, em destaque para a Reforma do Ensino Médio, que traz mudanças drásticas no ensino, no entanto, surgiu a partir de Medida Provisória e foi rapidamente transformada em Lei, sem consulta os educadores ou a sociedade. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi responder a seguinte questão: é possível pensar uma resistência a educação mercadológica neoliberal a partir de Foucault? Realizando uma filosofia da memória crítica do Neoliberalismo como uma resistência através desse pensador. Para responder ao objetivo desta pesquisa, foram utilizadas como base as obras de Foucault “História da Sexualidade 1: a vontade de saber” (1988), “Em defesa da sociedade” (1999), “Nascimento da Biopolítica” (2008b), “Segurança, Território e População” (2008), “Vigiar e Punir” (1987), outras obras e artigos científicos que versam sobre os temas propostos. Verificou-se que o educador pode ser resistente às conduções biopolíticas do neoliberalismo, que defendem o espaço escolar como uma forma de produzir capitais humanos com habilidades que apenas atendem às necessidades do mercado. Sendo assim, conclui-se que a educação e a escola são instrumentos que proporcionam experiências de relação do indivíduo consigo mesmo e com o outro e possibilita produções de práticas de liberdades dentro das disciplinas, seguindo os pensamentos de Foucault para buscar formas de resistências não fora do Neoliberalismo, mas dentro desse.

Palavras-chave: Memória Crítica do Neoliberalismo. Resistência e Revolução. *Homo oeconomicus*. Michel Foucault. Educação.

COSTA, Leandro Santos. **Memories, identities and processes of neoliberal subjectivation from Foucault: a critical resistance to the present.** 2022. 133 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

From the beginning of the 20th century, neoliberalism appears and starts to be propagated through its conceptions of minimal State and human capital, strengthened by movements, works and serving as a basis of thought of several Schools. This economic form reached several countries and in Brazil it is possible to identify its strengthening in a more incisive way with the Collor Government (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) and others that followed. However, this research sought to observe from the Temer Government (2016-2019), which fulfilled several neoliberal agendas in the country, especially the High School Reform, which brings drastic changes in teaching, however, it emerged from the Provisional Measure and was quickly enacted into law, without consulting educators or society. Thus, the objective of this research was to answer the following question: is it possible to think of a resistance to neoliberal market education from Foucault? Realizing a critical memory philosophy of Neoliberalism as a resistance through this thinker. To respond to the objective of this research, the works of Foucault "History of Sexuality 1: the will to know" (1988), "In defense of society" (1999), "Birth of Biopolitics" (2008b), "Birth of Biopolitics" (2008b) were used as a basis. Security, Territory and Population" (2008), "Discipline and Punish" (1987), other works and scientific articles that deal with the proposed themes. It was found that the educator can be resistant to the biopolitical conceptions of neoliberalism, which defend the school space as a way to produce human capital with skills that only meet the needs of the market. Thus, it is concluded that education and school are instruments that provide experiences of the individual's relationship with himself and with the other and enable the production of practices of freedom within the disciplines, following Foucault's thoughts to seek forms of resistance not outside of Neoliberalism, but within itself.

Keywords: Critical Memory of Neoliberalism. Resistance and Revolution. Homo oeconomicus. Michel Foucault. Education.

COSTA, Leandro Santos. **Mémoires, identités et processus des subjectivations néolibérales de Foucault**: une résistance critique au présent. 2022. 133 p. Dissertação (Mestrado em Memoria Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RÉSUMÉ

Dès le début du XXe siècle, le néolibéralisme apparaît et commence à se propager à travers ses conceptions d'État minimal et de capital humain, renforcées par des mouvements, des travaux et servant de base de pensée à plusieurs Écoles. Cette forme économique a atteint plusieurs pays et au Brésil, il est possible d'identifier son renforcement de manière plus incisive avec le gouvernement Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) et d'autres qui ont suivi. Cependant, cette recherche a cherché à observer depuis le gouvernement Temer (2016-2019), qui a réalisé plusieurs agendas néolibéraux dans le pays, en particulier la réforme du lycée, qui apporte des changements drastiques dans l'enseignement, cependant, il a émergé de la mesure provisoire et a été rapidement promulguée dans la loi, sans consulter les éducateurs ou la société. Ainsi, l'objectif de cette recherche était de répondre à la question suivante : est-il possible de penser une résistance à l'éducation marchande néolibérale de Foucault ? Réaliser une philosophie de la mémoire critique du néolibéralisme comme résistance à travers ce penseur. Pour répondre à l'objectif de cette recherche, les travaux de Foucault « Histoire de la sexualité 1 : la volonté de savoir » (1988), « Pour la défense de la société » (1999), « Naissance de la biopolitique » (2008b), « Naissance de Biopolitique" (2008b) ont servi de base. Sécurité, territoire et population" (2008), "Surveiller et punir" (1987), d'autres ouvrages et articles scientifiques qui traitent des thèmes proposés. Il a été constaté que l'éducateur peut être résistant aux conduites biopolitiques du néolibéralisme, qui défendent l'espace scolaire comme un moyen de produire du capital humain avec des compétences qui ne répondent qu'aux besoins du marché. Ainsi, il est conclu que l'éducation et l'école sont des instruments qui fournissent des expériences de la relation de l'individu avec lui-même et avec l'autre et permettent la production de pratiques de liberté au sein des disciplines, suivant les pensées de Foucault pour rechercher des formes de résistance non pas en dehors du néolibéralisme, mais au sein même de ce.

Mots-clés: Mémoire critique du néolibéralisme. Résistance et Révolution. Homo oeconomicus. Michel Foucault. Éducation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs	19
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Cervejas: A Ilusão da Escolha.....	62
Figura 02: Principais conglomerados educacionais brasileiros e grupos privados de capital aberto.....	63
Figura 03: Atos contra a reforma no ensino médio e os cortes na educação.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
2. O NEOLIBERALISMO COMO NOVA FORMA DE RACIONALIZAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE.....	35
2.1 O que é o Neoliberalismo?	35
2.1.1 Neoliberalismo: rápido aparatos teóricos	43
2.2 O Capital Humano.....	55
2.3 Pensar a concepção foucaultiana do neoliberalismo como produção de modos de subjetivações, memórias, poderes e saberes	57
3. A EDUCAÇÃO COMO UM ESPAÇO DE PRODUÇÃO DISCIPLINAR, DE PODER E SUBJETIVAÇÃO DO NEOLIBERALISMO	67
3.1 Pressuposto da Razão de Estado Neoliberal	67
3.2 A Educação Como Ferramenta de Reprodução Técnica do Sujeito Neoliberal..	91
4. REFLEXÕES ONTOLÓGICAS DA ATUALIDADE: UMA RESISTÊNCIA ATRAVÉS DE FOUCUALT.....	106
4.1 Reflexão da ontologia de nós mesmo ou da atualidade	106
4.2 O Educador como aquele que resiste a disciplina.....	117
CONSIDERAÇÃO FINAL	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

O tema debatido nessa pesquisa surgiu dos anseios já gerados nas práticas de sala de aula, lugar esse que, por mais de 10 anos, estive presente ensinando Filosofia. Esse pesquisador que vos fala iniciou em 2011, aos 19 anos de idade, como professor de Filosofia, dando aulas em Cursinhos Pré-vestibulares para alunos de baixa renda e moradores de favelas, como também em Escola pública periférica: no Ensino Médio Regular, Ensino de Jovens e Adultos, Ensino Técnico Magistério e Técnico de Eventos. Assim, se tornaram grandes experiências e com fortes retornos de compreensão da prática profissional, que contribuem com o aprofundamento desta dissertação. Por estar dentro desses espaços onde os alunos são, em sua maioria, de baixa renda, favoreceu na busca da compreensão de todas as mudanças que estão ocorrendo nas escolas brasileiras.

Principalmente em 2020, quando foi mantido o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelo ministro da educação da época, em pleno auge pandêmico, afetando principalmente os alunos de escolas públicas e mais carentes do país. Nesse mesmo ano, iniciei minhas aulas de Filosofia no Pré-Vest Solidário da UFRJ, para atender alunos de comunidades que precisavam se preparar e enfrentar o ENEM. Sendo esses alunos prejudicados com a manutenção da prova, relatado por muitos em aulas remotas. Poucos deram continuidade aos seus estudos, por diversos fatores, e isso favoreceu à uma evasão, pois muitos desistiram de realizar tal exame, visto que precisavam contribuir com a renda familiar, não tinham local adequado para estudar ou equipamentos para suprir os estudos de forma remota. Aqui não focaremos no ENEM, mas usamos nesse momento como exemplo de situações vividas nas práticas de nossa profissão nessa pandemia e crise social/política.

Assim, o trabalho foi uma das grandes razões para as mudanças educacionais – iniciada em 2016 –, preparar os jovens ao trabalho e para isso precisa, na concepção dos “reformadores” da educação, colocar disciplinas que tenham retorno do investimento dos “pagadores” de impostos. Concepção essa que busca classificar áreas do conhecimento como úteis e inúteis, visão

neoliberal e presente também nos discursos de professores tanto no Ensino Médio quanto em Faculdades ou Universidades Públicas/Privadas, que, seguindo uma mentalidade próxima a essa, consagra a Filosofia como abstrata e sem retorno social. Falas essas encontradas, também, em representantes públicos como o presidente Bolsonaro, ex-ministro da educação Weintraub e em autores neoliberais, como será destacado no corpo teórico desta pesquisa.

Ou seja, o currículo educacional que já era péssimo, positivista, colonizador, como alertava Foucault, se tornou pior: um retrato iluminista, disciplinador e de corpos dóceis. Desta maneira, o currículo foi reformado para ser tudo isso supracitado e voltado cada vez mais aos interesses mercadológicos. Por consequência, mantém a essência conteudista, disciplinar e vazia de sentidos, mas muda a face e amplia a carga horária. Os alunos mais desguarnecidos, isto é, das escolas públicas, terão um ensino frágil e voltado ao técnico profissional, por outro lado, as escolas particulares aderem a esse currículo, mas mantém a educação anterior, conteudista e muitas voltadas aos vestibulares/ENEM.

A venda que foi feita é de um Currículo Flexível, como um menu de restaurante, no qual os alunos escolherão as suas áreas de formação, adaptando seus estudos às suas necessidades sociais. Ou seja, podendo seguir por caminhos do empreendedorismo, tecnologias e até mesmo de humanidades ou em profissionalizantes. Porém, vale destacar, nessa reforma do "Novo Ensino Médio", se ocultam os rompimentos de uma educação pública para todos e deixa de lado melhorias reais para a educação pública brasileira.

Vale deixar registrado que, em 2016, quando começou essa Reforma decadente, através da Medida Provisória nº 746, muitas escolas e universidades foram ocupadas. Não sendo uma reforma abraçada por partes da sociedade, principalmente por ser uma imposição autoritária. Mas todas as manifestações populares e ocupações não foram suficientes em uma "democracia autoritária" no qual vivemos.

Afinal, o que os políticos fizeram quando não apoiaram sua reforma? Usaram de dispositivos já presentes na sociedade, ou melhor, numa linguagem foucaultiana, utilizam tecnologias de condução de condutas. Neste caso, usaram

de meios Judiciais para força a aplicabilidade de suas reformas. Assim, alguns momentos depois da Medida Provisória intragável, foi transformada em Lei, nesse caso, de nº 13.415/2017. Tais ações, conforme perceberemos através de Foucault e outros grandes pensadores, são o maior exemplo da judicialização da educação brasileira.

Assim, nos anos de 2019 e 2020, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e as secretarias estaduais criaram o que chamaram de "arquitetura curricular", que serviu de base para todas as escolas do Brasil mudarem seu ensino médio. As áreas de conhecimentos foram resumidas em: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Formação Técnica e Profissional (FTP); por fim, junção de Áreas de Conhecimentos e a FTP.

Conseqüentemente, entre os debates para essa reforma do ensino médio, estava em retirar várias áreas de conhecimento como Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes Plásticas e outras. O ensino médio se resumiu em três disciplinas principais: Matemática, Português e Inglês. Vale destacar, ironicamente falando, que essa reforma também "soluciona" a deficiência e déficit de professores, esmagando suas disciplinas e tornando a resolução em uma aporia. Ainda, esse ensino médio seguirá a lógica do mercado, suprimindo as ausências de profissionais com mão-de-obra "qualificada".

Porém, existe um lado 'velado' nessa reforma educacional a ser analisado criticamente, pois como destacado nessa pesquisa, o neoliberalismo, em sua 'governamentalidade', produz sujeitos tendo a educação como uma de suas ferramentas. Assim, o objetivo desta pesquisa é responder a seguinte questão: É possível pensar uma resistência à educação mercadológica neoliberal a partir de Foucault? Para responder essa questão, buscamos realizar uma Filosofia da memória crítica do Neoliberalismo como uma resistência através de M. Foucault.

Todavia, tendo a educação como uma gangorra, que de uma maneira pode ser uma fábrica produtiva de sujeitos desenvolvidos educacionalmente como 'mão de obra' neoliberal ou de legitimação de poderes em sujeitos docilizados. Porém, de outra maneira, a educação e a escola podem ser

percebidas como lugar que proporciona uma experiência de relação consigo mesmo, uma educação que possibilite produções de práticas de liberdades dentro das disciplinas. Ou seja, investigando a partir dos pensamentos de Foucault, para buscar formas de resistências não fora do Neoliberalismo, mas dentro do próprio Neoliberalismo.

Desta forma, por essas razões que esta pesquisa é antes de tudo um olhar para o mundo, para o agora, para a atualidade, mas de maneira interdisciplinar e transdisciplinar, tendo a Filosofia e a Memória Social como base para tal estudo. Para desenvolver essa pesquisa, foi preciso superar muitos pontos, incluindo preconceito de professores que erradamente levam a frente a concepção neoliberal de que a Filosofia é algo abstrato. Ao pensar assim, que a Filosofia é algo abstrato e quase não toca no real, tanto professores, quanto alunos e a população em geral que carregam consigo essas concepções, apenas demonstram falhas de compreensão do saber filosófico e seus múltiplos campos de estudos.

Afinal, muitas ciências colocadas como não abstratas e que vão à "realidade social" saíram de debates filosóficos, tornando-se independentes como no caso da Sociologia, Psicologia, Antropologia e outras áreas. Essa independência é decorrente das mudanças ocorridas na Modernidade, principalmente com o Iluminismo e mais ainda com o positivismo de A. Comte (1798-1857).

Assim, na nossa concepção, como será destacado no corpo teórico desta pesquisa, conceber a Filosofia como algo abstrato e sem retorno social é um positivismo genuinamente decadente e cientificista que, na atualidade, é a palavra chave de governos espúrios como o de Temer, Bolsonaro e todos os ditos "Neoliberais" que olham a Filosofia como um gasto de dinheiro e sem retorno social. Desta maneira, essa pesquisa vai aos escombros da educação brasileira, tecendo reflexões das mudanças no currículo educacional. Pois, se a educação é um grande lugar de mudanças sociais, é preciso questionarmos esses pensamentos: será que investigar o neoliberalismo, as mudanças do currículo com o novo ensino médio e possíveis resistências através de Foucault não atingem o social? Não contribuem com a sociedade? Professores que

pensam assim, mesmo sendo contrários aqueles governos, não estão alinhando seus pensamentos a eles ou seguindo os mesmos parâmetros?

Ainda, questionamos, por que Memória Social se o intuito é uma crítica à atualidade, não seria a memória algo do passado? A resposta não é tão simples, nesse caso, pois mesmo com toda tradição de debates filosóficos acerca da memória e, também, do próprio campo de Memória Social inaugurada por Maurice Halbwachs (1877-1945), ela vem ganhando cada vez mais novas roupagens e percursos de pesquisas (2013).

Desta maneira, a memória, quando ato na nossa imaginação, não está em passado fixo, ela também é produzida no presente, no agora e se relaciona com futuro. De uma maneira foucaultiana, esse dispositivo, isto é, a memória, é a base para nossas subjetivações, nela existem diversos aspectos acadêmicos e não acadêmicos, morais, normatizações e coerção de condutas. Visto que, na busca de compreender, por exemplo, nossa atualidade, precisamos de ter essa relação direta com nossa memória.

Conforme Foucault (2008), ao analisar o nosso agora, o que nos diferencia de outros momentos, nos coloca mais próximo do nosso próprio tempo e podemos capturar o que nos circunda. Agamben (2009), importante filósofo italiano, consolida essa concepção levando adiante essa reflexão foucaultiana da atualidade, destacando que compreender o presente é um meio de capturar o período que nos encontramos. Por isso a importância da Memória Social para essa pesquisa, pois também pensa o seu agora e rompe com velhos paradigmas de "estar" apenas no passado cristalizado. Assim, aqui parte do pressuposto que a memória também pode ser percebida através dos jogos de poderes, das malhas e redes que nos circundam.

Dessa maneira, a memória não é um barco ancorado, mas um Rio em movimento, isto é, um *Panta Rei* (do grego Πάντα ῥεῖ e em português: "Tudo flui"), do filósofo Heráclito (540-475). Ou seja, é algo que tem movimento, transição, passagem e não estático ou absoluto. Desta forma, a única certeza universal que temos é que tudo tem movimento, é passageiro e cheios de mudanças: *panta rei*. Essa ideia tem uma outra palavra bem conhecida na

Filosofia: Devir. Esse significa "tornar-se", concepção ontológica apresentada por aquele mestre grego, tratando das mudanças e transformações.

Assim, tanto Heráclito, quanto Hegel destacam a importância dos conflitos e oposições para o devir, lógico, cada um à sua maneira. Em conformidade com o filósofo Nietzsche (2009), por exemplo, levando a frente esse conceito, pensará o devir como aquilo que resulta das separações que são projetadas nas disputas e perante as diferenciações. Ainda, pensar a memória como um devir, à luz de Deleuze e Guattari (2011), é importante, pois para eles, o devir é aquilo que institui as nossas realidades, já que nossas realizações dependem das transformações e desejos.

Desta forma, a memória pode ser percebida, na linguagem foucaultiana, como parte de produções de poderes, onde por um lado mantem tradições, valores e culturas de movimentos sociais, por outro lado, que interessa mais a nossa pesquisa, a memória pode ser percebida como dispositivo de mudanças (devir) sociais e de produções para o nosso próprio presente. Por isso, aqui se pensa o Neoliberalismo de maneira crítica, onde esse surge no século passado, tem várias mudanças, mas se encontra presente em vários tempos e em nossa sociedade desde sua origem.

Dessarte, sobre o neoliberalismo, devemos observar que teve seu início no século XX, sendo um acontecimento que perdura, ou seja, ainda está na nossa atualidade e cada vez mais destacado. Sobre isso, além de práticas governamentais, foi através de diversas produções publicadas de cunhos neoliberais, que em 1937 surge uma das obras mais importantes para esse sistema, "A Boa Sociedade", de Walter Lieppmann. Já em 1938, ocorreu outro movimento importante, "Colóquio Walter Lieppmann", com presença de Hayek e Mises, pensadores neoliberais.

Neste período, surgiu o "Comitê Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo", sendo o Estado minimalista a base de pensamento do Comitê e da Escola Austríaca. Quanto à Escola de Chicago, além desses pensamentos, se pautava e propagava as teorias de capitais humanos nos Estados Unidos. Por isso, é preciso saber que a nova razão neoliberal aplica uma minimização dos Estados e um rompimento com o bem-estar social

keynesiano, pelo aparelho estatal. Mas, praticam políticas sociais ao máximo – ironia nossa –, principalmente para socorrer e apoiar as corporações, isto é, instituições que alicerçam cada vez mais suas “agendas”.

Desta forma, nessa contradição, salvam-se os bancos, empresas e organizações que sejam partes destes programas de Estado “enxuto”, mas minimizam ou zeram as políticas públicas de educação, saúde, transporte, seguridade e outros pontos significantes. Quando ocorre a crise socialista e comunista, foram também usados como bases de argumentos anti-Estados intervencionistas e as práticas de economias planificadas por vários países, que acabavam empacando a economia neoliberal.

Porém, seu fortalecimento se deu com o Consenso de Washington, em 1989, tendo como suporte às deliberações do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Tesouro Norte Americano. No Brasil é possível perceber essa influência desde o século passado, porém, pretende-se limitar aos últimos seis anos (2016-2022), apesar de não ser unânime a esses momentos, viu-se surgir neste país um movimento forte de políticas e concepções Neoliberais. Apresentado-se como aquilo que pode levar ao progresso e as resoluções de um Estado interventor, com impostos caros e serviços precários.

Assim, são grandes as justificativas para esse "endireitamento" neoliberal brasileiro, pois os últimos governos presidenciais eram “opostos” ao movimento de “direita”, isto é, eram alinhados à esquerda. Essa pesquisa foca seus estudos a partir do governo Temer (2016-2019), pois foi responsável de colocar em práticas agendas neoliberais no país de forma mais enfática. Assim, começaram suas reformas em várias áreas e setores brasileiros, sendo eles, entre outros: a Reforma Trabalhista e a Reforma do Ensino Médio. O governo que sucedeu aquele foi o de Bolsonaro (2019-2023), que também carregou essas plataformas governamental e outras com agendas baseadas no neoliberalismo.

Desta forma, além de se tornar palavras-chave, trazem uma figura que "representaria" para eles a solução, o Ministro da Economia Paulo Guedes (2022-2023). Ministro esse que é formado e representa os preceitos da Escola de Chicago, também participou da imposição neoliberalista na ditadura sanguinária de Pinochet (1973-1990). Na verdade, conforme destacaremos na

primeira parte desta pesquisa, isso são novos dispositivos, isto é, mecanismos institucionalizados, administrativos, físicos e estrutura de saber/poder que alicerçam e realizam manutenções das coerções de condutas, dos modos de subjetivações e jogos de poderes no interior da sociedade.

Assim, tornando a educação uma das áreas importantes para as implementações neoliberais, pois, desde o século passado, as escolas são seus “alvos”. Trazendo Foucault (2008b) para nossa discussão, essas instituições são locais que produzem certos tipos de sujeitos. Isto é, à luz do neoliberalismo, podemos perceber que a instituição escolar, além de disciplinar, é um espaço para produzir capitais humanos que mantém essa estrutura econômica e tem como alicerce a ‘livre concorrência’ universalizada.

Assim, vale questionar, a reforma da educação não seria um intuito claro de atender as demandas mercadológicas através de mãos de obras baratas e especializadas? Em um tom foucaultiano, podemos afirmar que são conduções biopolíticas que buscam atender os interesses de capitais financeiros internacionais, seguindo orientações e se orientando pelas lógicas econômicas neoliberais. Adaptando, assim, o currículo do Ensino Médio para que as escolas se tornem produtoras de sujeitos necessários aos novos paradigmas: o *homo oeconomicus* ou o empreendedor de si.

Para isso, destacamos que o universo contemporâneo foi produzindo modos de subjetivações para serem espectadores passivos, como se percebe, analisando essa nova razão de Estado neoliberal. Foucault (2008a), quando apresenta a “ontologia do presente”, destaca algumas pistas sobre esses pontos. Ele – em seus momentos tardios –, analisou o opúsculo kantiano, “*Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo?* (1784), em seu texto *O que é o Iluminismo?*” (1984). Aqui foi desenvolvido um termo cunhado por Foucault (2008) como a “ontologia do presente” (ou ‘ontologia de nós mesmos’, ‘da atualidade ou do agora’...), como pensamento dos processos que atravessam e sequestram a vida na contemporaneidade.

O que apresentamos a partir de nossas reflexões sobre a “ontologia do presente” é mostrar – entre outros – que não existe essência, essa definição clássica moderna não cabe mais na atualidade. As pessoas são conjuntos de

práticas, de experiências – no sentido histórico –. Se são esses conjuntos de práticas, então, elas mudam, são voláteis e solúveis (FOUCAULT, 1984). Desta maneira, as práticas são o contorno daquilo que em determinado momento é responsável pelos atos conscientes dos pensamentos (FOUCAULT, 2010).

Desta maneira, para autores como Deleuze (1986, p. 67), esse pensamento desempenhado por Foucault “constitui uma espécie de neokantismo próprio” deste pensador. No entanto, há diferenças essenciais face a Kant: “as condições são as da experiência real e não as de toda a experiência possível, [...] estão do lado do “objeto”, do lado da formação histórica e não do sujeito universal (o próprio a priori é histórico)” (DELEUZE, 1986, p. 67).

Por consequência, isto diversificou a noção contemporânea de sujeito, aumentando o leque de definição dos sujeitos e suas práticas. São por essas razões expostas que Foucault (2008b) defende que o homem do humanismo (ligado à Filosofia de Kant) desaparece na atualidade. Porque os sujeitos agora são conjuntos de experiências e discursos, conhecimentos e saberes definindo novos tipos de sujeitos.

Por isso, para nós é importante persistir nesse debate em questão, analisar as coisas, os objetos, os saberes pelos vieses das práticas discursivas, do modo como se organiza e se constituem as matrizes normativas destes saberes. Não pretendemos buscar e pensar apenas o poder e o lugar da instituição, mas examinar também como determinados sujeitos se conduzem, a *sui generis*, a partir do *modus operandi* do neoliberalismo nesses processos históricos atuais.

A partir de Foucault (2008c), partimos das reflexões da Modernidade e do Iluminismo, percebendo que o sujeito é uma criação moderna e “se molda” na concepção de progresso, em que o novo se torna melhor que o antigo e o conceito de indivíduo ganha um “altar”. Ou melhor, uma subjetividade, que será seu lugar de verdades, origens de valores, de certezas, apropriações de ideias e outros.

Assim, para nós, para compreender essa construção da subjetividade, é necessário perceber como a globalização também ‘abre os mundos culturais’, fazendo surgir novos paradigmas sociais, como também a derrocada de valores

tidos como tradicionais. Paralelamente a isso, faz surgir novos universos, como cultura (pelos conflitos, criações) e resistência a projetos como o próprio neoliberalismo. Pois, conforme demonstraremos na última parte desta dissertação, onde houver poder haverá resistência.

Partimos da Filosofia de Foucault (2008b) para poder compreender a racionalidade neoliberal enquanto produtora de subjetivações, que na atualidade, caracterizam-se pelos novos ‘empresários de si mesmos’. Observamos que esse *homo oeconomicus* (capital humano) não passa de produções do neoliberalismo e subjetividades das biopolíticas. Para nós, o novo sujeito produzido pelo neoliberalismo é o *homo oeconomicus*, um conceito de mentalidade empresarial que se volta para a própria vida humana, num exercício de incorporação, onde cada um se torna uma empresa, age e pensa como tal.

Desta forma, podemos antecipar em dizer que as razões políticas neoliberais vão além das críticas ao ‘bem-estar social’, assistencialismo, privatizações dos serviços sociais e da defesa de política de austeridade focada em ajuste estrutural. Em nossa pesquisa, a racionalidade neoliberalista vai além dos limites mais velados da vida e dos seus fenômenos sociais, definindo por procedimentos econômicos racionalizados por via de cálculos interesseiros, utilitaristas e etc. Para tal, essa racionalização está em várias áreas e campos, principalmente na educação, previsto desde o Consenso de Washington (1989) e em outros materiais publicados por neoliberais (antes e depois de tal consenso) (FOUCAULT, 2008b).

Visto que o neoliberal promove, a partir de sua governamentalidade, nos interiores dos seus modos de pensar políticos e econômicos, “processos de subjetivações que se voltam para as pessoas, convertidas em máquina-competências (baseado numa vida de empreendedorismo)” (FOUCAULT, 2008c, p. 331). Assim, desdobra o padrão da economia, a forma de ofertas e procuras, “o modelo investimento-custo-lucro, para dele fazer um modelo das relações sociais” e, continua Foucault (2008c, p. 331), “um modelo da existência, uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com o futuro, com o grupo, com a família”.

Desta maneira, podemos refletir que os governos atuais – de muitos países – seguem racionalidades neoliberalistas, governam para os mercados, utilizando a linguagem de Hardt e Negri (2001), os Estados são ferramentas do Império e esse não é repressor, mas sim produtor. Isto é, não se trata mais do imperialismo demarcado, perceptível como o napoleônico ou português colonialista, por exemplo. O que aqueles pensadores vêm a chamar de Império, funciona como uma malha de poder – descentralizado – e está levando a crise a ideia de Estado-nação. Apesar que, no Brasil, vivemos um Estado colonizado, diferente dos Estados-nação europeus, aqui é mais fruto da colonização europeia do que um Estado-nação. Podemos afirmar, com isso, que o Brasil vive um estado de mal-estar social que foi aprofundado pelo Neoliberalismo.

À vista disso, o Império busca produzir condutas a partir de dispositivos e os sujeitos vão sendo inseridos nesse modelo de governamentalidade neoliberal. Sendo assim, é possível perceber que as determinações comportamentais dos sujeitos individualmente e as populações independem das atuações governamentais administrativas de Estados. Visto que “o mercado da ‘livre concorrência’ já faz isso agilmente, descentralizado e eficaz nas produções de subjetividades” (FOUCAULT, 2008b, p. 333).

Desta forma, destacamos que as reconfigurações dessas subjetividades, no modelo de um hábito mercadológico, se tornam os modos de ser – as condutas –. Onde os sujeitos se tornam conjuntos dessas capacidades e aptidões, adquirindo “valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista” (FOUCAULT, 2008b, p. 334). Assim, a partir deste filósofo francês, percebemos o sujeito como uma variedade de agenciamento e produção de capital, jogando com sua vida e os perigos típicos desse procedimento de produções de ‘si mesmo’.

Por isso, os governos já não querem interferir nesses ‘Eus’ possíveis ou buscar limites teóricos, horizontes das gestões territoriais. Pois, cada vez mais, os Estados se tornam mais sólidos e permanentes, isto é, buscam caminhos que diminuam quem ou o que possa deteriorá-los. Assim, pensamos a governamentalidade, por definição, como estratégias práticas dos Estados para suas manutenções (FOUCAULT, 2008c). Essas mudanças foram importantes

para o neoliberalismo, pois perceberam que precisam de partes do Estado, principalmente para o exercício de poderes. No entanto, a governamentalidade não é exclusividade do neoliberalismo, é uma prática de Estados, seu exercício de poder conforma as sociedades de 'acordo a' e para quem os 'detém' (FOUCAULT, 2008b).

Por consequência disso, conforme Deleuze (1992), por exemplo, podemos perceber que a manutenção dessa maneira de ser organizado pelas máquinas sociais (máquina agregária e não nômade), faz com que os sujeitos não vivam as próprias experiências. Em *Conversações* (1992, p. 29), obra importante, ele afirma que se não montarem uma máquina revolucionária, “capaz de se fazer cargo do desejo e do fenômeno de desejo, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando, mesmo por dentro, as máquinas revolucionárias”.

São por essas e outras que o neoliberalismo, desde o século passado, tem as Escolas e também as Universidades como alvos para seus fins, assim, conforme Foucault (2008b), são locais que também produzem certos tipos de subjetivações. À luz do neoliberalismo, a instituição escolar, além de disciplinar, é um espaço para produzir capitais humanos que mantêm essa estrutura e tem como alicerce a 'livre concorrência' universalizada.

Porém, é importante percebermos que a educação não pode ser vista como o único espaço de processo de produções de subjetividades, pois a importância da escola ocorreu com o Iluminismo, principalmente para a educação da burguesia da época – século XVII e XVIII –. Ainda, partimos do pressuposto que os sujeitos não são completos, mas estão em um 'eterno' e constantemente 'fazer-se'. Vale informar, para nossa pesquisa, que as relações de poderes e saberes são importantes, pois são introduzidas nesses jogos e que buscam assujeitar as pessoas através de discursos. Por isso, é importante ter esses debates, pois os discursos acabam impedindo que as pessoas se subjetivem, se tornem autônomas a partir de práticas de liberdades.

Desta forma, ao desenvolvermos estudos sobre essa educação neoliberal mercadológica e tecnicista, encontramos bases para compreender o próprio neoliberalismo. Percebendo como formas de razão política, cheios de

metodologias para modificar as pessoas e disciplinar aos seus moldes. Assim, não pensamos que o neoliberalismo é apenas um sistema econômico monetário e de política de Estado mínimo para um 'livre mercado'. Por isso, é importante realizar essas reflexões, visto que a transição para o capitalismo Neoliberal faz com que a Escola, na atualidade, deva ser percebida como aquilo que forma mão de obra possíveis e requeridas, para poder manter um desempenho capital estatal e todas as macro/micro estruturas neoliberais.

O Brasil, por exemplo, vem passando por reformas que têm como objetivo essa governamentalidade neoliberal, principalmente na educação, por isso, indagamos: estaria se reestruturando para ser um formador do Mercado? A reforma na educação, com o Novo Ensino Médio, que se inicia em 2016, pelo Governo Temer (2016-2019) e levado a diante pelo governo Bolsonaro (2019-2023), contempla as necessidades das economias políticas e dos mercados? Isto é, essas são mudanças pautadas na governamentalidade neoliberal? Transformando a educação de um ensino autônomo, livre e crítico, para um tecnicismo mercadológico e competitivo. Carente de ciências humanas e sociais, visto que áreas como Filosofia se tornam inúteis e desperdício de investimento.

Retirar Filosofia do currículo, por exemplo, limitará as pessoas em um panorama de suas existências. No entanto, é preciso pensar também qual Filosofia pode ser inserida nesse Currículo, a nossa análise sobre isso é nem retirar, nem funcionalizar a Filosofia como instrumento de limite do conhecimento. Partimos do pressuposto que a Filosofia, enquanto base de saber, possibilita olhar os conhecimentos como algo mais aprofundado do que apenas uma formação "tecnificada" e mercadológica. Pois um dos exercícios básicos da Filosofia é pensar os saberes e as práticas, estimular o questionar das coisas, das tradições e dos próprios pensamentos.

Assim, na nossa concepção, a educação à luz do neoliberalismo pode ser delimitada em três pontos: a educação se adequa às necessidades do mercado, tais como, pesquisa universitárias, áreas de formação e alunos qualificados enquanto mão de obra mercadológico; a escola é organizada pelo Império, os dominantes, tornando-se dispositivos da governamentalidade neoliberal; e, por fim, a escola se transforma espaço para a produzir sujeito

neoliberal e conceitos de mercado (HARDT; NEGRI, 2001).

Essas ofensivas neoliberais mostram como o governo deixa de ser um Estado-Nação voltado aos cidadãos, como dito por Hardt e Negri (2001), e se torna apenas uma agência regulamentadora terceirizada do neoliberalismo. Ainda, é importante ressalvamos quando colocam de forma presunçosa uma divisão entre teorias e práticas, onde uma tem mais propriedade que outra – supostamente –. Destacamos que não são apenas conteúdos direcionados e técnicos que formarão um sujeito autônomo e com consciência crítica, isso só se torna possível quando o mesmo sujeito em sua liberdade individual o faz. Quando ele se apropria dos saberes disponíveis (produzidos por outros em diversas áreas) e podendo aplicar em seu meio social, faz surgir um ser crítico de seus meios.

Por isso, essa nova razão de Estado modifica várias áreas, a educação direcionada por ela, se posiciona contrário aos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, que estavam em vigor desde 1997, os PCNs dão as diretrizes bases dos componentes curriculares brasileiros. Os PCNs destacam que o ensino no país preza pela formação de “[...] cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem” (BRASIL, 1997, p. 27). Cada currículo vai sendo impresso sobre produções de dispositivos e conduções coercitivas escolares, como nas mudanças curriculares ocorridas através da Lei nº 13.415 de 2017 pelo governo Temer (2016-2019).

A Base Nacional Comum Curricular, BNCC, em 2017, inseriu em seus Temas Contemporâneos Transversais a Educação Financeira, essa mudança implica inserir esse tema como parte pedagógica da educação ofertada nas escolas (do ensino Infantil ao Fundamental). É importante destacar que a Educação Financeira foca as práticas dos sujeitos na escola, se tornando planejamentos racionalizados das próprias existências (como famílias, vidas e decisões) (BRASIL, 2018).

Assim, precisamos desenvolver pensamentos contundentes à instituição escolar (entre outras instituições), percebendo-a como uma unidade disciplinar e de sequestro. Porém, ao levar essas críticas duras, não é possível pensar em

uma educação como prática de liberdade. Visto que essa educação parte do pressuposto do sujeito que é produzido aos modos externos ou em conformidade a condutas preestabelecidas. Por isso, na nossa concepção, essa educação “externizada” não parte do pressuposto formativo subjetivo, mas de um eterno dever e fazer, formar e disciplinar à necessidade dominante político-histórico-social.

Diante disto, podemos definir que o Neoliberalismo atua não apenas como um método econômico, mas enquanto rede de pensamentos que buscam agenciamentos e produções de subjetividades a partir de uma economia política. Desta forma, para compreendermos os conflitos atuais, não se pode deixar de lado os “ontens” que foram sucedidos e muitas vezes mantidos ou aperfeiçoados. Nesse sentido, a contemporaneidade guarda e carrega muito desse ontem em vários processos seus. Sociedades forjadas a ferro e fogo, nas crises e nas buscas por meios de reproduzirem possíveis mundos idealizados, muitas vezes alimentadas por políticas, religiosidades e outros sucedâneos quaisquer.

Assim, Foucault se destacou, entre outras razões, por buscar compreender seu presente, o que estava ocorrendo no seu agora e o que estava permeando, circulando. Este autor ficou, em muitos manuais de filosofia, centralizado pelas relações de poderes e saberes, dando ênfase à sociedade disciplinar debatida por ele. No entanto, é preciso ir aos processos históricos para compreender as investigações foucaultianas que esbarram no neoliberalismo, principalmente depois do séc. XV, onde alguns pensadores se aceleravam para romper com estruturas dominantes (DELEUZE, 2005).

Por conseguinte, Foucault (2008c) assevera que não foi apenas o Iluminismo e os pensamentos da época que deram as bases de compreensão da modernidade. A partir daquele autor, pode-se compreender que essa se fundamenta, não somente a nível dos saberes, mas dos conflitos, dos choques nas cidades modernas, “[...] coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, ou ainda, a prostituição e as doenças venéreas” (p. 138). De acordo a Salztrager (2016), esses períodos forjaram outros métodos de discurso, retóricas e principalmente de governar os outros. Na obra "Segurança, Território e

População", Foucault (2008c) destaca que, nesta fase, começaram outras formas de docilizações, controles sociais, políticos e econômicos.

Assim, os sujeitos contemporâneos começaram a atuar e modificar suas relações consigo mesmos, com os outros e com as práticas. Conforme Dardot e Laval (2016), as sociedades neoliberais do século XXI passam por fragmentações e por retaliações, por modelações do estado neoliberal. Com discursos que vão além de fatores econômicos e perpassam pelos fatores políticos, sociais, históricos, culturais, subjetivos – entre outros –. Ganham, assim, posturas e condutas consumistas, sem buscar a si, vão fragmentando seus “eus” e aderindo ou projetados por essas formas de agenciamentos.

Desse modo, para compreendermos a governamentalidade do neoliberalismo, devemos nos voltar até os saberes e memórias que descrevem a existência dos sujeitos atuais. Por isso, necessitamos pensar as novas subjetivações produzidas pelo neoliberalismo, suas novas conduções e isso requer ir além dos lugares das instituições e dos poderes. Fazendo isso, poderemos tecer críticas não apenas ao Neoliberalismo, mas a sua Razão Política. Vale lembrar que Foucault não desenvolveu uma teoria educacional crítica, não lançou uma obra falando apenas de educação, mas essa esteve em seu caminho e em várias passagens, conceitos e críticas.

Desta maneira, a partir de Foucault (2014b), podemos perceber a escola como uma formação disciplinar, na relação aluno e professor (vice-versa) a nível de poder-saber e docilização (corpos dóceis), mas, também pode ser vista como fonte e lugar de emancipação. Assim, ao ter uma mescla entre o poder disciplinador e produtivo de corpos dóceis, a educação neoliberal prepara um terreno de produções de assujeitados, pessoas ‘tecnificadas’ e obedientes politicamente a protestarem nos seus domingos pós-missas ou cultos. Logo, pensar a educação na atualidade como resistência só é possível quando se tem como ferramenta as “técnicas sobre si mesmo”, pois elas são produtoras de vidas e tem a liberdade nas suas bases de práticas.

Desta maneira, pode-se pensar a educação como disciplinadora, parte das malhas dos poderes, positivista e parte de uma estrutura não apenas burguesa, também (agora) mercadológica, em um jogo de governamentalidade,

produzindo o novo sujeito neoliberal. Por fim, a educação que rompe essa última descrita, torna-se uma resistência perante essas docilizações e assujeitamentos – uma educação que oferta as relações consigo mesmo, conhecer a si e seu corpo, que liberta e não disciplina (COSTA, 2020).

Assim, é preciso pensar uma educação que possibilite um ‘governo de si’, a escola como parte das mudanças da sociedade, rompendo com as normatizações e qualquer dispositivo disciplinar, possibilitando uma comunidade menos ostensiva e liberta das normas condicionadoras. É possível pensar uma escola com parâmetros novos e menos mercadológicos, a partir de Foucault, fornecendo uma educação que possibilite uma relação consigo, poder se voltar sobre si, não apenas ser fruto de normas, condutas, reprodução e repressão.

Pois, para nós, a luta para não ser um sujeito governado, em grande medida, é nos percebermos como inseridos ao neoliberalismo e buscar algum modo de resistir dentro deste. Isto é, não é fazer uma oposição combativa, mas estando ‘nele’ e, a partir ‘dele’, criar alguma coisa. Desta maneira, os questionamentos das experiências, constituídos pelos saberes, não devem se limitar a epistemes. Mas nos espaços políticos, éticos que se apresentam como possibilidades de liberdades e podem ser experienciados nos acontecimentos históricos da sociedade. Para nós, a Filosofia foucaultiana, em sua ontologia do presente, relacionou sua crítica como tarefa intelectual com a maneira kantiana e baudelairiana de analisar o presente.

A sua concepção de liberdade é a condição de um trabalho indefinido de ações e de auto invenção das pessoas nas relações ético-políticas. Assim, pensamos a liberdade como um eterno fazer, visto que ser livre é também questionar a política, a maneira como o poder é exercido e suas dominações. Esses questionamentos implicam nossos próprios costumes: quer dizer, a Liberdade é uma questão Ética, indagá-la é refletir a Ontologia da Ética. Por isso que, conforme Foucault (2014), é preciso imaginar e construir o que poderemos ser para nos desembaraçar destas espécies de ‘dupla’ ‘coerção’ política, percebido como a individualização e a totalização – são e loucos, homens e mulheres, certo e errado, dentro e fora, bem e mal – simultâneos das estruturas de poderes modernos.

Essa pesquisa, portanto, se justifica pela importância e atualidade do tema, mesmo buscando observar desde o governo Temer as mudanças na educação pelo viés “neoliberal-tradicional-cristão”, tornando a educação mais mercadológica e menos pensada na autonomia dos educandos, reiniciam de forma ainda mais incisiva. Mas será que só foi a partir do governo Temer? Em outros momentos também ocorreram essas produções, a exemplo da inserção dos “conglomerados educacionais” desde os anos de 1990, o “Todos pela Educação” em 2006, ou seja, desde Fernando H. Cardoso (1995-2003), já se percebe influências desses grupos nos poderes e nas governabilidades.

Assim, devemos pensar os modos de produções de subjetividades, governamentalidades, razão de Estado e alguns outros pontos tão salutares para uma compreensão dos pensamentos foucaultianos e da nossa própria contemporaneidade. Além de trazermos reflexões para a área de Memória Social, buscamos contribuir para o desenvolvimento e ampliação dos trabalhos voltados também na educação, a partir do neoliberalismo atual.

Para responder e aprofundar as problemáticas desta pesquisa, essa dissertação será dividida em três capítulos, no Primeiro Capítulo será feito um resgate da Memória Neoliberal, mostrando seus processos de disseminação, iniciados na primeira metade do século XX por Mises, Hayek e Friedman. Aparecendo mais ainda no pós-Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), pela Guerra Fria (1947-1991), na qual se confrontavam duas formas de governamentalidade, neoliberalista (EUA, França e Alemanha) e socialista (URSS).

Porém, o fortalecimento ocorreu no governo britânico de Margaret Thatcher (1979-1990) e o estadunidense de Ronald Reagan (1981-1989). Isso deu mais suporte e argumento para as teses neoliberais, conseguindo no Consenso de Washington de 1989 estabelecer regras fundamentais para sua aplicação e ainda planejamento para intervir nos países ‘subdesenvolvidos’. A partir disto, será possível percebermos que a Escola de Chicago é grande promotora das teorias de capital humano. Para depois, mostraremos a concepção foucaultiana do neoliberalismo como produtor de modos de subjetivação, memória, poderes e saberes. Isto é, perceber como a produção econômica política que produz modos de subjetivações.

No Segundo Capítulo, será pensado o Neoliberalismo como uma nova forma de racionalização na sociedade, isto é, decorrente de dispositivos que normatizam e fazem a gestão da vida, Estados e respectivos governantes. Por seu turno, demonstraremos que a educação e seus espaços se tornaram objetivo do Neoliberalismo, visto que, conforme Foucault (2008), as instituições escolares e as universidades são também espaços que produzem modos de subjetivação. Principalmente quando se reforma o Currículo da educação básica voltada a essa racionalidade mercadológica, deixa-se de ofertar uma educação que favoreça a autonomia crítica do sujeito, para uma formação limitada e tecnicista. Favorecendo a razão de Estado Neoliberal e seu novo 'sujeito', o *homo oeconomicus*.

Por fim, no Terceiro Capítulo, debateremos o Governo de Si, a Técnica de Si, do Cuidado de Si e das relações consigo mesmo como uma ruptura dessa educação descrita no primeiro capítulo. Isto é, pensar uma Educação libertadora que forma cidadãos autônomos e críticos, não o sujeito dócil neoliberal: *homo oeconomicus*. Porém, vale destacar que é preciso fazer frente a esses dispositivos, a essa governamentalidade que é posta em prática através de técnicas de si mesmo, fazendo resistência ou até mesmo renovando as que já estão disponíveis.

Nesse sentido, a Ontologia do Presente é uma chamada à reflexão do presente, não como um processo histórico, mas como uma continuidade, uma retirada, uma saída, como uma possibilidade de entender sua volta, mas para isso, é preciso termos o que conhecer. Através de reinvidicação foucaultiana que analisa criticamente a atualidade, mas numa perspectiva histórica de pertencimento dos sujeitos em suas atualidades, nos seus posicionamentos perante as mais diversificadas relações consigo, com o outro, que o circula e com os modos de governamentalidade.

Assim, ainda no Terceiro Capítulo, perceberemos a educação como uma resistência, com saberes que formam um sujeito crítico e autônomo. Ofertando conhecimentos que favoreçam na sua relação consigo mesmo, no governo de si e na sua autonomia crítica. Não apenas o transformar em sujeito e lhe preparar para viver sob tutela e vassalagem de biopolíticas e biopoderes. Desta forma, o nosso objetivo neste último capítulo é pensar uma educação como prática de

liberdade e resistência ao neoliberalismo a partir de Foucault. Nesse sentido, seus últimos trabalhos conseguem dar suporte para pensar uma educação como prática de liberdade. Visto que, a soberania de outrora, representada pelo estado interventor, deu espaço a um Estado-Mercado, que muda as formas como as pessoas se governam e se relacionam consigo mesmas.

Deste modo, para responder os objetivos desta pesquisa, tanto geral quando específicos, serão utilizadas como base as obras de Foucault, “História da Sexualidade 1: a vontade de saber” (1988), no último capítulo denominado, “Direito de morte e poder sobre a vida”; a obra “Em defesa da sociedade” (1999), no último capítulo, “Aula de 17 de março de 1976: Do poder de soberania ao poder sobre a vida. – Fazer viver e deixar morrer. – Do homem-corpo ao homem-espécie: nascimento do biopoder. – Campos de aplicação do biopoder. – A população. – Da morte e da morte de Franco em especial. – Articulações da disciplina e da regulamentação: a cidade operária, a sexualidade, a norma. – Biopoder e racismo. – Funções e áreas de aplicação do racismo. – O nazismo. – O socialismo”.

Além disso, as obras “Nascimento da Biopolítica” (2008b) e “Segurança, Território e População” (2008) serão pesquisadas por extenso, pois além de fornecer definições do Neoliberalismo, Foucault aplica a genealogia dos saberes políticos focados nas regulações das populações, questionando os percursos da “razão de Estado”, a arte de governar e o governo de si. Pois as racionalidades possibilitaram nas construções de saberes e técnicas de poderes, necessárias para os desenvolvimentos das forças dos estados.

Por conseguinte, no livro “Vigiar e Punir” (1987) o foco será o capítulo um, “O corpo dos condenados”. Entre outras obras e artigos científicos que versam sobre os temas propostos a serem debatidos nesta pesquisa, seguindo os processos dos objetivos específicos, como Hardt e Negri (2001), “Império” – capítulo 1: A constituição política do presente; capítulo 2: Transição de Soberania –. História da Sexualidade Vol. II (1998), observando a Introdução e o Capítulo 1. Ainda, História da Sexualidade Vol. III (capítulo 1 e 2); por fim, Ditos e Escritos Vol. 5 (capítulos: A escrita de si; Cuidado com a verdade; A Ética do Duidado de si; Uma estética da Existência; Verdade e Poder em si mesmo; a Tecnologia Política dos Indivíduos).

2. O NEOLIBERALISMO COMO NOVA FORMA DE RACIONALIZAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

2.1 O que é o Neoliberalismo?

Devemos questionar: o que há de 'new' no 'neo' – do – liberalismo? Cada vez mais destacado e presente em diversos Estados, é preciso questionar, o que torna o neoliberalismo diferente do liberalismo? Pois, levando ao pé da letra, *Neo* vem do grego 'Novo' ou "Atualizado" (ABBAGNANO, 1998). Então, são os "novos liberais" que levam a frente o liberalismo repaginado? Por mais que usem o termo liberalismo, os neoliberais buscam se distanciar ao máximo do liberalismo tradicional e histórico. Se consideram a repaginação, a reformulação do Liberalismo, deixando de lado seus erros históricos e inserindo novas formas de atuação política, individual, social, econômica...

Desta maneira, podemos perceber que as concepções tecidas nas linhas teóricas neoliberalistas, conforme Foucault (2018b), demonstram que estão além e aquém de qualquer interesse Liberalista, com ressalva de uma livre economia, dividida com afinco aquela escola. O Liberalismo tem suas primeiras teses no século XVII – creditado à John Locke – e principalmente no século XVIII europeu, esse movimento desenvolvia conceitos sociais, políticos e econômicos. Concomitante, fazia uma oposição ao Mercantilismo (XV-XVIII) e as práticas políticas aplicadas nas atividades econômicas, visto que após o período Feudal – sistema político, econômico e social – da Idade Média (século V-XV), foi aquele sistema que 'substituiu' esse.

Assim, podemos refletir que os Estados tem relações na esfera da economia, muitas vezes de forma imposta, através das relações de poderes, principalmente econômico/bélico. Isto é, esses Estados são interventores e em diversos campos, tais quais: economia, religião, educação, informação, sociedade... Todavia, devemos lembrar que o liberalismo na modernidade tem dois pensadores iniciais importantes, sendo Adam Smith, com seus pressupostos econômicos e John Locke, que buscava numa esfera mais política, porém ambos tratavam sobre outras temas também. Esse último, por exemplo,

buscou ampliar a liberdade de expressão em sua época e o direito à propriedade privada.

Desta forma, percebemos que Locke (1978) defendia a impossibilidade do poder divino e que era transmitido de forma hereditária, argumentando que todo cidadão era livre e os Estados deveriam ter uma constituição ou um contrato entre os 'governantes e o povo'. De fato, essas visões liberais defendidas por Locke (1978) refletem também os desejos deste pensador, ao ponderar o que ocorria em seu período social e toda a imposição dos Estados soberanos junto com seus governantes. Esses governos modernos, ainda interventores, resultaram em críticas daquele filósofo, contribuindo com a política liberalista moderna, era a favor do contratualismo do governo e dos preceitos da burguesia, devendo substituir a relação absolutista de sua época. Com isso, defendia a criação de legislações redigidas e disponíveis, o que seriam as Constituições Nacionais.

Todavia, resgatando um pouco esses processos históricos filosóficos do Liberalismo, perceberemos que o Neoliberalismo não surgiu do nada e tampouco é um estalo divino inato de genialidade, mas tem sua base para sua construção teórica em momentos e períodos das sociedades. Por isso, precisamos resgatar e destacar os pensadores que influenciaram aquele movimento. Seguindo esse pressuposto e a nível econômico, o Liberalismo terá como grande destaque: Adam Smith (2018) que, com sua publicação de "A riqueza das Nações", se tornou o precursor deste movimento, tendo outros pensadores de destaques como J. Stuart Mill (1806-1873) – Sobre a Liberdade, 1859 –; David Ricardo (1772-1823) – Princípios da economia política e tributação, 1817 –; Thomas Malthus (1766-1834) – Princípios de Economia Política, 1820 –; Montesquieu (1689-1755) – O Espírito das Leis 1748 –; Thomas Paine (1737-1809) – Senso Comum 1776 –; Alexis de Tocqueville (1805-1859) – Democracia na América, 1835 – e outros.

Fazendo esse resgate memorial desses autores, para Adam Smith (2018), podemos destacar que era preciso realizar divisões nos trabalhos para a economia poder se desenvolver, tendo uma liberdade entre as concorrências e isso impulsionaria as produções dos proprietários das fábricas – à exemplo –. Devemos perceber que a busca desse pensador era de aumentar as produções,

melhorar o que era produzido e não ter mais gastos excessivos na produção. Isto é, gastando pouco e lucrando muito em cima dos produtos e dos funcionários consecutivamente, justificando para nós o lucro e exploração dos trabalhadores. Por isso, para garantir esses lucros, aquele pensador inglês precisava de uma “mão invisível”, mas para quê algo invisível e, ainda, uma mão?

Assim, essa “mão invisível” que, na verdade, conforme vamos demonstrar, era mão exposta, entenderia que os Estados não deviam gerar intervenções na esfera econômica e mercadológica, essas deveriam ter uma autorregulação. Antes de tudo, devemos ter consciência e saber que esses preceitos são fundamentais para compreender o Neoliberalismo, pois aqueles pensadores supracitados são as bases para as fundamentações teóricas neoliberais, do século XX.

Ou seja, na nossa concepção, eles serviram de bases para os precursores do Neoliberalismo, a saber: Ludwig Von Mises (1881-1973), Friedrich A. Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006). Então, podemos antecipar afirmando que os neoliberais queriam mais que um Estado mínimo, meritocracia, livre mercado, direito à propriedade privada, na verdade o que eles queriam era mais autonomias individuais, econômicas, políticas e limitar ao máximo possível a regulamentação do Estado.

Indubitavelmente, podemos consagrar que entre um Liberal e um Neoliberal existem diversos abismos, um deles é desenvolvido por John Keynes (1883-1946), em síntese, esse economista concebia um Estado que preconizava um “Bem-Estar Social” e uma Regulação Econômica. Assim, destacamos que o keynesianismo surge como sucessor e uma oposição ao Liberalismo do início do século XX, como outros movimentos econômicos e políticos (SILVA, 2007).

Porém, ressalvamos que os conceitos desenvolvidos por Keynes começaram a ser questionados com o *New Deal*, depois do *Crash* de 29 – a quebra da bolsa de “*New York*”. Decorrente daqueles teóricos, teceram fortes críticas ao keynesianismo e, nesse momento buscavam, em grande partida, resgatar os conceitos Econômicos Liberais ‘Anti-keynesianismo’. Deste modo, o liberalismo “ressurge” com novas roupagens, isto é, os ‘críticos’ do modelo keynesiano se autoproclamaram neoliberais.

Mas, afinal, qual seria o novo do neoliberal? Em tese, seria excluir as práticas keynesianas, fortalecer o capitalismo e consolidar interferência zero na esfera econômica. Ressalta-se que mesmo surgindo pelo início do século XX, sua maior expressão foi a partir dos anos de 70, principalmente com os governos de Margaret Thatcher (1979 a 1990) no Reino Unido e de Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA.

Desta maneira, podemos destacar, principalmente a partir desses governos, as pautas de estados Neoliberais seriam, em tese: que a economia é conduzida pelo movimento do mercado e isso faz crescer a economia e a sociedade como um todo; circulação de capitais estrangeiros; privatizações de todas as Estatais dos países neoliberais; praticar reduções de impostos para as populações, principalmente para as indústrias, grupos empresariais e etc; implementar meios para evitar os protecionismos econômicos e; facilitar acesso de empresa multinacional (HARDT; NEGRI, 2001).

Além disso, precisamos falar das fontes de produções intelectuais neoliberais. Sendo elas as escolas Austríaca e a de Chicago, essas se tornaram centros de produções e reproduções das concepções neoliberais. Os principais divulgadores, percussores e pensadores foram: Mises, Hayek e Friedman. Porém, precisamos destacar que foram os momentos governamentais de Reagan, Thatcher e Pinochet (1973-1990), representantes 'oficiais' em aplicar ferozmente o neoliberalismo nos seus Estados.

Observamos que o Estado nesses governos era e é realmente invisível. Porém, como demonstraremos adiante, essa "invisibilidade" é para certas camadas populares, principalmente nós moradores de Favelas. Ou seja, o Estado é mínimo na assistência do povo, mas maximizado na recuperação fiscal de grandes empresários e suas bilionárias dívidas perdoadas ou assumidas pelo Estado. Vale ressaltar que preferimos usar o termo Favela, visto que mantém as marcas da opressão e chacina iniciada em Canudos, mas percebida e registrada todos os dias até hoje. Assim, usar o termo Comunidade não melhora nossas vivências, mesmo morando na segunda maior metrópole do Brasil, que é o Rio de Janeiro, vivemos abandonados em todos os níveis.

Fazendo ainda um adendo sobre isso, muito importante por sinal, pois neoliberalismo e necropolítica andam de mãos dadas, em restaurante caro de Paris, oferecem gorjetas de 1000 dólares com dinheiro público, como o então governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, como ressaltou em matéria publicada pelo Jornal O Globo, no dia 25 de outubro de 2007. Este mesmo afirmou que a favela "é uma fábrica de produzir marginais". Ainda, que as mortes ocorridas nas Favelas são acidentes de percursos e isso não retira a legitimidade das operações policiais. Será que não retira? E a omissão do Estado? Mariele Franco? Amarildo? Evaldo Santos com mais de 80 tiros? Ágatha Félix aos 8 anos de idade no complexo do Alemão? Quantos outros por essa política pública? Somos apenas erros de percursos? Esse é o nosso valor? Existe uma palavra para isso, definida perfeitamente por Achille Mbembe (2018): Necropolítica. Precisamos destacar esses pensamentos fasci/nazistas colonialistas brasileiros. Sendo assim:

Há um cruzamento permanente da precariedade da vida que torna alguns corpos e suas lideranças políticas mais vulneráveis ao que Achille Mbembe descreveu como a 'necropolítica': políticas de morte para o controle das populações. Mbembe se inspira em Michel Foucault, na aula final do curso 'Em defesa da sociedade', de 1976. Nela, Foucault lançou a ideia de como o racismo de Estado seria uma das táticas do biopoder e da biopolítica. Entre o poder de 'fazer viver e deixar morrer', o racismo de Estado determinaria as condições de aceitabilidade para quem vive e morre. Mbembe foi além de Foucault: mostrou como o biopoder é insuficiente para compreender as relações de inimizade e perseguição contemporâneas, pois há uma necropolítica em curso para produzir os 'mundos de morte' (DINIZ, 2019, p. 01).

Desta maneira, o absurdo das falas desse ex-governador e presidiário é que o aborto favoreceria na redução das criminalidades nas Favelas. Para isso, compara bairros como Copacabana e Leblon, com padrões suecos, em sua ótica e a favela da Rocinha, com padrões do Zâmbia. É importante tratar esse ponto, pois a utilização dos poderes políticos e sociais, a partir dos Estados, principalmente no Brasil, se vale de políticas públicas para afirmar quem deve ficar vivo ou morto.

Isto é, esse pesquisador que vos escreve, quando foi alvejado pela polícia militar na favela do Parque Royal (Ilha do Governador-RJ) e saiu ileso aos 12 anos de idade, teria sido apenas um erro de percurso das ações do Estado. Invadiram nossa casa, nos acusaram de 'vagabundos', reviraram tudo,

quebraram móveis e não encontraram nada. Entretanto, nós moradores de favelas somos excluídos em quase todos os níveis, no qual governos nos ofertam apenas violências, desigualdades e existências precárias. Ou seja, o Estado necropolítico escolhe quem deve ficar vivo ou morrer. Assim:

Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também. Esse poder de morte, esse necropoder, é um elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações' [...]. A necropolítica sofisticada e aprofunda os conceitos de biopoder, do filósofo Michel Foucault, e estado de exceção, de Giorgio Agamben. Embora robustos, eles não dão conta das formas de controle de vida e morte produzidas a partir dos processos colonizadores (CIDADE ESCOLA APRENDIZ, 2020).

Por consequência, como destacamos na citação supracitada, a necropolítica busca assolar os corpos dos sujeitos em sociedade. Assim, praticam ações que favorecem massacres daqueles que são suas próprias mãos de obra, ou melhor, os empreendedores são explorados para manter a vida de “altas” camadas sociais brasileiras. Assim, a partir da Filosofia do camaronês (MBAMBE, 2018), trazendo-lhe para nosso debate, o necropoder faz parte atualmente das estruturas do Neoliberalismo brasileiro. Visto que usam de “prática e técnicas” para gerenciar as populações e grupos sociais, associada ainda a uma cultura colonizadora brasileira.

Desta forma, compreendemos – teoricamente – que o neoliberalismo se distancia do liberalismo, por requerer, entre outros pontos, a diminuição de estatais, privatizações, capitais estrangeiros circulando livremente, empresas estrangeiras, lucrar através de mercados financeiros e em cima de uma população carente. Por outro lado, para os neoliberais, o liberalismo perdia muito tempo e errava em ter uma regulamentação mínima do Estado e pensar as liberdades individuais e mercadológicas a partir da produção (DARDOT; LAVAL, 2016). No próximo tópico, debateremos as concepções gerais dos teóricos do Neoliberalismo.

Assim, percebemos que o neoliberalismo tem como pressuposto básico extinguir o estado de bem-estar social, principalmente o keynesianismo – que serviu como base para resolver a crise do *Crash* de 1929 e o Socialismo. Sendo

esses modelos de Estados interventores e fortes, isso limita o livre caminho do mercado, isto é, afeta as liberdades econômicas. Ainda, movimentos sindicais e aumento salarial são vistos como interrupções da economia, visto que deixam as mãos de obras mais caras. Desta maneira, o neoliberalismo busca desregular o trabalho, abaixar o salário e flexibilizar os processos de produções (FOUCAULT, 2008b).

Por isso, ressalva-se que, para os neoliberais, é necessário privatizar tudo que puder e tiver, Estado sem estatal é positivo e não negativo. Aos olhos desses, os governos não são bons na gestão pública e suas atuações afetam o livre percurso da economia e mercado. Esse deve ter a gestão da “mão invisível”, movida pela livre concorrência, procura e oferta. Vale destacar, para nós, no Neoliberalismo o Estado mantém as infraestruturas básicas, porém que sirvam para fazer funcionar e escoar as produções das mercadorias, também realizar intervenções econômicas em momento de crise (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Conseqüentemente, a Inglaterra e os EUA iniciaram a implantação do Neoliberalismo, “divulgaram” e por sua vez foram os que mais impuseram em outros países. Sendo que alguns aderiram de maneira “facultativa”, porém outros, como o Chile, introduziram de maneira agressiva e ditatorial. O Brasil também foi um misto de ditadura com neoliberalismo, muitos países fragilizados economicamente e dependentes de “grande” nações.

Dessarte, depois do consenso de Washington, podemos refletir que no Brasil, por exemplo, já na década de 90 é implantado o neoliberalismo através de sucessivos governos, perdurando até os dias atuais, isto é, 2022. Nesta mesma década, o governo já tinha privatizado diversas estatais, tais quais: Embratel, Telebrás, Vale do Rio Doce e etc.

Assim, como destaca Foucault (2008), o neoliberalismo atua através das correntes econômicas, porém, como condutas, padrões sociais comportamentais, gerando o que esse pensador nomeou de: *homo oeconomicus*. Isto é, de maneira simples, um empreendedor de si mesmo, um gestor de si mesmo, um empreendedor, mas a nível de sujeito. Isto é, o *homo oeconomicus*, conforme aquele autor, é o próprio sujeito do neoliberalismo.

Podemos antecipar que, essa concepção neoliberal sendo posta em prática com os preceitos Tayloristas, por exemplo, que foca no acúmulo flexibilizado, gera uma preconização das individualidades dos comportamentos, principalmente a nível de exercício da profissão. Nós deixamos de ser mão de obras e nos ‘tornamos’ colaboradores ou, por conseguinte, fazemos nossos horários e sem nenhum vínculo empregatício ou garantias.

Nos ‘iludimos’ como empreendedores de aplicativos e não mais trabalhadores, como em empresas como Uber e iFood, por exemplo. Enquanto isso, somos explorados ao máximo, pedalando bicicletas num dia de sol, com sensação térmica de 40 graus. Alguns países da Ásia também colocaram em prática essas visões. Seus “empreendedores” são industrializados, sem muitos direitos trabalhistas ou intervenção nesse ponto, sem férias, poucos ou nenhum benefício. Enfim, os Tigres Asiáticos são paraísos para multinacionais e seus lucros através de produções com mão de obras barata (DARDOT; LAVAL, 2016).

Com efeito, podemos definir que são dois momentos importantes para o Neoliberalismo, o primeiro ocorre na transição do século XIX e início do século XX. O segundo momento se dará entre as décadas de 1980 e 1990 do século passado. Ressalvamos que o liberalismo carregava ainda pedaços do Estado, justiça social, e isso ainda impedia as livres iniciativas promulgada pelo Neoliberais. Por pensar assim, o austríaco Mises iniciará suas observações contra as intervenções estatais nos indivíduos e no mercado.

Porquanto, como ressalvamos anteriormente, no início da primeira metade do século XX, surge a geração de Mises, Friedman e Hayek, esse teve mais influência a partir da década de oitenta e com o fim da URSS, a crise do keynesianismo. Impactando o governo de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, momento crucial e importante das políticas neoliberais. Essa segunda "aparição" do neoliberalismo, heyekiano e friedmaniano, pensava diferente da proposta no início do século XX. O pensamento de Hayek influenciou fortemente na desconfiança de "liberdades positivas" requeridas para uma sociedade construtivista. Ainda, para os heyekianos, justiça sociais são conceitos vazios de sentidos semânticos, por isso precisa fazer uma releitura do liberalismo e minimização ou anulação da intervenção Estatal.

2.1.1 Neoliberalismo rápido aparatos teóricos

Fazendo um resgate da gênese do Neoliberalismo, podemos afirmar que existem duas escolas que exercem grandes influências a esse movimento, a saber: a Escola Austríaca e a de Chicago. Desta forma, a conhecida Escola Austríaca começa ter aparecimento já no século XIX, essa denominação se deu por muitos teóricos serem da Áustria e não por ser uma organização, uma instituição física – como ocorre com a Escola de Chicago – e sim uma 'corrente' ou um grupo, quiçá um movimento.

Vale destacar, percebido como um dos precursores da escola austríaca foi Carl Menger, publicou em 1871 o livro "Princípios da economia política", esse e outros autores desse período buscavam romper com os pensamentos socialistas, entre outros. É importante destacar que o socialismo é anterior ao século XIX, ganhando força no século XVIII frente às revoluções europeias desta época. O termo Socialismo, na modernidade, é reivindicado pelo filósofo francês Pierre de Leroux (1798-1871) em 1832, tendo como uma das obras principais "Da Plutocracia" (1843). Esse foi influenciado pelo pensador Saint-Simon (1760-1825), que fundamentou os conceitos do Socialismo Utópico na segunda metade do século XVIII.

Desta maneira, Carl Menger (1840-1921) e Eugen Von Boehm-Bawerk (1851-1914) eram, também, os que mais buscavam se contrapor aos conceitos desenvolvidos por aqueles pensadores. Por conseguinte, teceram concepções contrárias a F. Engels (1820-1895) e K. Marx (1818-1883) no século XIX, sendo a obra "O Capital (1867)" a mais criticada. Ou seja, tanto Menger, quanto Boehm-Bawerk criticavam o socialismo e teciam defesas a favor dos preceitos liberalistas.

Então, podemos sintetizar, a partir deles, que a Escola Austríaca tinha como tese a defesa: intervenção zero dos Estados à economia; autonomia individual metodológica; praticas individuais econômicas tendo o tempo como base; as ofertas e demandas ditam as leis, isto é, livre mercado; os cidadãos e as empresas deviam decidir sobre a economia.

Assim, essa escola disputava espaço com as teorias liberais econômicas keynesianas. Porém, a Escola Austríaca será fortalecida posteriormente por dois autoproclamados neoliberais: Ludwig Von Mises e F. A. Hayek. Esses serviram-se de vastos conceitos produzidos pelos liberais Menger e Boehm-Bawerk. Mises, por exemplo, para alguns teóricos foi responsável por estruturar certas observações publicadas por Menger, aquele se tornou com seus estudos e teorias a referência nos escritos neoliberais. Por essa razão, devemos destacar um pouco sobre Menger (2017), esse é um dos pioneiros da Escola Austríaca de economia, um de seus livros mais expoentes é "Princípios de Economia Política", publicado em 1871. Influenciou Mises e Hayek, esse último, por exemplo, fez a apresentação daquela obra na republicação.

Precisamos demonstrar que, em 1871, W. Stanley Jevons (1835-1882) publica um trabalho intitulado "A teoria da economia política", no Apêndice II "Capital investido na Educação" (1996, p. 176), no qual esse economista coloca sua concepção sobre o investimento educacional. Se tonando, ao nosso ver, um dos primeiros escritos nessa perspectiva analisada, visto que, na sua concepção liberalista, "o sustento e a educação de uma criança não restituem o investimento porque a criança não é capaz de ganhar nada" (1996, p. 228).

Por outro lado, ainda na obra de Jevons (1996, p. 228), observamos que "a criança que ingressa no trabalho começa livre de dívidas de capital". Aquele autor, ao pensar sobre investimento, como vimos em suas citações, questiona a vantagem e o limite de investir na educação, tanto do filho (escola) quanto para si mesmo sendo um jovem/adulto (faculdade). Ou seja, para Jevons (1996) custear a educação do filho pensando no futuro dele, significa deixar de lucrar no presente. Pois não é garantia alguma e a criança não está retornando os custos/investimentos, como estaria se estivesse trabalhando ao invés de estudar – por exemplo –. Assim, manter a criança na sua subsistência é sensato, conforme o economista, visto que essas despesas são "obrigação" e as vezes previstas em lei.

Por conseguinte, de maneira absurda, usa como exemplo para mostrar que investir na educação, por ser um retorno futuro e não imediato, um jovem que entra na faculdade de Direito, por exemplo, na sua visão, "renuncia ao presente em troca de maiores rendimentos futuros" (JEVONS, 1996, p. 229). Ou

seja, deixa de trabalhar para se dedicar aos estudos ou faz as duas funções, outros podem trabalhar e deixar de estudar.

Desta maneira, aquele economista, buscando demonstrar a 'irrelevância' de investir na educação esperando retornos futuros, supõe um valor de 150 libras, criando uma situação completamente hipotética, afirma: quem estuda fica dependente ou investe seu dinheiro nos estudos (despesas e custeios). Por outro lado, levando a diante sua 'lógica', os que apenas trabalham, capitalizam mais o dinheiro que adquirem, para 'constatar' isso, aquele autor faz a seguinte comparação: "Estudando: 75 libras de renda própria e 75 libras emprestadas dos amigos; Não estudando: 75 libras de ganhos e 75 libras de renda própria" (JEVONS, 1996, p. 229).

Por conseguinte, fazendo ainda um paralelo entre trabalhar e estudar, de forma hipotética e subjetiva, Jevons (1996, p. 229) discorre da seguinte maneira sua linha de raciocínio: "Há claramente aqui uma capitalização até a quantia de 75 libras emprestadas dos amigos. Ele está gastando isso agora com a necessidade de pagar a quantia no futuro, e está renunciando a possíveis ganhos imediatos pelo trabalho". Ressalvamos, para aquele economista, a capitalização é o dinheiro recebido trabalhado, isto é, o que se ganha enquanto salário imediato à hora trabalhada.

Assim, a partir desta lógica de Jevons, podemos demonstrar as bases do que vai pensar um 'bom' neoliberal. Não se trata apenas do famoso "privatizar tudo", mas, como estamos destacando, tornar os saberes, as escolas, como irrelevantes frente ao que se ganharia de capital trabalhando. Ainda, frente ao que se perde estudando em uma escola ou até mesmo, por exemplo, num curso como Filosofia – esse então, "nem pensar!" Pois, são gastos que podem não ter retorno algum. Percebamos, por fim, como aquele economista encerra seu pensamento sobre o "Capital de Investimento na Educação" (1996, p. 230), "parece óbvio que o que é gasto com a educação de um homem deixa de ser capital, porque foi embora, e o resultado está submetido às leis dos salários".

Podemos destacar também que, para Jevons (1996, p. 230), capitais utilizados para custeios fixos não se submetem "às leis dos juros". Defensor do capital livre, apercebe-lhes com natureza distinta de outras formas de

pagamentos como as rendas e salários, pois, para ele, o único capital verdadeiro é o capital livre. Visto que é no capital livre que o sujeito faz sua hora e ganha pela hora que trabalha de maneira menos burocrática, tratando sobre os valores e forma de pagamento, podendo ser até por comida ou quaisquer "outros bens necessários à vida" (JEVONS, 1996, p. 191). Percebemos aqui, onde surgiu essa alienação do neoliberalismo no século XX e XXI.

Podemos ressaltar outro autor importante para a fundamentação do neoliberalismo, a saber: F. A. Hayek. (1990). Ele lecionou na Faculdade de Economia da Universidade de Chicago, que é conhecida como “Escola de Chicago” desde os anos 50. Ganhou esse adjetivo decorrente dos docentes que trabalhavam nesse curso, em sua área de Economia. Assim, aquela escola tem um foco tanto liberal quanto neoliberal, na verdade, esse último tem mais força, mas não unanimidade. Vale destacar que a base dessa instituição foram as concepções da escola austríaca.

Desta maneira, destacamos que a escola de Chicago além de ter como premissa um mercado mais livre, consagra o neoliberalismo como conceito. A escola preza pelas: privatizações de estatais; diminuir ao máximo impostos sobre as pessoas e das organizações empresarias; intervenções a nível zero na economia pelo Estado ou eventuais intervenções; o mercado conduz a economia; evitar os protecionismos econômicos.

Ainda, requer fazermos um rápido paralelo entre as escolas, a austríaca buscava discutir os conceitos socialistas. Quanto para a de Chicago, não era tanto o socialismo o problema objetivado, mas as concepções keynesianas – usadas muitas no século XX e ainda no XXI –. O nome mais forte da Escola de Chicago é Milton Friedman (1988), docente nesta mesma instituição, publicava estudos que foram bases neoliberais e foi crítico de J. Keynes.

Diante disso, é preciso percebermos que esses pensadores não contemplavam apenas política e economia, mas preconizavam impedir e extinguir o Estado interventor em vários níveis sociais. Tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo buscam tratar sobre a liberdade e individualidade dos sujeitos em vários momentos.

Como corpo doutrinário [o liberalismo] está diretamente relacionado com a liberdade. Quase desde o primeiro momento de sua história, almejou limitar o âmbito da autoridade política, confinar os negócios do governo aos quadros dos princípios constitucionais e, portanto, tentou sistematicamente descobrir um sistema de direitos fundamentais que o Estado não fosse autorizado a violar (LASKI, 1973, p. 11).

Em suma, precisamos informar que a liberdade sempre foi pautada no processo histórico dos escritores liberais e por sua vez neoliberais, desde John Locke (1632-1704), Adam Smith (1723-1790), Immanuel Kant (1724-1804), Henri-Benjamin Constant (1767-1830), Alexis de Tocqueville (1805-1859) até Mises, Hayek, Friedman entre outros. A exemplo, para Auberon Herbert (1838-1906) – ultraliberalista inglês do século XIX, os Estados não deveriam intervir na religião e tampouco na educação que os pais quisessem dar aos seus filhos, sendo a favor da educação familiar.

Ainda, também encontramos críticas à educação em Hayek (1985, p. 177). Para ele, não poderia existir educação obrigatória, monopolizada pelos Estados ou regulamentadas por esses, ou ainda quaisquer outras atuações públicas, principalmente se for obrigatória por algum governo. Onde, conforme aquele teórico, "todos os recursos que os indivíduos estão dispostos a destinar a propósitos públicos deveriam ficar sob o controle do governo, é inteiramente estranha aos princípios básicos de uma sociedade livre". Também é possível perceber em Mises (2010) objetivações sobre como deveriam ser as orientações curriculares, conforme destacado na citação a seguir, orienta aspectos e áreas curriculares, principalmente nas áreas econômicas e históricas.

Para Mises (2010, p. 990), destacamos, "nos países em que não existem disputas entre vários grupos linguísticos, a educação pública pode funcionar se for limitada ao ensino da leitura, da escrita e da aritmética", ainda demonstra a importância do estudo de economia. O que percebemos a partir desse teórico é que os alunos com maiores "destaques", na lógica daquele economista, podem ensinar algo a mais do que essas destacadas anteriormente, inserindo as ideias principais de Geometria, Ciências Naturais e as principais Leis do país. Ressaltamos que, para aquele autor, limitar a educação é importante, pois existem problemas de os professores irem além desses pontos na educação.

Visto que, na sua concepção, é na escola e em sua fase primária que se iniciam as "doutrinações".

Desta forma, esses pensamentos de Mises (2010) são encontrados no subtópico nº 5, denominado "Educação Geral e Economia" (p. 990-991), localizado no Capítulo "A importância do Estudo da Economia" (p. 982). Prossegue o referido autor, além do ensino primário ser fase e propício à doutrinação, não tem possibilidade de apresentar aos adolescentes todas as características de um determinado problema e permiti-lo realizar escolhas das soluções certas. Ou seja, esse pensamento dele é uma nítida tentativa de alienação dos alunos, ou melhor, dos sujeitos em geral.

Conforme Mises (2010, 991), julgando os educadores e homogeneizando afirmando: "tampouco seria possível encontrar professores que pudessem transmitir imparcialmente opiniões que eles mesmos não aprovam". Isto é, podemos questionar esse pensamento: desejaria Mises um professor que apenas dissesse sim e atuasse como um bom burocrata, cumprindo sua jornada de trabalho de forma "excelente", porém, apenas reproduzindo atividades já pré-elaboradas? O absurdo desse teórico vai além, para ele, outro problema nessa relação de disciplinas limitadas e professores instrumentalizados, é o partido no poder ou os partidos nos poderes, visto que podem ter controle da educação pública, podendo com isso disseminar os seus ideários e mancharem as imagens de seus adversários.

Para aquele teórico, se alguém desejar fornecer uma educação religiosa aos seus filhos, podem levá-los às escolas mantidas pelas igrejas ou grupos religiosos. Porém, destacamos que foram os liberais do século XIX que fizeram a separação do Estado e da Igreja, não sendo ensinado religião em escolas públicas de país liberal. Percebamos mais de perto o que pensa Mises (2010, p. 901):

Entretanto, o problema não se restringe ao ensino de religião e de certas teorias das ciências naturais conflitantes com a Bíblia. Mais importante ainda é o ensino de história e de economia. O público tem consciência desse problema no que diz respeito aos aspectos internacionais do ensino de história. Já se cogita atualmente libertar o ensino de história da influência do nacionalismo e do chauvinismo. Mas poucas são as pessoas que percebem que o problema da imparcialidade e da objetividade também está presente quando se lida com os aspectos domésticos da história. A filosofia social do professor ou do autor do livro-texto falseiam a narrativa. Quanto mais for preciso

sintetizar e condensar o texto a fim de torná-lo mais compreensível às mentes ainda imaturas de crianças e de adolescentes, piores serão os efeitos.

Sendo assim, concordando com esses preceitos, existem mais dois autores marcantes para o Neoliberalismo, que são Hayek (1990) e Friedman (1988), que em conjunto levaram para frente as concepções lineares de Mises (2010). Eles elaboram percepções próprias e juntos alicerçam as concepções gerais do neoliberalismo. Desta maneira, para Hayek em 1960, por exemplo, ao publicar "Os fundamentos da Liberdade", também se estende as noções educacionais e sugere, assim como será visto em Friedman (1988), o fim da educação compulsória e fruto do Estado. Ter um governo como responsável pela educação é ter, em seu ver, as liberdades individuais ameaçadas. Para ele, a educação pode ser:

[...] inteiramente organizada e administrada pela iniciativa privada, incumbindo-se o governo apenas do financiamento básico e de fixar um padrão mínimo para todas as escolas onde os vales fossem utilizados. Outra significativa vantagem desse plano é que os pais não se defrontariam mais com o problema de ou aceitar o tipo de educação proporcionado pelo governo ou ter de arcar com os custos totais de uma educação diferente e um pouco mais cara; e, no sistema proposto, caso os pais escolham uma escola que não seja do padrão comum, eles terão de pagar apenas o custo adicional (HAYEK, 1960, p. 452, grifo nosso).

Podemos destacar a partir destas teorias que, a solução do neoliberalismo perante a privatização da educação, de acordo a Hayek (1960): é um 'vale' (grifado na citação), – como será destacado mais à frente a partir de Friedman (1962), um *voucher* –, que dará independência aos pais para escolherem a educação de seus filhos. Por isso, para aqueles autores, a educação e a escola devem ser ofertadas como um produto comercial, que visa a satisfação enquanto consumo mercadológico, adequando-se às exigências e não plenamente objetivada na educação pela educação. Assim, as críticas de Friedman serão próximas das de Hayek e do contrário também quando o assunto é educação.

Desta forma, observamos que, para Hayek (1960) a solução para a educação estava na sua completa inserção ao mercado, se tornando uma

empresa entre outras empresas que concorrem entre si. Ele, por sua vez, desenvolveu escritos contra as visões de Keynes, considerando precipitado, principalmente ao tratar sobre os desempregos, poupanças e intervenções governamentais, sendo esse último algo não justificado – em sua ótica –. O conflito era tão marcante que ele escreveu um artigo denominado "A campanha contra a inflação keynesiana", presente na obra publicada em 1978, "Novos estudos em Filosofia, Políticas, Econômicas e as Histórias das Ideias" (2007).

Assim, destacamos que Hayek (2007) irá tecer críticas nesta obra, afirmando que foram os preceitos do keynesianismo, responsáveis pelos problemas monetários em que estavam vivendo. Ainda, discordava de John M. Keynes ao dar discursos científicos que os aumentos agregados de gastos irão ter prosperidades duráveis e empregos plenos. Para o austríaco, isso não passa de superstição, debatidas e combatidas por economistas durante dois séculos consecutivos, antes da chegada desses pensamentos. Para destacar o conflito desses dois, será citado as falas de Hayek (2007, p. 46) à Keynes. Aquele lhe definindo como "um homem de grande intelecto, porém de limitados conhecimentos sobre a teoria econômica", capaz de reabilitar velhas manivelas enrustidas que simpatizava.

Conseqüentemente, na nossa concepção, outro estudioso que foi além da economia é M. Friedman, sendo influente na própria educação dos EUA. Entre os anos de 80 e 90 do século XX, discorria sobre como devia ser a educação neoliberal. Seguindo esse pressuposto, em 1962, ao publicar "Capitalismo e Liberdade" (FRIEDMAN, 1998), no capítulo VI denominado "Papel do Governo na Educação", faz reflexões sobre como deve ser – em geral – a educação dos cidadãos.

É preciso destacarmos que aquele teórico tece fortes críticas à educação pública, isto é, às escolas mantidas e com intervenção do governo. Ao nosso ver, Friedman refletiu sobre a educação de maneira superficial e decadente como ressalvaremos, pois apenas pincelou subjetivações e não fatos. Porém, vale questionar a partir dele, como o povo que não tem condição para pagar uma escola particular, já que a educação não deve ser pública e de acesso a todos, irá acessá-la? Sua resolução é sugerida através de um *Voucher* educacional, no

qual o governo daria um pequeno valor para o aluno de baixa renda poder o ter acesso às escolas privadas.

À vista disso, o interessante é perceber a sua solução. Para ele, o Estado mínimo que aparece na educação, com a sua mão invisível que se abstém da educação da sociedade à nível público, pode dar um *Voucher* ao aluno de baixa renda para ter acesso mínimo à essa mesma educação em instituições privadas. Porém, que foi e ao mesmo tempo não foi minimizado, além de alimentar toda uma rede de escolas privadas, esse voucher é ainda uma atuação do Estado.

Diante disso, Friedman (1962, p. 44) concebe essa "intervenção" do Estado na educação a partir de dois pontos, primeiro, ele define como "efeitos laterais". Ou seja, "circunstâncias sob as quais a ação de um indivíduo impõe custos significativos a outros indivíduos pelos quais não é possível forçar uma compensação", ou "produz ganhos substanciais pelos quais também não é possível forçar uma compensação", conjunturas essas que deixam as trocas voluntárias impossíveis em nossa ótica. Em segundo aspecto, seria, em suas palavras, "interesse paternalista pelas crianças e por outros indivíduos irresponsáveis" (FRIEDMAN, 1962, p. 44).

Assim, segundo esse economista, a educação básica precisa ser de acesso mínimo – em instituições particulares ou sem fins lucrativos, sendo parte do que chamou de "Efeitos Colaterais". Isto é, aquele autor tem a crença que a educação mínima traz benefício para a sociedade como um todo, não apenas ao docente e ou familiares, sendo isso o que ele denominou de efeito colateral da educação.

Isto posto, com uma educação extremamente básica, por essas razões é que ainda precisa de acesso à uma educação mínima, através de *voucher* para frequentar escolas privadas, sem a necessidade de educação pública. A lógica deste economista é, com esse *voucher* mesmo o Estado tendo essa mínima intervenção, seria a nível de custeio, não sendo responsável pela educação do aluno diretamente, mas subsidiário. Conforme o próprio Friedman (1962, p. 46):

O governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho, a ser utilizada em serviços educacionais "aprovados" [ênfase no original]. Os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição "aprovada" de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam

ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa.

Então, destacamos que as privatizações da educação ao passo do Estado mínimo ou nulo, na concepção dos articuladores do Neoliberalismo, funciona como uma invasão e um choque nas liberdades individuais dos pais. Pois, para eles, ter um governo ditando o que os alunos devem ter como educação ou que sejam obrigados a estudar é uma coerção estatal “perigosa”. Afirmamos categoricamente, que essa “descolarização” da sociedade é um berço esplêndido para esses conceitos neoliberais, pois a "sua" sociedade almejada requer a extinção total de acesso públicos educacionais a nível básico e superior (FRIEDMAN,1962).

Logo, Friedman (1962) chamará de "desnacionalização das Escolas", encerrando planos e programas nacionais de educação básica pública, abrindo espaço para uma educação com fins totalmente lucrativos, oferecendo ensino que satisfaça as necessidades dos consumidores e com diversas formas ou metodologia pedagógica que agrade os pagantes. Porém, em um país como o Brasil, é possível aplicar esse tipo de conduta? Assim, na verdade, essa escola/empresa estabelece competitividades saciando os anseios requeridos pelos pais. Isso retira, conforme Friedman (1962), a sensação de estar pagando duas vezes a educação dos alunos, ou seja, para os que podem pagar educação particular dos filhos e se sentem pagando – duas vezes – a partir de impostos que contribuem com educação pública.

Então, na visão desse economista, mesmo que no início houvesse combinações de unidades escolares privadas e públicas, através do *voucher* e da progressiva transferência de educandos por escolha dos pais para escolas privadas as suas escolhas, irá encerrando as unidades públicas até projetos para sua finalização total. Para esse autor, de maneira um tanto excêntrica, a educação privada estimulará a competição entre as unidades escolares e, por sua vez, progressos para essa área. Ficando os salários dos professores e suas relações trabalhistas à cargo da determinação do mercado que se autodetermina, da mão invisível e do zero direito de categoria (FRIEDMAN, 1988).

Sendo assim, Friedman aprofundou seus conceitos sobre a educação em outros trabalhos, tais quais, a "Descentralização das Escolas" (1968, p. 100), neste ele afirma de forma mais enfática: "uma alternativa muito melhor ao controle político é introduzir a competição na escolaridade, para dar aos pais uma escolha real". Continua destacando que "a comunidade está comprometida em gastar X dólares por ano na educação de seu filho". Se caso o filho não for enviado para escola pública ou até mesmo privada, isentaria a "comunidade" desse gasto.

Para Friedman (1968), a comunidade teria que se comprometer com o valor de um *Voucher* anual por aluno. Ainda, se quem recebe X valor de *voucher* e pretende colocar em uma escola que a mensalidade é superior ao fornecido, fica a critério dos pais realizar a complementação do valor – que excede a quantia X do *voucher* –. Também defende fortemente a educação em casa, ou seja, o *homeschool*, que é uma das educações acreditadas por essa corrente Neoliberal. Por isso, em 1975, faz uma outra publicação sobre o tema, no artigo "Vender escola como mantimentos: a ideia do *voucher*", que foi publicado na revista do *New York Times*, além de falar de *voucher*, buscou tratar sobre o fim da escola pública compulsória.

Em síntese, Hayek e Friedman, como destacamos, concebiam um Estado mínimo (subsidiando financeiramente) para a educação em duas situações, a saber: a partir de *voucher* e assistência das "pessoas" com "necessidades" "especiais" ou "invalidez". Assim, essas pessoas teriam uma taxa nula ou mensal. Porém, não retiraria a minimização do Estado e o supervalorizar da individualização ao modo neoliberal presente nesses pensadores.

Mises (2010), ao nosso ver, consegue ser mais enfático na sua concepção sobre esses *vouchers/vales* ou qualquer educação pública e principalmente as compulsórias, antes daqueles dois autores mencionados anteriormente. Assim, na obra publicada em 1949, "A ação humana: um tratado de economia" (2010), no Capítulo 11 denominado de "O processo de seleção" (p. 372), destaca suas reflexões sobre a educação e a escola.

Neste capítulo, ele também colocará em questão a escola pública e se a falta de instrução, isto é, se não ter educação escolar é um fator para o "fracasso"

das pessoas mais pobres. Então, destacamos que Mises (2010, p. 375), na referida obra de 1949, reflete, “também se afirmar frequentemente que o fracasso do homem pobre no processo de competição é causado por sua falta de instrução”, continua aquele teórico, “só pode haver igualdade de oportunidade, costuma-se dizer, quando a educação, em qualquer grau, se torna acessível a todos”. Para ele, em suas indagações, o que irá prevalecer na atualidade, “é a tendência de reduzir as diferenças entre as pessoas através da educação, negando-se a existência de diferenças inatas como a inteligência, a força de vontade e o caráter” (MISES, 2010, p. 375).

Assim, faz uma valorização de categorias inatistas dos sujeitos em detrimento à uma educação mais “formal”. Que na verdade, reiteramos, para ele, a educação deve ser limitada apenas à Leitura, Escrita e Aritmética. Visto que, ir além disso é abrir espaço para possíveis doutrinações. Ou seja, mais uma vez destacamos que essa educação seria apenas o básico para ser uma “boa” mão. Porém, seria ainda uma educação privada e a critério dos pais ou dos indivíduos irem estudar, também, a seus critérios individuais de não irem à escola. Isto é, sem educação compulsória (MISES, 2010). Contudo, essa desvalorização destacaremos a seguir, vejamos o que diz aquele autor, sobre a educação nas suas próprias palavras:

Geralmente não se percebe que a educação nunca pode ser mais do que uma doutrinação de teorias e ideias já conhecidas. A educação, qualquer que seja o seu benefício, é transmissão de doutrinas e valores tradicionais. É, por necessidade, conservadora; produz imitação e rotina, e não aperfeiçoamento e progresso. Os inovadores e os gênios criadores não se formam nas escolas. Eles são precisamente aqueles homens que questionam o que as escolas lhes ensinaram (MISES, 2010, p. 375).

Deste modo, Mises destaca consigo – na nossa concepção – o que há de mais abismal do neoliberalismo, isto é, na sua obra de 1949, denominada "A ação humana" indagou mais criticamente a educação fornecida pelo Estado. Conforme ele, vale questionar, dar acesso de educação a todos de forma compulsória ou não, seria mesmo garantia de igualdades entre as pessoas? Daria oportunidade igualitária a todos? Chegando a intuir, então, como destacado, que as desigualdades existem entre os sujeitos em menor ou maior grau, isto é, para ele não é certeza que através da educação serão

proporcionadas oportunidades mais igualitárias. Portanto, por isso que consoante a Mises (2010), porém de maneira precipitada, a escola deveria ser privatizada por completo, pois não estaria na educação o meio de diminuir a desigualdade social.

2.2 O Capital Humano

Outro pensador que está entre as fileiras teóricas do Neoliberalismo, Theodore Schultz (1902-1998), publica em 1962 a obra "Teoria do capital humano". Para esse intelectual da escola de Chicago, a educação é uma ação de investimento, no qual os indivíduos inicialmente adquirem as habilidades que posteriormente serão aplicadas no mercado de trabalho.

Pois, para Schultz (1973), o capital humano, mais especificamente a força de trabalho, é a maior riqueza de uma nação, maior inclusive que todos os meios de riqueza juntos. Com isso, podemos afirmar que ele defende que a razão de alguns países produzirem mais que outros se dá pela diferença de investimentos na aquisição de conhecimentos e capacidades de valor econômico em associação a outros investimentos. Para fins de compreensão e mensuração do processo de formação do capital humano, Schultz (1973, p. 42-43) elenca cinco atividades que aumentam as capacitações humanas:

- (1) Recursos relativos à saúde e serviços, concebidos de maneira ampla de modo a incluir todos os gastos que afetam a expectativa de vida, o vigor e a capacidade de resistência, e o vigor e a vitalidade de um povo;
- (2) treinamento realizado no local de emprego, incluindo-se os aprendizados à velha maneira organizadas pelas firmas;
- (3) educação formalmente organizada nos níveis elementar, secundário e de maior elevação;
- (4) programas de estudos para os adultos que não se acham organizados em firmas, incluindo-se os programas de extensão, notadamente no campo da agricultura; e
- (5) migração de indivíduos e de famílias, para adaptar-se às condições flutuantes de oportunidades de empregos.

Dessa forma, destacamos que aquele autor concebe a expansão das capacitações humanas em aspectos voltados à saúde e serviços, treinamento no local de trabalho, educação em nível elementar, secundário e de maior elevação, programas de estudos para adultos que não faziam parte de firmas e

na migração de famílias, voltadas à adaptação às condições das oportunidades de emprego. Isto é, mais uma vez reduzem a educação à massa de manobra de mão de obras do capital.

Então, podemos afirmar que para ele e de forma mais enfática, a melhor maneira de investimento no capital humano é a partir da educação. Por meio dessa, são adquiridos conhecimentos que serão aplicados no trabalho de maneira sistemática. Com isso, esse tipo de investimento contribui para uma maior produtividade dos trabalhadores, para os lucros em detrimento às barreiras regionais. Podemos asseverar, através daquele pensador, além de investimento, a educação é então vista como consumo. Assim, primeiro havendo investimentos, para depois haver a elevação de renda e investimento em conhecimento para um progresso do sistema econômico (SCHULTZ, 1973).

Além disso, para Schultz (1973), investir na educação, por si só, já contribui para a redução da desigualdade econômica, pois traz uma melhor condição de vida ao sujeito, gerando impacto em escala social. Sem considerar – ressaltamos mais uma vez –, portanto, os aspectos sociais, de desemprego e instabilidade do sistema econômico. Isto é, segue e leva a frente os preceitos básicos de Mises, Hayek e Friedman.

Através de Foucault (2008), podemos lançar críticas a esses quatros pensadores destacados anteriormente, pois a consolidação da teoria do capital humano, que passou a ser uma corrente de estudos, gerou uma dupla novidade na Economia. A primeira novidade é o imperialismo da ciência econômica, enquanto a segunda é a resignificação do trabalho nesse campo. Pois, na nossa concepção, diversas atividades passaram então a ser vinculadas ao investimento no capital humano, não se restringindo à educação formal, mas a própria criação dos filhos, apreciação de cultura e qualquer atividade que pudesse ser relacionada ao capital humano e posterior aquisição de renda.

Com isso, podemos dizer que essa alteração da posição do sujeito frente a economia tem significativos reflexos nas relações de poder, pois influencia diretamente as pautas políticas sociais e relacionadas ao crescimento econômico, além de políticas educacionais e culturais, modificando a maneira e nível de investimento em capital humano. Decorrente disso, para Foucault

(2008), o capital humano passaria a ser um indicador de produtividade e, por consequência, do crescimento da economia.

2.3 Pensar a concepção foucaultiana do neoliberalismo como produção de modos de subjetivações, memórias, poderes e saberes

Foucault (1998) na década de 1970, em Cursos para o *Collège de France*, debatia sobre o Neoliberalismo e as possibilidades de compreender esse problema em sua época, por isso destacava a emergência e nos alertava em aprofundar discussões sobre os interesses dos escritos, práticas e projetos neoliberais. A partir dele, poderemos buscar se atentar as mudanças que ocorriam no nosso presente, acompanhando através de pesquisas e reflexões do nosso agora, o que nos fazia ser diferente do nosso ontem.

Logo, ele favorece pensar o nosso presente não apenas como um período entre o futuro e o passado, mas sim como possibilidade de questionar e encontrar a própria saída para os problemas em nossa atualidade. Isto é, o presente como meio de se encontrar com aquilo que nos diferencia de ontem e de processos que já passaram. Também podemos refletir o agora como lugar de fazer a mudança e compreender o problema do próprio movimento da vida, nessas malhas de poderes que transitam, porém, são transitadas.

Portanto, é no presente, no agora, que podemos compreender o neoliberalismo e como o mesmo se articula por entre os jogos de poderes. Principalmente se for perante um Estado que tem como especialidade buscar práticas gerenciais eficazes e aplicáveis na população. Pois, agora, em pleno século XXI, podemos compreender, a partir de Foucault (2011), o neoliberalismo como parte de vários países no mundo. Ainda mais, estando suas diretrizes se tornando bases fundamentais de muitos Estados através de poderes bélicos, políticos e econômicos. Também incluímos os países em crises ou subdesenvolvidos que aderiram ao neoliberalismo por diversas razões – contrato, acordo ou imposições –, principalmente, após o Consenso de Washington que ocorreu em 1989 (BATISTA, 1994).

Discorremos, a partir do pensamento foucaultiano, o neoliberalismo versa sobre a economia e política para o progresso da nação, a perfeição do paraíso 'bíblico' cristão do capitalismo em plena terra – de forma irônica. Porém, o que podemos ver, através de Foucault (2008b), é uma "arte de governar", "uma racionalidade governamental", ou melhor, uma sociedade que vive sobre modos de "conduções das condutas" neoliberais.

Desta maneira, para nós, essas governamentalidades neoliberais são conduções de condutas que afetam vastos níveis das vidas das populações e também de grupos inseridos nesses processos sociais. A sociedade, por exemplo, passa por interpretações e organizações através de existências pautadas a partir de certezas econômicas.

Assim, fica claro a busca para atingir de forma “segura” a sociedade, como percebido com os liberais e ultraliberais do século XIX e até no surgimento do Neoliberalismo com Mises, Hayek e Friedman. Para tal, destacamos que eles recorreram a justificativa da elaboração do capital humano, do empreendedor e seu capital livre. Isto é, o que Foucault (2008c) denominará como *homo oeconomicus*, conhecido como “empresário de si mesmo”, ou seja, o sujeito do neoliberalismo.

Mas, não é qualquer um, ressaltamos que se trata do novo sujeito que só pensa em ampliar seus lucros e rendas. Isto é, o próprio “capital humano” que, jogando nessa lógica, se torna responsável por sua escolha e 'vencerá' por seu mérito. Mas não levam em consideração vários outros fatores, que vão além de mérito, como social, político, geográfico, histórico... Pois, ninguém vive na miséria porque quer, ainda, não basta apenas esforço próprio e mérito.

Desta maneira, na nossa concepção, por mais que existam esses tipos de preceitos neoliberais, que em certos casos impõem suas condutas individualmente e socialmente, também existe a resistência a isso tudo e os resistentes disso tudo. Pois onde há poder, conforme Foucault (2006), existe resistência! Isto é, o rebelde, o insurgente, o anormal, o louco aos olhos sociais, o que diz não em ser mais um cordeiro ou gado de rebanho, os que ocupam o vazio, preenchem ou não.

Para nós, os resistentes fazem linha de frente nos diversos palcos sociais, ao ocupar uma escola e exigir educação pública de qualidade. Por entre essas malhas de poderes transitam os resistentes, esses são partes das possibilidades de mudanças e novas auroras, com novas culturas e que confrontam as políticas no nosso século. Isto é, são as prostitutas, os transviados, as travestis, artistas, poetas, políticos, agrupamentos, marginalizados e coletividades.

Como diriam Hardt e Negri (2001, p. 12), são as multidões que confrontam os poderes, os impérios, pois "a multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares". Ela é capaz de conduzir ações políticas voltadas para "transformação e a libertação" (p. 139) dessas amarras sociais.

Desta forma, aqueles pensadores favorecem nossas reflexões, por compreenderem os conflitos da atualidade, destacando a multidão como aquilo que surge no império, porém, aquela busca atravessar essa. Visto que, para eles, o povo está amassado nesses jogos de poderes, transformados em indivíduos unos, isto é, conforme Salztrager (2016), unidos por falsos dispositivos de sujeições, ainda, numa relação contratualista entre povo e império.

À vista disso, diferente da unidade do povo, a multidão é múltipla, "é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única". Pois contém nela, conforme Hardt e Negri (2001, p. 12) continuam afirmando, "diferentes culturas, raças, étnicas, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos". Da mesma maneira pensam sobre a "massa", nessa impera a indiferença, "massificados", homogeneizados, na multidão impera a diferença, longe das diferenças enlatadas em unidades pré-concebidas do povo e da massa.

Portanto, devemos observar que os resistentes, no século XXI, saem da multidão, onde essa homogeneização, essa unidade é confrontada pelas diferenças. Isso é o que esses autores chamam de "devir diferente", "devir diferente daquilo que você é", em suas palavras, a "multiplicidade da multidão não é apenas uma questão de ser diferente, mas também de um devir diferente"

(HARDT; NEGRI, 2001, p. 444), um corpo sem unificação, mas singularidades que transformam, criam e agem.

Ou seja, a partir disso, podemos conceber que são múltiplos corpos biopolíticos e que nas suas resistências também produzem, procurando novas formas de articulação e comunicação, entre outros. Isto é, buscamos criar, resistindo entre as malhas de poderes e as governamentalidades produzidas pelo neoliberalismo. Em outras palavras, somos produtores na medida que também somos produzidos, pois ninguém é para nós plenamente passivo no mundo. Parafraseando, o músico e poeta Siba da Rabeca, “toda vez que dou um passo, o mundo sai do lugar”.

Assim, afirmamos que a multidão está resistindo e vem buscando ferramentas para tal! Desta maneira, percebemos Foucault (2008) como uma ferramenta importante para ter conhecimentos dessas emergências geradas pelo neoliberalismo em nossa sociedade. Pois, já denunciava pelas décadas de 70 e alguns anos de 1980, os pressupostos neoliberais de individualismos, concorrências, praticas através de cálculos racionalizados e numa lógica de mercados, afetando a política, a relação entre as pessoas e a própria democracia. Também é importante percebermos que as concepções filosóficas daquele pensador e seus escritos são, como ele e Deleuze consagrou, "caixa de ferramentas" ou "óculos dirigidos para fora" (FOUCAULT; DELEUZE, 2010, p. 71).

O mais absurdo dessas concepções do capital humano é negar a alteridade, pois o sujeito é colocado como culpado por sua possível péssima condição. Isso é alarmante e perigoso, visto que desvaloriza a Ética e não aceitam condutas solidárias. Desta maneira, a culpa é do miserável por sua condição, pensam os neoliberalistas – erradamente – que as pessoas estão como indigentes porque querem.

Por conseguinte, o Neoliberalismo amplia suas políticas investindo em gestões coletivas e privatização de tudo que puderem, do riacho até qualquer tipo de educação ou de bens comuns. Destroem garantias sociais que precisaram de anos de reivindicações, lutas e conquistas, colocam vendas de estatais e assistências sociais, por exemplo, como progresso e ampliação de

empregos (FOUCAULT, 2008b). Entretanto, sabemos que essas ações não são garantias de nada, absolutamente nada!

Desta forma, as próprias subjetividades entram em jogos, essas não ficariam de fora, são tornadas mercadorias entre mercadorias. O ser, para nós, romantizado pelos gregos clássicos é transvalorado à uma calça, camisa, sapato, vestido... Isto é, o ser – enquanto humano – é objetificado e a calça é o ser deste humano objetificado, esse que se maltrata emagrecendo a todo custo para entrar na roupa com tamanho de um arquétipo pré-definido, em um padrão de beleza pré-concebido e capitaneado pelos colonos – agora neoliberais –.

É importante frisarmos que foram nas décadas de 1970 e 1980 os anos que o neoliberalismo entrou em prática, se tornando o modelo da globalização capitalista. Sendo assim, Foucault (2018c) tornou-se um pioneiro nessa crítica e um pensador perspicaz, capaz de começar a refletir entre 1970 e 1980, momento próximo ao próprio neoliberalismo aplicado. Pois, esse não se sintetiza apenas em sistema de Economia e Política, mas é normatizador socialmente, falando dos próprios processos de subjetivações das pessoas. Isso, conforme nossa pesquisa, afeta os modos como as pessoas são e estão em suas próprias existências.

Por isso, Agamben (2016) definirá o neoliberalismo como uma religião da nossa atualidade. Entretanto, vamos mais longe ainda, não seria uma religião qualquer, mas uma que não conhece racionalidade além da sua, com viés de mercado, inflexível, ferino e sem salvação – um cristianismo sem Cristo. Os Bancos agem como as igrejas e seus cultos monetários, a trindade é o dinheiro, os créditos e os trabalhos – ou melhor, o empreendedorismo. Por fim, o inferno são as crises e os demônios quaisquer coisas que busquem o contrário do Neoliberalismo.

Desta forma, para Agamben (2016), desde que o neoliberalismo surgiu ou até mesmo o próprio capitalismo (anterior ao capitalismo neoliberal), que crises econômicas existem, são através delas que podem realizar imposições restritivas e medidas ou regulamentações. Assim, a crise capitalista, na concepção de pensadores como Dardot e Laval (2019), surgiram da Comuna de Paris, em 1871, momento esse que tem a marca do centenário conflito socialista.

Por consequência disto, salientamos que a resposta nesse período foi – de maneira estratégica – centralizar e concentrar as produções, buscando monopolizar os poderes. Nesse período, a expansão da financeirização e globalização se torna força justificada a partir das produções industriais. Porém, podemos destacar, desde a modernidade, as crises cada vez mais tem marcas sociais e políticas, não somente econômicas.

Desta forma, observamos que o sistema financeiro se torna a força motriz para a produção de dinheiro, a capitalização se dará em cima do trabalho realizado, rendas e acúmulos de riquezas. Sem o romantismo de nação, os Estados atuam em favor dos capitais, são ferramentas da governamentalidade neoliberal, minimizando ao máximo o bem-estar de suas sociedades para chegar aos pretendidos equilíbrios financeiros (FOUCAULT, 2008). Porém, o que se percebem são oligopólios nacionais e internacionais de grandes corporações, por estas terem grande acúmulo de capital, monopolizam empresas em vários países e assim ocorre a nível regional.

Por consequência disto, questionamos: por qual razão um país vai dar pensão, salário, escola pública? Tudo reduzido à lógica do mercado que dita as leis, mas com mão invisível? Para a assistência social, a multidão não deve ter intervenção de bem-estar social pelos governos nessa racionalidade neoliberal. Mas, convenhamos indagar, em que momento o mercado se autorregulou? Quantas crises o Estado transfere verbas públicas que vão direto para empresa e não retornam de nenhuma maneira para a população? É possível se autorregular com grupos empresariais monopolizando o mercado?

Na atualidade brasileira, por exemplo, poucas empresas detém o monopólio e oligopólio de vários produtos, principalmente na área de alimentação, pet, roupa e cosmético (KRIESIS, 2016). Como a Ambev, por exemplo, uma empresa que produz diversos tipos de cervejas, que aos olhos dos consumidores são vistas como concorrentes entre elas, tais quais: Brahma, Skol, Antarctica e Budweiser – não “concorrem” entre si, mas são da mesma empresa, isto é, dão lucro ao mesmo grupo. Desta maneira, para nós, isso pode ser visto como uma ilusão de livre escolha e de um mercado autorregulado, pois, continuando com a Ambev como exemplo, essa detém 69% do mercado cervejeiro do Brasil.

Seguindo esses critérios, um dos intuitos dessas empresas é lucrar através dos mais diversos tipos de produtos e consumidores possíveis. Nas mídias americanas, por exemplo, quase 90% são controladas por grupos empresariais (COSTA, 2005). O infográfico denominado de "Ilusão da Escolha" mostra esse oligopólio e monopólio, onde empresas podem estar "regulando" o mercado! Então, não seria o objetivo de transferir o mercado da mão do Estado para a mão de parcelas de empresas, que determinam os preços, as ofertas?

Figura 01: Cervejas: A Ilusão da Escolha.



Fonte: VirtualCapitalist, 2019.

Desta forma, a critério de informação, a área de educação é uma das mais lucrativas do mundo, que também não é diferente da área de alimentação ou cosmético, e vem sendo monopolizada. No Brasil, por exemplo, surgiu o maior conglomerado educacional do mundo quando ocorreu a fusão da Kroton e Anhanguera. Existem outros grupos, tais quais: UNIP, Estácio, Ser Educacional e outros.

Figura 02: Principais conglomerados educacionais brasileiros e grupos privados de capital aberto.



Fonte: Gomes, Leher e Costa, 2020.

Assim, podemos indagar, com esses conglomerados na educação privada, se caso extinguisse a educação pública, poderia o livre mercado da educação se autorregular sem a interferência desses grupos? Por isso a educação deve ser percebida como um meio em que a sociedade amplia seus desenvolvimentos sociais e intelectuais, também, parte da garantia dos direitos humanos básicos. Porém, como destacado em tópicos passados, quando não era colocada como desnecessária por uns teóricos, por outros neoliberais é vista como uma das mercadorias mais lucrativas no mundo (CAVALCANTE, 2018).

Desta maneira, no Brasil, as faculdades particulares lucram através do FIES e outro meios de acessos. Principalmente com o Ensino à Distância, EAD, onde alunos podem pagar por mensalidades "acessíveis", horários flexíveis que permitem conciliar com suas jornadas de trabalho. Porém, um aluno custeado pelo governo é mais garantia de pagamento e se houver endividamento será com o Estado. A Financeirização ampliou as disciplinas relacionadas aos trabalhos, requerendo grandes desempenhos e resultados eficazes (GOMES; LEHER; COSTA, 2020).

Observamos que esse acúmulo de capital nas bolsas possibilitou ampliar e acumular continuamente essa, mas à sangue e suor dos trabalhadores, acentuando desigualdades na hora de distribuir essas rendas. O Rentismo é garantido de maneira privilegiada e recolhido tanto no privado quanto no público, uma verdadeira mina do tesouro de apropriações. Com isso, cada vez mais a política de bem estar-social vai se finalizando – para alegria dos fundos de pensões e seguradoras –.

Desta forma, reiteramos, são cortes sobre cortes no Estado, porém, pressão sobre os trabalhadores (HARDT; NEGRI, 2001). Assim, na nossa concepção, os Governos não governam para a multidão, mas para certas classes. Visto que outras são prensadas, achatadas, violentadas, principalmente se essa classe trabalhadora reclama ou protesta pelo seu direito. Também, 'massacram' quaisquer que busquem resistir e garantir direitos sociais (SALZTRAGER, 2016).

Sendo assim, para Foucault (2004) em "Segurança, Território, População", deveríamos ser perceber essa obra como uma "história das governamentalidades", pois busca, entre outros pontos, destacar como se deu esse processo. Mostrando-nos que é de forma tríplice que os jogos atuais dessa governamentalidade se dará, através de 'Soberanos', 'Disciplinas' e 'Gestões Governamentais'.

À vista disso, para aquele pensador francês, teve seu início de fato no medievo e sua justiça estatal, tornando-se posteriormente Estados administrativos e, por fim, chega ao Estado moderno. Esse último, a rigor, segue toda a metodologia da Arte de Governar a população, porém, a partir de uma governamentalidade estatal e cada vez mais neoliberal.

Dessarte, conforme o pesquisador Salztrager (2021), são condutas que buscam a manutenção das ordens, visto que, por mais que haja uma mudança na sociedade, não implicam que o mecanismo de governar anterior seja findado ou rompido totalmente. Na verdade, podemos afirmar que existe também a articulação entre as formas, por exemplo, ao sair de um governo soberano para um outro pautado na disciplinaridade e, posteriormente, um pautado na governamentalidade.

De acordo às palavras de Foucault (2001, p. 654), neste sentido, a governamentalidade será de 'ordem política'. Refletindo a partir desse ponto vista, percebemos uma arte de governar a população. Porém, esses jogos buscam atravessar a população e os indivíduos. Sendo que este último é de grande importância para a manutenção, ampliação das malhas de relações e produções e que favorecem o neoliberalismo.

Isto posto, Foucault (2021, p. 654) dirá da seguinte maneira, "há, de fato, um triângulo soberania-disciplina-gestão governamental cujo objetivo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança". Ainda, é preciso perceber que a governamentalidade é constituída a partir dessa convergência que ocorre nas "técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si" (FOUCAULT, 2001a, p. 1606). Refletindo sobre a nossa atualidade a partir daquele filósofo, o que se vive hoje no Brasil é o mais profundo dos jogos da biopolítica, da disciplina e resulta no controle que não favorece a multidão.

Desta maneira, questionemos, se o neoliberalismo calça essa luva em sua mão invisível, em sua governamentalidade, e a escola? Apenas atende seus interesses e que não impede atender diversos outros interesses. Assim sendo, para nós, essa arte de governar, no século XXI, também é a arte de governar a "si mesmo" e os "outros". Isto é, essa forma política da governamentalidade inclui outros pontos salutares, conforme Foucault (2008b), tais quais: as diversas maneiras de ascetes, os poderes pastorais, as biopolíticas, disciplinas, controles, Estados policiais, racionalizados, liberais e por sua vez neoliberal.

Desta forma, ao retirarmos o 'véu de maia' que vela aspectos salutares neoliberais, é para a nossa sociedade, neste século, um novo meio de racionalizar os poderes dos Estados, mas a partir da governamentalidade. Por isso, o que ocorrem em nossos momentos, também são, em grande medida, modificações – deste rio social – das formas de subjetivações e de políticas.

3. A EDUCAÇÃO COMO UM ESPAÇO DE PRODUÇÃO DISCIPLINAR, DE PODER E SUBJETIVAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

3.1 Pressuposto da Razão de Estado Neoliberal

O neoliberalismo, para alguns teóricos, conforme destacado anteriormente, é visto como uma possibilidade de paraíso terreno capitalizado. Um paraíso onde certos preceitos não mais religiosos, filosóficos, artísticos, entre outros, se tornam apenas partes de processos e demandas de consumo. Em tese, de forma romantizada por seus teóricos, pode ser superficialmente definido como uma política/econômica capitalizada e com Estado minimizado, acompanhado de uma liberdade comercial garantidora do progresso e desempenho econômico/financeiro, conseqüentemente, levando a 'evolução' das sociedades em sua gestão (FOUCAULT, 2008b).

Porém, como já mencionado, buscamos aqui pensar o que vem nas entrelinhas desta forma de conduta social, presente há algumas décadas no Brasil e em países subdesenvolvidos – objetivo traçado no Consenso de Washington, ocorrido em 1989. Dessa forma, precisamos pensar o neoliberalismo como atuação política de racionalidades e técnicas, das quais buscam ampliar e aplicar suas subjetivações, formando seu novo sujeito: *homo oeconomicus*. Para depois, como será debatido no próximo tópico, poder pensar como essa racionalização interfere na educação e a utiliza como uma ferramenta para seus objetivos, ente eles, a normatização e interferência na relação do sujeito consigo mesmo.

Desta maneira, por mais que se tenha uma série de crises econômicas em diversos países e em diversos anos, uma coisa deve ser pensada de forma menos dramatizada, isto é, olhar que o neoliberalismo está entrando em ruínas, ele passa por crises e nessa ele cria metamorfoses, 'adaptando-se' e transformando-se. Por isso que podemos pensar em vários modelos de neoliberalismo, americano, alemão, inglês, chinês e outros, quando a busca está, principalmente, no livre mercado.

No Brasil, por exemplo, se tem fortes implantações do neoliberalismo, pode se perceber a partir dos governos de Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016). Porém, de maneira mais incisiva, nos últimos anos, se inicia com ex-presidente Temer (2016-2019) e seu sucessor Jair Bolsonaro (2019-2022).

É importante destacarmos que as políticas de esquerda brasileiras também atuaram através das necessidades do mercado. Vale destacar que, em vários períodos, banqueiros, instituições e faculdades privadas foram grandes beneficiados – e até os dias atuais ainda o são –. Desta forma, pensando a partir do que Foucault (2008b) escreveu, para o neoliberalismo não importa a forma de governo, o mais importante é colocar em prática as produções dessa forma de 'gestão' e saber navegar favorável ao mercado.

Isto posto, ainda existem muitos investimentos massivos do Estado – do governo Temer para cá – na educação básica pública. Ao interpretarmos a atualidade através das concepções foucaultiana, percebe-se que essas políticas favorecem toda essa lógica de produtividade mercadológica de eficiências e produtividades no Currículo da educação básica, até mesmo nas universidades públicas através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (SILVA, 2007).

Deste modo, para Laval (2001), isso ocorre a partir de políticas implementadas e seguidas a partir dessa governamentalidade neoliberal, transformando paulatinamente as escolas públicas para se tornarem espaço de produções de modos de subjetivações. Porém, vale destacarmos que ainda se faz e se percebe resistência nesses espaços institucionais.

Por conseguinte, nos meados dos anos de 70 do século passado, ocorre um momento crítico do Sistema Fordista, isso faz as décadas seguintes tomarem precaução e mudanças políticas econômicas no mundo. Deste modo, na década de noventa podemos perceber o Neoliberalismo sendo aplicado no Brasil. Isto é, já começamos a encontrar a sua forma de racionalidade tornando-se a base das reformas estatais, ou seja, dos setores públicos. Isto é, o modelo mercadológico pensando na produção e eficácia a partir de gerenciamentos empresariais,

também estão presentes nas Instituições de Ensino Superior, IES, públicas (DARDOT; LAVA, 2016).

Podemos refletir, ainda sobre isso, por exemplo, sobre a essa mercantilização do ensino superior e explosões de redes de Faculdades privadas, as Universidades públicas, através da CAPES, que segue essa lógica do mercado, utiliza métodos quantitativos para poder elaborar avaliações dos professores, alunos, cursos e outros.

Isso, interpretando a partir dos pensamentos de Foucault (2008b), demonstra ser a própria inserção universitária ao modo mercadológico eficaz e produtivo. Números e mais números sintetizam certos saberes, isto é, quantidades versus qualidades, utilidade e inutilidade, retornos econômicos neoliberalistas.

Entretanto, podemos perceber que a razão neoliberal se tornou um dos tipos de posicionamentos e bases de discursos de movimentos políticos no *Impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Claro que houve outras razões a mais, porém, a concepção neoliberal também foi contundente nessa fase trágica brasileira. Ou seja, não apenas a razão neoliberal, mas as vendas e compras de cargos impedidos pala presidente, a crescente questão da crise do capital mundial, o avanço do Neopentecostialismo e seus jogos de força dentro do próprio governo.

Dessa maneira, neste período, o neoliberalismo teve tom cada vez mais forte e presente numa oposição política. Seus sucessores foram enfáticos nas suas posições políticas – para além de direita ou esquerda – e práticas, tornando o Estado uma ferramenta de seus interesses, acelerando as práticas neoliberais e seus comportamentos. Visto que, por se tratar de um governo de “esquerda”, nada melhor que um de direita e neoliberal, isto é, o oposto, apesar que aquele também teve praticas neoliberais. Assim, destacamos que as diretrizes neoliberais, suas condutas e suas vias de pensamentos se tornaram símbolo de normas sociais, onde o 'novo' sujeito brasileiro *homo oeconomicus*, assevera em si a subordinação de ser um dócil, empresário de si.

Dessa forma, o neoliberalismo gera impactos fundamentais em todas as sociedades que chega e a partir de sua governamentalidade está, por exemplo,

causando reformas na relação de trabalho, palco de tomadas de decisões nos últimos anos e que deixa o trabalhador mais vulnerável. Decorrente disso, os sindicatos enfraquecidos, demissões facilitadas, isto é, uma política que reduz certas proteções dos seus 'cidadãos'. Vide a Reforma Trabalhista de 2017, ocorrida no governo Temer, que a partir da Lei nº 13.467 realizou diversas mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho.

Podemos também usar como exemplo o próprio Estados Unidos, “modelo” de Estado minimalista, que precisou intervir na sua população, carente em saúde pública e cada vez mais vulnerável. Expondo, assim, o abismo da desigualdade social, percebido em diversos outros países (FOUCAULT, 2008b).

Assim, o Neoliberalismo, ao nosso ver, modifica paulatinamente a partir de produções, as etapas da nossa subjetividade e a forma em que se interpreta nossa existência. Pois busca uma naturalização de suas normas nas práticas, a partir de dispositivos. A descrença no Estado e na própria noção de vínculo social é caracterizado por sua alta demanda competitiva, onde a concorrência de todos contra todos seria o equilíbrio da desigualdade (FOUCAULT, 2008b).

Desta maneira, a intervenção mínima do Estado é para os gastos públicos para a sociedade, mas pode ocorrer intervenções das políticas públicas a favor dos setores privados. Praticam, assim, uma forte comparação entre os setores públicos e privados, mostrando a eficiência de um se comparado ao precário do outro. A exemplo da pandemia do Covid-19, iniciada na China e que atingiu diversos países no início de 2020, levou a perceber ainda mais a importância da intervenção do Estado em várias instâncias de assistências à sociedade (FOUCAULT, 2008c).

Mesmo com a busca incansável no Brasil de privatizar os setores públicos, como o SUS, a Educação, o que seria da sociedade mais vulnerável sem o mínimo de atendimento possível? Como esse país passaria com o sistema de saúde privado e interessado no lucro social? Podemos usar como exemplo um país com sistema de saúde privado no período de Covid-19, a falta de segurança na saúde nos Estados Unidos demonstrou o sofrimento de muitos não terem dinheiro suficiente de tratamento hospitalares e pela política praticada pelo ex-presidente Trump (2016-2020). Assim, numa fase de pandemia fatores sociais

americanos, econômicos e políticos contribuíram para sua posição entre as maiorias das mortes por Covid-19 a nível mundial e se comparado a países ricos os EUA tiveram uma atuação de país “subdesenvolvido”, no qual poderia ter evitado em torno de 40% de suas mortes (THELANCET, 2021).

Portanto, ressaltamos que esse sistema social, à luz do neoliberalismo, se fortalece na sua racionalidade de atuação e normatização. Ainda, não orienta apenas o Estado, mas todos os indivíduos. E muitos agem em seus cotidianos sem saber que isso realiza a gestão de suas próprias vidas, suas relações consigo mesmos e a maneira que se governam.

Desta maneira, devemos salientar que essa forma social atua em jogos políticos da vida, normatizando-a em uma existência competitiva. Isto é, o sujeito passa a se perceber, comportar e se conhecer como um sujeito empresa, o gestor de si mesmo. Sendo assim, o neoliberalismo deve ser visto como uma nova forma de racionalização na sociedade, ou seja, a partir de suas normas, estruturam e metodicamente organizam a nossa vida, os Estados e os que governam esses (FOUCAULT, 2008b).

Salientamos, ainda, que o Neoliberalismo não é apenas ‘um novo liberalismo’, por mais que seja uma ‘reelaboração’ desse. Pelo contrário, ele busca rupturas dessas raízes, por isso tece críticas à certas pontuações liberais. Assim, como percebemos através dos próprios teóricos neoliberais, buscaram fazer o que o liberalismo, à sua luz, não o fez ou não fazia. No entanto, o Neoliberalismo, em seu início, não tinha apenas olhar para sua ruptura com o Liberalismo, mas aproximação com pontos importantes para sua disseminação como Estados, Governos, Políticas e Instituições, neste último, destaca-se – entre outros – a própria educação.

Assim, não se trata de pensar em um detentor de poder ou algo conspiratório. Pois, até mesmo pensar em uma marionete para trazer uma alusão ao neoliberalismo, ainda teremos por trás um alguém manipulando o fantoche – o que não seria nosso caso –. Visto que, de acordo à Foucault (2008b), devemos compreender o poder como uma malha que cruza em suas diversas linhas (FOUCAULT, 2008b).

Desta forma, seguindo essa lógica, podemos demarcar seu período histórico, sociológico, mas sua governamentalidade, sua produção e exercício de poder/controle, como areia à mão que deixamos escapar. Isto é, reiteramos, não podemos definir ou ter, por exemplo, “controle” do poder, ainda menos centralizá-lo. Nesses processos, podemos perceber que a educação e seus respectivos espaços foram objetivos iniciais do Neoliberalismo.

Assim, a razão disso – entre outras – é pelas escolas e universidades serem também espaços de produções de subjetividades. Ainda, são essas possibilidades de produções que se tornam favoráveis à razão neoliberal e sua produção do *homo oeconomicus*, por via dos saberes ampliando os ‘empresários de si mesmos’. Segundo Foucault (2008b), esses serão os mantenedores de existências pré-concebidas pelas concorrências.

Sendo assim, ao olharmos a educação como uma de suas ferramentas, podemos entender como funciona os próprios *modus operandi* do Neoliberalismo. Também, tendo compreensão disso, será possível começar a elaborar uma resistência epistêmica a suas produções. Pois, aquele, diferente do que é pensado por muitos, não foca apenas nas economias, finanças, políticas monetárias e austeridades, são mais do que essas especialidades aparentam. Isto é, o neoliberalismo pode ser descrito também como políticas e estratégias que buscam remodelar as sociedades e a partir de suas estratégias vão mudando as pessoas, as culturas e outros (FOUCAULT, 2008b).

Acerca disso, podemos destacar como exemplo que a estratégia política e de remodelamento de sociedade está no sistema jurídico, pois esse se torna uma das legitimações desses discursos neoliberais e de suas aplicações. Por conseguinte, quando analisamos em Foucault (1996) a judicialização, percebemos como ele está realmente atento ao seu presente. Visto que, esse dispositivo de judicialização da sociedade vem acompanhando os próprios períodos de mudanças e cada vez mais presente, como também, fortalecido. Segundo observado por nós, também, em Lemos (2018, p.04):

A judicialização poderia ser interrogada, em meio a esta racionalidade penal como um acontecimento, o qual marca as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI, manifestando-se nas democracias representativa e participativa, embora de modo heterogêneo, em ambas. Podemos destacar que também é regularmente apresentada no contexto da crise do Estado de Bem-

estar, todavia, suas condições de possibilidade são singulares. Prado Filho (2012) pondera que a justiça deixa de ser litígio particular entre indivíduos para ser problema de manutenção de soberania: os conflitos não mais serão negociados e resolvidos entre os envolvidos, mas estes terão agora que se submeter à regulação do Poder Judiciário que passou a ser organizado como poder político.

Conforme Foucault (2014), esse dispositivo começou a ser usado já entre os séculos XVII e XVIII do período moderno. Porém, foi a partir dos anos finais de 1970 do século passado, que concomitante à vários processos sociais, o dispositivo de judicialização da se tornou mais presente e também partes das "tecnologias" Neoliberais. Isto é, principalmente, a partir de 1980, 1990, 2000 em diante, podemos presenciar – por exemplo –, inclusive no Brasil, no qual o que seria "defesa" da população ou para as sociedades se tornou uma engrenagem, numa linguagem foucaultinana, virou parte salutar de dispositivos de segurança e das governamentalidades neoliberais. Por consequência disto:

No Brasil, o processo de judicialização é contextualizado, sobretudo, após a promulgação da Constituição de 1988, que trouxe para ordem do dia o tema dos direitos da cidadania e da nascente ordem democrática. A judicialização da política implica a crença e aposta na capacidade do Estado de Direito assegurar a regulação da economia concomitantemente à gerência da política de direitos humanos, operacionalizada pelo paralelo com o mercado, ancorado pela racionalidade neoliberal (LEMOS, 2018, p. 06).

Posto isso, é importante frisarmos que essas mudanças são partes dessas sociedades mercadológicas. Ainda, as concepções jurídicas oriundas da Modernidade, consolidaram em grande medida a Democracia, por ter essas raízes, fica evidente para nós que o sistema jurídico faz parte de economias liberais daquele momento onde surgirá o Direito Administrativo e Judiciário. Desta maneira, são essas consolidações dos Estados Modernos que fizeram as Leis ter uma soberania, muitas vezes indiscutíveis. Ainda quele autor, sobre isso afirma que:

Garantir os direitos fundamentais por meio da política, assentada nos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário com a proeminência do Poder Judiciário, é disparar e articular práticas de segurança, organizadas em um dispositivo de seguridade, o qual coloca em funcionamento regras do direito, no quadro da soberania, em uma política da verdade. Foucault (1979) descreveu o campo de práticas disciplinares do Direito por meio da governamentalidade da verdade e gestão dos bens e das coisas, no mesmo dispositivo do governo da economia e da defesa social (LEMOS, 2018, p. 06).

Dizemos isso, pois, ao ter os processos judiciais e as leis percebidas como soberanas, muitas vezes essas atuam contrárias às próprias tomadas de decisões da maioria, isto é, da população, da multidão, do povo... Ou seja, por mais que as Leis tenham sido partes da consolidação da democracia – como ocorrido no Brasil com a Constituição de 1988 –, onde se espera participação popular, se demonstra contrário quando olhamos minuciosamente os processos históricos. Podemos questionar, como algo que auxiliou no alicerce da democracia pode atuar contra a vontade do povo? Como, através da judicialização, se tomam decisões que vão contrário à vontade da multidão?

Pois bem, é possível, e muito bem praticado! Na atual democracia brasileira ocorre, na falta de aprovação do povo ou de parcelas políticas, muitos governantes usam da justiça para consolidar suas mudanças, mesmo que isso seja contrário à opinião da população. Visto que, conforme vemos nos últimos anos brasileiros, é a partir de tomadas de decisões jurídicas que certos poderes são legitimados. Um dos maiores exemplos foi a Lei 13.415 de 2017, que implementou a reforma do Ensino Médio no Brasil, iniciada pelo governo do ex-presidente M. Temer, em 2016.

É importante sabermos que, antes dessa Lei (BRASIL, 2017), que essa reforma do ensino médio foi uma pauta de debate que perdurou cerca de 20 anos – até 2016-17 – e nunca ocorreu algo efetivo, isto é, não saía do "papel". Porém, é importante indagar, como no governo Temer esse debate de duas décadas saiu do "papel"? A partir de uma Medida Provisória, MP! Isto é, iniciou em 2016 como uma MP, nº 746/16.

Precisamos saber sobre isso, que a nível do "Direito Constitucional do Brasil", a MP pode ser definida como uma ação "unipessoal" exercida pelo Presidente – frente no Poder Legislativo – do nosso país. Essa MP tem força de Lei e é redigida sem qualquer aval, em princípio, do Poder Legislativo, esse só será convocado posteriormente para debater tal MP e aprová-la ou não.

Assim, com a aprovação da MP 746/16, visto que houve aprovação tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, deixou de ser uma Medida Provisória e foi 'convertida' em Lei, nesse caso, nº 13.415/17 (BRASIL, 2017). O

que mais nos chamou a atenção foi a velocidade dessas mudanças que duraram menos de seis meses, para sair de MP e transformar-se em Lei.

Isto é, essa reforma do ensino médio, em nossa concepção, excludente, pragmática e completamente apressada, nesse curto espaço de tempo não observou a profundidade da educação nacional, desfavorecendo camadas mais vulneráveis do Brasil. Desta forma, aquela Lei modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394/96 (BRASIL, 1996).

Portanto, a MP 746/2016 aprovada no Senado e Câmara dos Deputados foi aprovada em forma de Projeto de Lei de Conversão, PLV, e sancionada pelo ex-presidente M. Temer. A PLV ocorre quando o Congresso Federal aprova a MP com emendas, assim, a MP começa a tramitar como PVL. Desta forma, caso o presidente sancione a PVL, ela se torna uma Lei Ordinária Federal.

Vale informar que essas ações, ou melhor, em uma linguagem foucaultiana, essas tecnologias de agenciamento da vida por via da judicialização, estão previstas na "Resolução nº 1 de 2002" do Congresso Nacional, CN. Neste, "dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências" (BRASIL, 2002).

Essa reforma da educação brasileira, denominado "Novo Ensino Médio", é o maior exemplo da judicialização atuante em interesses políticos, que vão além do próprio interesse social. Visto que ocorreu mesmo com escolas sendo ocupadas, faculdades, protestos nas ruas, isto é, tendo a grande maioria da população contrária. Assim, as mudanças ocorreram sem diálogos com os estudiosos da educação e tampouco com a população ou até mesmo os representantes estudantis.

As mudanças são nos horários, nos investimentos e principalmente no cumprimento do Currículo, com disciplinas reduzidas e tornadas opcionais. O "Novo Ensino Médio" entrou em vigor em 2022 e vai sendo progressivamente inserido a partir de 2023. Desde 2016, houve pressão popular e protestos em todos os cantos do Brasil, por isso foi importante e estratégico para os governantes utilizar MP, PVL até virar Lei Ordinária Federal, já que a reforma da

educação ocorreu de maneira unilateral, no qual os estudantes e educadores foram excluídos dos debates, princípio básico da Democracia.

A seguir, a efeito de memória e imagem, destacaremos uma figura de ato público ocorrido em 2019 contra os cortes financeiros na Educação brasileira, assinada pelo, até então, presidente J. Bolsonaro (2019-2022). Os estudantes fizeram atos públicos em mais de 70 cidades, neste caso – da imagem – ocorreu na cidade de São Paulo-S.P., na Av. Paulista.

Figura 03: Atos contra a reforma no ensino médio e os cortes na educação.



Fonte: Paulo Pinto, 2019.

Tratando mais um pouco dessa reforma do ensino médio e que foi implanta por meio de MP e posterior tornou-se PVL, ela apenas amplia o abismo de desigualdade social brasileiro, visto que os estudantes do ensino público serão os mais afetados por tudo isso. Mesmo que seja uma reforma geral, isto é, tanto para escolas públicas e privadas, sabe-se que as instituições privadas manterão seus alunos no ensino médio focados em acessos de universidade, ou seja, darão suportes para seus ingressos através do ENEM.

O que não ocorrerá com as escolas públicas, que no máximo, se tornarão uma fábrica de formação de mão de obras focadas no mercado de trabalho. Sem falar que as escolas públicas estão fechadas há dois anos, decorrente do quadro

de pandemia que iniciou em 2020 no Brasil e está perdurando até os dias atuais, 2022. Sobre esses pontos, Corti, Salles e Araújo (2022, p. 01) destacaram:

A lei é federal e deveria ter uma concertação nacional na oferta, para garantir um mínimo de coerência dos currículos aprovados pelos estados. Mas dois fatores pesaram contra isso. A pandemia de Covid-19, que afetou de maneira diferente os estados, os mais pobres foram mais impactados. Ela impediu que as comunidades escolares participassem da reforma. Outro fator é o papel do governo federal. Existe uma responsabilidade da União no assessoramento, na regulação, para implantar a reforma.

Ainda, Corti, Salles e Araújo (2022) ressaltam que, no Brasil, as matrículas nas unidades de educação pública chegam a 86%. Assim, por causa da pandemia são dois anos quase desperdiçados por completos, pois nem todos os alunos tiveram condição de darem continuidades aos seus estudos à distância. Esse pesquisador que vos escreve, por exemplo, foi testemunha como professor de cursinho Pré-vestibular Solidário da UFRJ no ano de 2020 – início e auge do COVID-19 no Br. –, no qual vimos nossos alunos abandonarem os estudos para o ENEM por não terem condições mínimas de aulas remotas.

Desta forma, fica evidente que a pandemia alargou e ampliou a crise da educação brasileira, pois, além da vulnerabilidade financeira, temos a violência em nossas comunidades, isto é, nas favelas do Rio de Janeiro que são dominadas por "poderes" paralelos. Por isso, questionamos, será viável a implementação do "Novo Ensino Médio" e frente a esse quadro social que estamos vivendo? Isso só o tempo irá dizer.

Por consequência, o "Novo Ensino Médio" mudou as cargas horárias e a metodologia de aprendizado, as disciplinas tradicionais saíram e foram reunidas em áreas de conhecimentos. Porém, pretende-se que essas "disciplinas" dialoguem entre elas, isto é, tenham uma possível interdisciplinaridade. Os educandos, em sala de aula, sairão de 4 horas para 5 e progressivamente, baterá o limite de 7 horas em "sala" de aula.

Assim, os educandos poderão "escolher" entre cinco áreas de conhecimentos, sendo elas: I - Linguagem e suas Tecnologias; II - Matemática e suas Tecnologias; III - Ciências da Natureza e suas Tecnologias; IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; V - Formação Técnica e Profissional. É importante

destacarmos que as escolas não terão obrigações de oferecer essas 5 áreas, as unidades educacionais poderão oferecer no mínimo um desses pontos. Apenas três disciplinas serão obrigatórias: Inglês, Português e Matemática.

Como fica disponível o novo Currículo do Novo Ensino Médio? Será dividido em 2 eixos, primeiro será através da Base Nacional Comum Curricular, BNCC, que preencherá 60% tendo a presença de disciplinas clássicas e os outros 40% serão reservados as Itinerários formativos, no qual os alunos escolherão a que mais se identificam ou a que a escola ofertará, pois, como afirmado anteriormente, não serão obrigadas a ofertar as cinco áreas.

Seguindo essa ótica, o ensino médio terá que ter no mínimo 1.000 horas anuais, que no total de 3 anos terá completado 3.000 horas anuais, juntando as mil horas do 1º, 2º e 3º ano. Por fim, dessas 3.000 horas, 1.800 são reservadas às formações gerais básicas, já previstas na BNCC, e 1.200 horas serão para os Itinerários Formativos (Investigação científica; Processos criativos; Mediação e intervenção sociocultural; Empreendedorismo).

Desta forma, a partir de Foucault (2014), pensando na nossa atualidade, percebermos que essa ferramenta normatizadora jurídica legítima, enquanto verdade, as produções e institucionalizações das normas Neoliberais. Fazendo das instituições e dos Estados ferramentas para (re)produção de poderes normatizadores e discursos de 'verdades'.

Por isso, precisamos questionar os efeitos da judicialização para se fazer uma reforma na educação – a exemplo do Novo Ensino Médio – ou em outras áreas, principalmente quando é parte de interesses e se torna dispositivos para projetos neoliberais. Usar a justiça é uma estratégia biopolítica de governo, como no nosso país, isto é, no Brasil! Assim, em nosso entendimento, essa reforma – inserida a ferro e fogo – fornece uma educação pública mais precária, na medida que favorece um ensino técnico e profissionalizante se fornecer estruturas adequadas. Por consequência disso, teremos um abismo ainda mais profundo entre os estudantes de escola pública e de particulares. Também, em nossa concepção, há um intuito claro em atender as demandas mercadológicas através de mãos de obras baratas e especializadas.

A nosso ver, como já tratado, em um tom foucaultiano, são conduções de biopoderes através de biopolíticas que buscam atender os interesses de capitais financeiros internacionais, seguindo orientações e se orientando pelas lógicas econômicas neoliberais. Pois, a ideia central da reforma do ensino médio de 2017 é preparar os alunos para o mercado de trabalho. Adaptando, assim, o currículo do Ensino Médio, como no caso brasileiro – na nossa concepção –, conforme Laval (2004) ressalva, para que as escolas se tornem produtoras de sujeitos necessários aos novos paradigmas, isto é, o que denominamos de: o *homo oeconomicus* ou o empreendedor de si.

Além disso, devemos perceber que Foucault (2014) não busca a origem do poder, tampouco o vê centralizado ou monopólio do Estado e quiçá de um certo alguém, com muitas vezes é assim pensado tradicionalmente acerca do poder. É importante pensarmos sempre o poder, pois está em toda parte, assim, não pensamos apenas “o poder” ou “um poder”, mas poderes! Isso mesmo, poderes, no plural e não singular! A partir dele, definimos que o poder é circular, isto é, não para e sempre está se movendo, possível de se detectar em um lugar determinado.

Desta forma, em nossa concepção, o poder não está sob controle de nenhuma pessoa, porém, esse seu movimento faz parte daquilo que atinge – influencia – os sujeitos em sociedade. Logo, enxergamos os sujeitos como lançados às próprias possibilidades da vida, de outra maneira, percebemos como jogados às suas próprias sortes por entre os poderes e eles não são os verdadeiros originários desses poderes. Aliás, o poder não pertence a ninguém, o poder é capilar, se encontrando em vários lugares, ele é, por fim, produção, o produzimos e é produzido. Não somos apenas produção de certos poderes, reagimos, atuamos e essa reação já é um meio de produzirmos também. Visto que, na nossa concepção, usando uma linguagem foucaultiana, onde tem poder, tem resistência!

Acerca daquilo, de acordo a Foucault (2008c, p. 22), “o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios”. Isto é, na sua concepção, também, “política é a guerra continuada por outros meios”. O poder político, continua ele, “tem como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades

econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns” e também de outros (FOUCAULT, 2008c, p. 23). Ainda, na mesma página, “[...] a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra”.

Em síntese, podemos destacar, através de Foucault (2008c), que as sociedades são construídas a partir de guerras – em grande medida –, em certo período, por exemplo, o exercício do poder era reproduzido a partir dos reis absolutistas (ou até mesmo pelos teocráticos ocidentais). Porém, com o advento da burguesia – e sua ascensão – trouxe consigo nova forma de poder.

Assim, aprofundando mais esse contexto, ao perceber o poder político como uma "guerra continuada por outros meios" (FOUCAULT, 2008c, p. 22-23), releitura sua do aforismo de C. Von Clausewitz (1780-1831) – “[...] a política é a guerra continuada por outros meios” –, verifica que no século XVII, o poder político substitui os intermináveis combates que se arrastaram o medievo inteiro. Isto é, a política se torna o caminho para a paz civil, mas para que isso ocorresse precisaria que os indivíduos fossem submetidos aos Estados, detentor maior das forças políticas.

Por consequência, em nossa concepção, a guerra deixa de ser apenas caprichos de monarcas ou por desejo divino, o poder político se torna uma atitude racionalizada burguesa e o Estado uma ferramenta para manter essa governamentalidade. Assim, poder ganha novas caras, muda de aspecto e atuação, metamorfoseia-se! Isto é, esse poder político se tornou a solução para as sociedades atuais e para o próprio neoliberalismo. Logo, o direito apenas faz as mediações a partir do Estado e legitima juridicamente esse poder político. Acerca desse poder político normatizador, Foucault (2010) afirma que não busca sua origem, mas questiona como esse poder político produz pessoas que se ‘assujeitam’ de forma voluntária (ou não) a esse poder disciplinar.

Desta forma, destacamos a partir de Foucault (2010), que as tecnologias de domínio desse poder disciplinar estão por entre as próprias práticas do sujeito, na sua relação um com o outro – não de maneira hierarquizada, mas capilarizada. Isto é, pela transmissão uns com os outros e não decorrente da própria força. Acerca disso, nas últimas partes do seu curso de 1976, "Em defesa da Sociedade", podemos perceber que o poder político busca a disciplinarização

e controle da vida humana, desejo, corpo, tempos, espaços, trabalhos, bens e a própria relação de si consigo mesmo. Por isso, demonstramos a partir daquele pesquisador e trazemos para nossa atualidade, que o poder político disciplinar em sua racionalidade não parte de um caráter ideológico, como são muitas vezes debatidos atualmente, principalmente devido a divisão política do Brasil entre esquerda e direita (FOUCAULT, 1999).

De outra maneira, na nossa concepção, os movimentos políticos atuais não estão diretamente ligados ao poder, mas aos vários exercícios de poderes perceptíveis e destacáveis na história, que estão sobrecarregados de produções. Porém, vale percebermos que quando certas 'ideologias políticas se encerram' o poder se mantém, por exemplo, com o fim da União Soviética se encerra uma fase ideológica, entretanto, agora como Rússia, continuam as relações de poderes, subordinações e dominações contínuas, isto é, o poder político é ainda exercido não importando a concepção ideológica. Assim, as ditaduras, absolutismos e formas de governos autocráticos são para Foucault (1999) exemplos de poder central, isto é, exercício centralizado de poder como os reis medievais.

Por conseguinte, ao estudarmos as formações dos Estados modernos, tendo Foucault (1999) como base teórica, percebemos que o racismo começa a se tornar parte de critérios que classificam, definem e faz surgir as concepções etnocêntricas dos sujeitos. De outra forma, foram essas reflexões sobre as ideias de raças que possibilitaram um novo tipo de sujeito. Pois, no domínio dos reis, esse era detentor de tudo, do nascer ao morrer, incluindo os súditos – esses não tinham direitos, eram neutros e sem acontecimentos políticos/históricos –. Visto que suas atuações estavam limitadas pelas vontades dos seus soberanos.

Em virtude, podemos destacar, que os Estados modernos quando surgiram “quebraram” esse poder centralizador e transmissível – hereditário –. Assim, o Estado possibilitou que o 'povo' elege-se seus 'chefes' e esses se tornam os novos detentores sobre a vida e a morte, e essa forma se tornou uma garantia de proteção contra as intransigências de autocratas soberanos. Porém, o racismo surge quando se escolhe a partir da raça, etnia ou condição financeira qual deve morrer ou viver.

Isto é, um racismo normalizado numa sociedade que estabelece 'princípio' aceitável para manter ou não uma existência das pessoas. Deste modo, podemos afirmar a partir de Foucault (1999), que essas visões dão bases ao racismo exercido na nossa atualidade, principalmente, por grupos de extrema-direita, que usam de conceitos biológicos fundados no racismo para negar, atacar e matar os outros que 'geram' 'perigos' aos padrões biológicos aceitáveis e tradicionais como o Nazismo, por exemplo, Skinheads Neonazistas ou White Power.

Desta forma, acerca do Neoliberalismo, em meio a esses aparatos sociais, é preciso compreendermos que Foucault (2008c) não trata diretamente nos cursos de 1976 (Em defesa da sociedade) e de 1977-1978 (Segurança, Território e População). Porém, podemos extrair desses suportes para compreendermos as bases e os processos da racionalidade ou até mesmo da razão de Estado – ferramenta para o neoliberalismo –.

Assim, refletimos, desde Parmênides, se alargou a tradição do ser humano racional e biológico, com um eu cartesiano e um eterno físico, empírico humeniano. Então, afirmamos, são diversos anos na tradição ocidental, desse corpo "preso" no mundo das formas, preso numa racionalização das coisas, isto é, um ser pensante. Logo, usando Foucault (2008c, p. 03) para nossa consideração, destacamos a importância de investigar o Biopoder, pois esse deve ser visto como uma "série de fenômeno". Ainda, continua o filósofo francês, "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder".

Em síntese, através de Foucault (2008c), percebemos o poder a partir daquele curso e não por intermédio de sua natureza. Isto é, percebemos o poder sendo exercido a partir das ações das pessoas. Por isso, é preciso compreendemos as relações de poderes como efeitos e causas das relações dessas forças. Além, também, dos saberes que justificam os discursos de verdade, legitimam, outorgam e dão bases para essas técnicas de governar.

Sendo elas, na nossa concepção, bases para as organizações dos Estados atuais e ferramentas para poder realizar as organizações das

racionalidades acerca das próprias experiências dos sujeitos. Pois, ao nosso ver, os sujeitos atuais já são os 'urbanoides', a cidade fez operar essa técnica-política que naturalizou suas fronteiras e administração da vida. Isto é, seria para nós, o artificial se naturalizando!

Assim, concebemos, com as fronteiras sinalizadas, tanto surge a população quanto se justifica uma população, na mesma medida que se pratica um dispositivo de segurança, constituído entre as relações e normatizações dessas cidades. No século XVII, por exemplo, se resgatam os debates da 'coisa pública', isto é, os limites do governo dos Estados e suas 'ferramentas' de racionalizar na gestão social, tais quais: exércitos, polícias, justiças, populações, bens, fiscos e outros. Por consequência, à luz de Foucault (2008c), saiu-se de uma governamentalidade divina (a do poder pastoral), para uma nova governamentalidade de Estado.

Nesse ponto, podemos trazer reflexões com a nossa atualidade através de Foucault (2008c), em nossa concepção, essa governamentalidade, essa razão de Estado não precisa salvar a ninguém além de si mesmo, ou seja, o Estado, seus bens, suas manutenções. Isto é, a razão de Estado busca manter firme sua força e ampliar ou manter seus bens. No Brasil de 2020 e 2021, foi perceptível o jogo da vida, quando o chefe do executivo tateou entre a vida e a economia, optando pelo desempenho econômico do país em detrimento a vida de quem devia ir às ruas em plena pandemia. Também influenciando uma outra parcela que segue seus dogmas. Ficar em casa e "morrer de fome" ou ir trabalhar e "morrer pelo vírus", eis a questão?

Por isso, ressalvamos, vivermos em um país com essa governamentalidade, não podemos esperar que escolham as pessoas, pois, é típico e característico escolherem a partir da racionalidade Neoliberal a economia da nação! Assim, é possível percebermos em Foucault (2008c) que isso é fruto da construção da Modernidade, neste momento começaram a ser aplicadas as necessidades de Estados para a manutenção e aplicação da paz civil.

No qual, estes, a partir de suas racionalidades, buscam "alienar" os sujeitos com o discurso de que são incapazes – muitas vezes e não todos – de se pensar fora deles, pois já nascemos e somos partes desses, o Estado é quase

um Deus biopolítico, burocrático e concreto, onisciente e onipresente em nossas vidas. O que será de nós, sem o estado? Questiona um desistente com um véu em sua face!

Porém, utilizamos muitas vezes, pois existem os resistentes e trataremos na última parte deste trabalho, isto é, aqueles que dirão sim, claro, por qual razão não desconstruiremos o que está sendo erguido? Os conhecimentos, neste caso, são a base metodológica desta linha de raciocínio, os saberes dão bases a essas práticas e manutenções Estatais, incluindo suas intervenções sobre a sociedade. Por outro lado, os saberes podem ser usados como base para ruptura.

Assim, ressaltamos que essa concepção positivista, isto é, esse ideal de progresso se fortalece nesses modelos de sistemas, buscando técnicas que previna guerra uns com os outros, análises de estatísticas econômica e outros sucedâneos. Por isso, destacamos o Brasil como um dos exemplos dessa governamentalidade, limitado por uma razão jurídica, onde busca intervenção a partir de uma ação militarizada, essa capaz de manter a paz civil e garantido pelo Estado policial.

Para Foucault (2008c), por exemplo, a polícia surgiu por volta do séc. XVII. A polícia surge para ser a força mantenedora do Estado, disciplinar, garantidora dessa paz civil e de modos de vidas. O Estado policial, por sua vez, está solidificado na era da vigilância, com mais avançadas técnicas de seguranças inseridos nessa governamentalidade, nessa razão de Estado.

Dessarte, a liberdade se torna questão e limites do Estado policial. Então, na última parte de "Segurança, Território, População" (2008c), Foucault destaca que a liberdade foi inserida na 'lista' da razão de Estado, ao lado de segurança, população e território. A liberdade capturada, cerceada, além de metafísica, foi mapeada e delimitada.

Por consequência, aquela como parte da governamentalidade, faz parte das práticas da razão de Estado, ela está lidando diretamente com as técnicas de segurança do Estado. Podemos usar a seguinte explicação, a razão jurídica, na medida que cede, por um lado, a liberdade limitada por normas preventiva de perigo. Por outro, buscam nos manter presos a essas técnicas de governamentalidade – ofertando um bem-estar Estatal ou um “paraíso” em terra.

Desta maneira, um dos pontos fundamentais desses debates é perceber o Estado como o governo dos homens, mas isso só é possível a partir dessas pautas históricas que delimitam essas técnicas de governar. Sendo assim, esses processos sociais, na ótica foucaultiana (2008b), fortaleceram, 'fundaram' uma forma racionalizada de governar e um mecanismo sofisticado de governança. Percebamos em um país como o brasileiro, fica evidente que a melhor forma de governar não pressupõe o melhor governo para o 'povo', o bem estar da nação pode não ser o bem estar da 'população' e de fato não é!

Pois, a razão do Estado é sobre si mesmo, isto é, em nossa concepção, sua racionalização se direciona a si mesmo e na manutenção de suas normas. Na obra o Nascimento da Biopolítica (2008b), fica perceptível como esse pensador mostra a 'transição' entre o Liberalismo e Neoliberalismo, esse livro em questão se trata de um curso conferido pelo Foucault, neste, busca principalmente mostrar esse processo. Por isso, pensamos como parte dessas técnicas de governar ou melhor, na atualidade, são as próprias técnicas de governanças.

Assim, aquela governamentalidade de Estado-nação, outrora debatido, agora (tanto século XX quanto XXI, mas iniciando na era mercantilista) se torna uma razão de Estado liberalista e, por sua vez, neoliberalista, isto é, uma razão de Estado Liberal/Neoliberal. Tendo como mapeamento dois continentes: Europa (França e Alemanha) e América do Norte (Estados Unidos). Porém, não é pretensão desta pesquisa buscar a Origem (*arché*) última das coisas, as gêneses. Vale percebermos nas palavras de Foucault acerca do Neoliberalismo, no seu curso “Nascimento da Biopolítica (1978-79)”:

É diferente de um cálculo político, mesmo que esteja inteiramente permeado por um cálculo político. Tampouco é uma ideologia, embora haja, claro, todo um conjunto de ideias, de princípios de análise, etc., perfeitamente coerentes. Trata-se na verdade de uma nova programação da governamentalidade liberal. Uma reorganização interna que, mais uma vez, nada pergunta ao Estado que liberdade você vai dar a economia, mas pergunta a economia: como a sua liberdade vai poder ter uma função e um papel de estatização, no sentido de que isso permitirá fundar efetivamente a legitimidade de um Estado? (FOUCAULT, 2008b, p. 127).

Desse modo, usando dos pensamentos foucaultianos para refletir sobre o Brasil Neoliberal, pode-se afirmar que esse país é o produto desta razão de Estado e sua governamentalidade é pautada em uma liberdade de mercado. Para Foucault (2008b), a governamentalidade pode ser traçada desde da época mercantilista e é onde esse sistema econômico buscava um nível global, isto é, economia globalizante. Assim, percebemos que o Brasil nessa governamentalidade neoliberal, fracassa em diversas áreas, mas sonha com o equilíbrio e poder econômico perante outras nações. Enfim, o Brasil faz parte de um jogo governamental, apenas peça entre peças, não um descartável, mas um usável, utilitário, um “querer” ser “partes” de produções!

Consequentemente, o Brasil pós-Temer – recorte nosso de pesquisa, mas percebido em momentos anteriores – e com o governo neopentecostal da 'extrema-direita', autoproclamados Neoliberais da Escola de Chicago, viu esses últimos subirem aos seus cargos com o discurso e a pauta direcionada, entre outros, ao neoliberalismo. Uma das bases desta escola são os Estados como parte da economia e capital humano, tendo Milton Friedman como principal teórico – discorrido no capítulo um desta pesquisa –. Porém, as eleições de 2018 deixaram uma imagem importante, a economia cada vez mais forte e presente perante uma política assistencialista social mais tímida, confrontada e negada pelo comparativo entre público x privado, eficaz e ineficaz.

Para entender o presente, é precisamos rememorar os fatos, Foucault (2008b) dará suporte a isso, de um lado no período mercantilista tinha-se os Estado 'jurídicos', no qual Governo e Direito estavam associados, policiando o Estado, a si e a sociedade civil. Assim, destacamos que esse Estado-Policial, não se remonta apenas a Polícia (organização militar), mas todos os mecanismos de controle do Estado que o deixa mais 'forte', mantendo as ordens a partir da gestão do maior número de pessoas possíveis, de suas vontades, liberdades e outros.

Destarte, com o advento do Mercantilismo, Liberalismo e, principalmente, o Neoliberalismo e sua nova razão de Estado, essa governamentalidade, perceptível atualmente, substitui a justiça. Isto é, o Mercado se torna uma forma de Justiça, na medida em que se contemplam trocas 'justas' ou preços considerando a produção, comércio e consumidores. Em suma, a justiça neste

caso é quando compra um produto e o valor condiz ao objeto adquirido, isto é, o "preço foi justo". Sobre esses pontos, Foucault (2008b, p. 432) afirma:

[...] procurei analisar o "liberalismo", não como uma teoria nem como uma ideologia, menos ainda, claro, como uma maneira de a "sociedade" se "representar..."; mas como uma prática, isto é, como uma "maneira de fazer" orientada para objetivos e regulando-se por uma reflexão contínua. O liberalismo deve ser analisado então como princípio e método de racionalização do exercício do governo-racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, a regra interna da economia máxima.

Por conseguinte, vale informar a partir desta citação, no séc. XVIII houve uma virada na razão de Estado, essas intervenções estatais se tornaram alvos de críticas, visto que, até esse século, o Estado era limitado pela Justiça Estatal e a Economia, governamentalidade exterior ao próprio Estado. Entretanto, o Liberalismo marca a forte influência e crítica a essa racionalidade e práticas, após o século XVIII, a 'nova razão de Estado' (Estado mínimo) terá o Mercado como sua Verdade e a Justiça como sua ferramenta útil. É perceptível nas palavras de Foucault (2008b), a seguir:

Enquanto toda racionalização do exercício do governo visa maximizar seus efeitos diminuindo o máximo possível o custo (entendido no sentido político tanto quanto no sentido econômico), a racionalização liberal parte do postulado de que o governo (trata-se, é claro, não da instituição "governo", mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais) não poderia ser sua própria finalidade. Ele não tem em si sua razão de ser, e sua maximização, ainda que nas melhores condições possíveis, não deve ser seu princípio regulador. Nisso, o liberalismo rompe com essa "razão de Estado" que, desde o fim do século XVI, havia procurado na existência e no fortalecimento do Estado o fim capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento (FOUCAULT, 2008b, p. 432).

Desta maneira, conforme a citação, a crítica se pauta ao excesso de Estado e não no "abuso de soberania" propriamente dito, de outra maneira, no séc. XVIII, a vida do 'cidadão' já não era mais interesse dessa governamentalidade liberal – apoiada em uma economia política –, mas reduzir ao máximo o Estado e suas intervenções. Desta maneira, aquele período foi 'consolidado' com o surgimento dessa "Economia Política", o liberalismo buscava fazer uma gestão que minimizasse esse Estado de maneira interna e sem utilizar o direito, mas como é possível?

Consequentemente, o liberalismo forneceu as bases para o Neoliberalismo, teve a economia como seu objetivo principal e os Estados administrativamente como o responsável das ações da população. Desta forma, essas normas práticas governamentais eram podadas em dispositivos para controlar, intervir e regulamentar a sociedade. No século Iluminista, por exemplo, a economia política começa a pensar e argumentar teorias que o Estado não deveria atuar apenas por meios de Leis, mais uma vez a “voz” de Foucault (2008c, p. 132) resume de forma contundente:

Creio que temos aqui uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania está em si mesma e enquanto ela tira seus instrumentos de si mesma sob forma da lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige; ela deve ser buscada na perfeição, na maximização ou na intensificação dos processos que ele dirige, e os instrumentos do governo, em vez de serem leis, vão ser diversas táticas. Regressão, por conseguinte, da lei; ou antes, na perspectiva do que deve ser o governo, a lei não é certamente o instrumento maior. Aqui também voltamos a encontrar o tema que circulou durante todo o século XVII e que está manifestamente explícito no século XVIII em todos os textos dos economistas e dos fisiocratas, quando eles explicam que não é certamente pela lei que se pode efetivamente alcançar as finalidades do governo.

Assim, na nossa atualidade, como no séc. XVIII, foi a efetivação da visão Neoliberal de economia Política que o Brasil aplica cada vez mais forte, do mesmo modo que em outros países. Pois são as figuras de pensadores econômicos neoliberais que vêm 'auxiliando', a partir dessa economia política, que o Estado brasileiro consiga se autolimitar. De tal modo, será perceptível em outros países do mundo, pois essa racionalidade liberal do século XVIII se efetiva pelo saber-poder, discurso de verdadeiro/falso e de ferramentas 'científicas'. Principalmente, depois da influência, recortes e mudanças geradas pelo colonialismo europeu.

Por isso, a partir de Foucault (2008c), é possível interpretarmos que esse regime de verdade ou jogos de verdade, 'perpetua' a dualidade entre o verdadeiro e falso. E é aplicando à sociedade a partir de dispositivo saber-poder que descreve a existência com 'conceitos', termos linguísticos, palavras que nomeiam e definem, tais como: sexualidade, delinquente, loucura, subjetividade, eu, entre outros sucedâneos.

Então, pensando em nossos acontecimentos recentes, desde 2016, a *Fakes News* e Pós-verdades se tornaram pontos de debates centrais, no qual a realidade começa a ser distorcida por economias políticas e governos que objetivavam a manutenção de uma forma de visão e verdade de mundo! Para isso, usaram dos diversos dispositivos de saber-poder, a ponto de planificar o mundo e retroceder as próprias conquistas sociais (PLEHWE; SLOBODIAN; MIROWSKI, 2020).

Portanto, seguindo essa tendência, esses governos brasileiros 'autoafirmados' Neoliberais, pós-2016, foram capazes de tornar real o surreal, a partir de prática, poder, saber e discurso. A *alêtheia* neoliberal, essa verdade que precisa ser revelada, deve ser encontrada nas práticas próprias do Mercado. Porém, a sociedade fica detida na sua incansável busca do que é ou não é *Fakes News*, do seu domo das redes sociais e dos ciclos sociais. Mas, é evidente que o valor monetário das coisas se torna o próprio verdadeiro/falso das práticas governamentais e suas melhores maneiras de governar (PLEHWE; SLOBODIAN; MIROWSKI, 2020).

Isto posto, o neoliberalismo no Brasil, para isso, busca consolidar seu processo de produção, isto é, seu novo sujeito intocável pelos conceitos de Estado e ou Governo. O *Homo Oeconomicus*, novo sujeito Neoliberal, segue seus interesses 'pessoais' e essa atitude proporciona um bem estar para todos, que concorrem uns com os outros livremente (FOUCAULT, 2008b). Aquele, em nossa concepção, é gestor e empresário de si mesmo, marca que o Neoliberalismo busca se destacar do modelo proposto por Marx. Pois, caminha para retirar esse conceito de proletariado, mão de obra e inserir o de colaborador da empresa. Isto é, fica evidente para nós, que hoje em dia, é preciso alienar a ponto de não existir mais o detentor da força de trabalho, o operariado *versus* os empresários detentores das ferramentas e empregabilidade.

De outra forma, a governamentalidade neoliberal, com o *homo oeconomicus*, faz as forças de trabalhos (que geravam rendas aos trabalhadores) serem paulatinamente 'deixadas de lado', em seu lugar está o Capital humano (enquanto retorno financeiro). O debate não é mais sobre mão de obra, mas acerca do empresário de si mesmo, o empreendedor constante e que ver o mundo como se fosse uma empresa sempre à disposição do mercado.

Aliás, esse tem também suas finanças indissociáveis de si mesmo, único responsável por seus retornos financeiros, por isso, tem o mercado como nivelador (SLOBODIAN, 2018).

Desta maneira, como destacamos, de acordo com aquele sistema econômico político, não se trata apenas de sujeitos de trocas ou consumidores, o *homo oeconomicus* se torna um produtivo dócil, sujeitos empresas ou capitais que se encontra na sociedade atual, como na brasileira e outras. São alimentados por discursos de economias políticas neoliberais da própria atualidade, justificados pelos diversos tipos de dispositivos. Pois, as economias políticas dos governos neoliberais brasileiros efetivam mais ainda esses discursos, cada vez mais sintetizados pela "uberização". Assim, interpretando a partir das críticas de Plehwe, Slobodian e Mirowski (2020), as pessoas perdem vastos direitos e se submetem em formas de trabalhos onde cada qual é o gestor de si e caso deem errado a culpa é do sujeito jurídico.

Por isso, observamos que essa subjetivação neoliberal é um resultado perceptível na sociedade de muitos países no mundo, várias culturas modificadas para essa, que faz do sujeito um capital 'encarnado', autêntico e responsável por si. Visto que mudam, também, o modo no qual os sujeitos se governam e como eles se relacionam consigo mesmo. Para isso, começam a seguir a frequência desta nova racionalidade, tendo na economia, no labor uma elevação e seu retorno financeiro seu gozo (SLOBODIAN, 2018).

Assim, nossas escolhas não podem ser uma atitude trivial, deve ter retorno material monetário, pois tempo é dinheiro! Do mesmo modo, precisa ter métodos e estratégias ao investir, também como usa essa renda adquirida. Esses dispositivos serviram para mudar a própria criação em família ou a forma como essa se relaciona, ter filhos também se tornou um investimento, onde se busca ter uma base econômica para lhe dar uma vida 'estruturada' e com possibilidades de retorno econômico, consecutivamente, existencial.

Ao ter filhos, deve-se saber qual escola irá estudar e que tipo de formação terá, para que tipo de vida e o que economicamente se deixa. Com isso, boas faculdades, escolas com métodos avançados e atuais, isto é, formação tecnicista e direcionada ao mercado de trabalho. A educação – como a brasileira –, por

exemplo, se torna um espaço de reprodução e produção do *homo oeconomicus*, projeto previsto no próprio corpo teórico do neoliberalismo.

Assim, toda ação deve ser pensada como um investimento que dê retorno, a educação está sendo reestruturada nessa linhagem de investimentos, os saberes sendo divididos, classificados, rotulados como útil e inútil. Saberes como a Filosofia, em nossa crítica, vista como abstrata pelas condutas atuais, são marginalizados e excluídos pelas óticas mercadológicas atuais, que focam na ciber-tecno-ciência, presentes não somente em escolas, mas em Universidades, a partir de professores, pesquisadores e acadêmicos que defendem essas percepções sem ao menos questionar as bases.

Do mesmo modo, as formações em alta e funções que melhores pagam se tornam parte da busca, afinal, para que serve Filosofia se não dá dinheiro? Como foi tratado percebido no primeiro capítulo, a rotulação da economia política justificada em sua racionalidade no Brasil, desde 2017, busca retirar Filosofia do Currículo, justificado por essas condutas. Enfim, conforme Slobodian (2018), a soberania de outrora, representada pelo Estado interventor, deu espaço a um Estado-Mercado que muda as formas como as pessoas governam e se relacionam consigo mesmas.

Por fim, destacamos, esse gestor de si neoliberal continua sendo explorado e agora com mais “liberdade”, pois está sendo garantida pelo próprio Estado (ferramenta neoliberal). Porém, vale destacar, precisamos fazer frente a esses dispositivos, visto que, na mesma medida no qual essas governamentalidades são colocadas em práticas, a partir de técnicas e dispositivos, requer fazermos, por nossa vez, resistências ou até mesmo renovar as que já estão disponíveis.

3.2 A Educação Como Ferramenta de Reprodução Técnica do Sujeito Neoliberal

Antes de tudo, precisamos informar que a educação está presente em todas as passagens da vida do ser humano. Ao olharmos no âmbito histórico, social, político e cultural, será possível filtrar algum meio de educação envolvida.

Isto é, quando se transmite um aspecto cultural de um povo tradicional, por exemplo, está se praticando uma atividade educacional por excelência. Assim, destacamos que educar não é apenas função do Estado, mas uma atribuição social, se olhado genericamente. Porém, existe a educação dita como oficializada, a do Estado, uma educação que tem como base um currículo, no caso brasileiro – Base Nacional Comum Curricular – a BNCC, que prevê o que todos irão estudar e aprender nesses espaços institucionais escolares ou universitários.

Desta forma, a educação pode ser vista como um dos pilares mais importantes que o ser humano carrega, não apenas moral ou ético, mas ela possibilita lembrar e reconstruir memórias que as vezes fluem por meio dessas malhas de informações. É a partir da educação que os saberes são democratizados, faz aparecer mais pensadores, rever os fatos históricos e delimita base social, na medida que 'forma' sujeitos sociais (LAVAL, 2004).

Porém, ao nosso ver, a educação atual busca formar um "sujeito-cidadão" apto a viver numa sociedade capitalista-neoliberal, democrática, republicana e federativa. O problema de uma educação baseada nos preceitos mercadológicos técnico-neoliberais, é que o gestor de si, o sujeito neoliberal, se afasta de noções básicas da própria educação (enquanto formadora, emancipadora e 'possibilitadora' de pensamento crítico), que seria de auxiliar as pessoas no caminho dos saberes.

Entretanto, aproximando o educando numa relação de si para si, isto é, uma relação consigo mesmo. Essa noção de Educação deixou de ser pensada no ocidente após a Revolução Industrial – na modernidade – e, principalmente, foi enterrada com a contemporaneidade, isto é, com o surgimento do Neoliberalismo. Pois ela se direciona para o mercado e o básico para viver em sociedade capitalista: ler e contar (FOUCAULT, 2008c).

Para ficar clara essa fala anterior, podemos pensar resumidamente três pensadores de fases distintas, porém, são anteriores às sociedades plenas industrializadas e liberais ou neoliberais. Primeiro está a figura de Platão, este pensava a Educação como aquilo que possibilita ao educando despertar para um 'mundo' interior seu, um mundo das ideias e não uma 'externização' dos

saberes. Como, por exemplo, se formar apenas para o exercício de uma vaga de trabalho, mas distante do que se desejar ser. Ou seja, consegue a vaga de trabalho, mas corre o risco de ser mais um frustrado profissional que teve a vida atravessada e deslocada da sua própria vontade.

Contudo, já Rousseau e Kant, destacam dois pontos interessantes de Educação, o francês pensava numa formação naturalista, onde essa busca o seu próprio interior, sendo baseada a partir da valorização da natureza e de ações livres. Já o alemão, mais incisivo, pensava que a educação deveria ser um meio dos sujeitos conquistarem suas autonomias, isto é, se tornarem uma pessoa crítica, autônoma, que pensa por si mesmo e é capaz de refletir sobre seu lugar social. Podendo assim, ter clareza de seu presente e do que ocorre em sua volta.

Por conseguinte, em uma perspectiva etimológica, Educação é uma palavra portuguesa com origens latinas '*Educare*', sendo composta de duas palavras "*Ex*" que tem o sentido de 'exterioridade' e '*Ducere*' que significa 'condução', instrução ou instruir (MARTINS, 2005). Em uma livre interpretação nossa, educar, etimológica e filosoficamente, teria o sentido de 'trazer à luz a ideia', isto é, possibilitar os educandos que passem de suas virtualidades às suas realidades, de passar de suas potências aos seus atos.

É importante essas reflexões, visto que, na transição para o sistema capitalista e por sua vez Neoliberal, essas maneiras de educação vão sendo colocadas de lado. Pois agora a Escola deve ser percebida como aquilo que forma mão de obra possíveis e requeridas, para poder manter um desempenho capital do Estado e todas as Macros/Micros estruturas da razão de Estados Neoliberais (LAVAL, 2019).

Por isso, quando Foucault (2008b) pensa o neoliberalismo como uma técnica de gestão da vida (biopolítica), não está apenas flertando, mas constatando a máquina gélida de – parafraseando Hardt e Negri (2003) – um império sem face e sem um lugar estático de exercício, são rizomas de ações e produções difíceis de encontrar um início em suas redes. Assim, ressaltamos, na década de 90 no século passado, é o momento do êxito no Brasil e em outros países (periféricos, emergentes e subalternos como este) a incorporar esses

ideários. Desde essa data, se consegue mapear influências do neoliberalismo na educação – destacado no primeiro capítulo –, visto que a educação é parte de suas estratégias hegemônicas e controle da sociedade.

De acordo as considerações foucaultianas (2008b), podemos interpretar em cima da reforma na educação brasileira, pois ela não visa apenas atender as demandas do educando e colocá-lo mais qualificadamente no mercado de trabalho. Isto é, essa reforma que iniciou em 2017, a partir do Governo Temer (2016-2019), pretender focar no anseio industrial e empresarial! Vale destacar dois pontos importantes a partir disto, primeiro, essas mudanças atendem modificações pautadas nas concepções do neoliberalismo, no qual elaboram escolas com uma formação técnica 'oficial', mercadológica e pensadas nas competições (empreendidas por eles) do mercado de trabalho local ou global.

O segundo ponto se apresenta significativo, mas velado para alguns, não se trata apenas de instruir, qualificando tecnicamente ao mercado de trabalho, mas usar a educação como uma ferramenta para a produção de suas subjetividades. Onde conseguem aplicar e replicar seus pensamentos, tais como, livres iniciativas, livres mercados, sujeitos chefes de si mesmos, ou seja, empreendedores, gestores de si mesmos. Desta forma, se torna um meio de inserir suas subjetivações e ampliar seus Estados de governamentalidade neoliberal, modificando os currículos educacionais para docilizar as pessoas nas concepções neoliberalistas (FOUCAULT, 2008b).

Então, educação tecno-neoliberal busca métodos universalizados para o ensino, padronizando a formação. Concebemos que a própria diferença na prática deste sistema, é para aqueles que podem ser governados por eles, caso contrário continuam marginalizados e legados ao ostracismo social, como muitas sociedades nativas do Brasil contrárias a essa forma social comum praticada (da cidade, do urbano e das metrópoles).

Desta forma, a partir de Foucault (2008b), podemos refletir que esse 'assujeitado gestor de si mesmo', nesta forma de sistema, perde pontos de seguranças estatais importantes de proteções, para deixar seus direitos arruinados (frente a um escambo maquiavélico) como as leis trabalhistas. Isto é,

como ocorreu com a reforma das leis trabalhistas brasileira, nº 13.467, de 2017, nessa os trabalhadores perderam direitos fundamentais.

Então, o assujeitado do neoliberalismo é responsável por si mesmo, por suas qualificações, aliás, neste sistema social, em nossa crítica, o cidadão não é aquele que porta direitos e deveres, mas aquele que tem conjuntos de técnicas, ferramentas, capitais e habilidades que o 'definirão', dirão o que é e quem o é! O Estado deixa de ser responsável por ele e este indivíduo torna-se responsável por si mesmo, porém, volta a destacar, em pleno momento pandêmico e de isolamento social, muitos gestores de si mesmos sentiram as garras abruptas do neoliberalismo. Em outras palavras, *cifrões e labor* é o nome do jogo desses profissionais.

Assim, é possível percebermos nas escolas públicas brasileira dois tipos de influências, tanto capitalista quanto neoliberalista? Isto é, podemos ver diferença? Naquele primeiro a escola formava um educando docilizado, disciplinado, qualificado como mão de obra de trabalho e operante, porém no segundo, que é uma variação do próprio capitalismo, os educandos são frutos da própria necessidade de mercado e suas formações são para se tornar aptos a viverem em tal Estado capitalista neoliberal.

Desta maneira, podemos perceber nos governos militares, FHC, Lula e Dilma esse modelo de formação? Sim, pois foi no governo Lula (2003-2010), por exemplo, que surgiram essas megas escolas, conglomerados de faculdades privados, presentes em shoppings center, produtos e empresas norte-americanas e de outros países, entre outros. Com o vigor da mentalidade neoliberal e atuante no país cada vez mais forte nos últimos anos (de 1990 à atualidade), a educação busca formar mão de obra ativa, a partir do mercado e do empresário de si mesmo. Conforme Laval (2004), sobre a escola neoliberal, basta o aluno responder e aprender rapidamente a trabalhar em equipe, sendo competitivo, criativo e dinâmico. Pois essa educação neoliberal pensa especificamente no mercado de trabalho e no investimento que proporcione retorno.

Em parte, em nossa visão, esse modelo de política educacional vem sobrecarregado de positivismo epistemológico, já previstos no Consenso de

Washington e que dão base a atuação governamental. Os conceitos falaciosos do neoliberalismo voltados às escolas não conseguiram estabelecer meios que tornassem efetivas as distribuições ofertadas, por exemplo, paralelo aos méritos e esforços individuais dos alunos (LAVAL, 2004).

Desta forma, consideramos que a orientação central educacional é adequar-se ao mercado, ao universo técnico-informatizado, faculdades abertas às gerências e despesas privadas capitalistas. Mas com desenvolvimento de pesquisas definidas como “úteis”, práticas ao mercado, que deem retorno econômico aos investidores (ou pagadores de impostos) e que ampliem a produção constante capitalista e neoliberal.

Decorrente disso, tratando de produções, são essas mudanças que geram reforços na habilidade e competência para as mãos de obras, corpos eficientes e eficazes, padronizados em suas formações. Entretanto, com um Estado ausente de vários serviços, como educação pública e de qualidade, que terceirizada deixa mais precários para certas classes e camadas sociais. Refletindo a partir de Foucault (1990, p. 231), o que determina e molda o Estado neoliberal, suas políticas e produções, são as centralidades:

[...] dos corpos como objeto de poder, a importância que adquire o manejo, qualificação e distribuição, dão o tom da função educativa na sociedade moderna, um tom com a inusitada característica de se destinar a todos os corpos, a todos os segmentos sociais, calcada em um único valor, o trabalho.

Assim, podemos entender que a educação, como parte do investimento utilitarista, forma pessoas a nível de atuação trabalhista, disponibilizado pelas necessidades atuais do mercado, como em pleno 2022, no qual se percebem formações massivas voltadas às tecnologias. Por essas razões que, para Plehwe, Slobodian e Mirowski (2020), tem diversos tipos de formações, seguindo a necessidade mercadológica e técnica, mostra-se como algo incerto para empregabilidade da pessoa, esse colapso vem ocorrendo há algumas décadas, porém agora mais destacados nos países.

Desta maneira, destacamos três pontos salutares da educação neoliberal, a primeiro momento busca tonar a educação voltada ao mercado de trabalho, pesquisas universitárias seguindo as necessidades mercadológicas, isto é, alunos que irão garantir mãos de obra qualificada para a concorrência do

mercado. O segundo ponto é que a escola fica na linha do 'império', dos dominantes da situação, isto é, se torna uma ferramenta 'doutrinária' do neoliberalismo. Por fim, o último ponto é que a escola se torna um lugar da produção e reprodução da ideia de mercado (HARDT; NEGRI, 2001).

À vista disso, o avanço na educação do neoliberalismo pode ser observado como uma contradição do mesmo, pois na medida que pedem um Estado mínimo, usam o mesmo Estado e seus recursos para destacar seus agenciamentos. Em resumo, o Estado apenas abdica de suas responsabilidades sociais e responsabilidades de classes mais vulneráveis. Essa educação utilitarista que pensa no bolso do contribuidor e no mercado de trabalho retira, por sua vez, a possibilidade de pessoas terem contatos com conhecimentos e saberes da ciência humana – uma das mais atacadas por esse sistema de pensamento (FOUCAULT, 208b).

Portanto, capaz de ser questionar, como exemplo, a opinião do ex-ministro da educação, em 2019, no qual A. Waintraub afirmou que universidades nordestinas não deviam ter cursos de Filosofia e Sociologia como opção, seria um gasto com o imposto público, na sua concepção. Para esse ex-ministro da educação, fortalecido e abastecido pelo sistema neoliberal, as faculdades públicas nordestinas deveriam ter como prioridade a Agronomia (SILVA, 2021).

Isto é, formações voltadas à Agronomia e ter parcerias com Israel para tal. Vale destacar, em suas palavras: "[...] Em vez de as universidades do Nordeste ficarem aí fazendo sociologia, fazendo filosofia no agreste, [devem] fazer agronomia, em parceria com Israel" SIC (FORUM, 2019, p. 01; SOUZA, 2019; DIMENSTEIN, 2019). É importante ficar registrado, esse pesquisador que vos escreve é natural de Campina Grande, cidade da Paraíba e localizada na mesorregião do Agreste daquele estado.

Ainda, proclama o ex-ministro, “[...] imposto é usado para pagar salário de professor, de técnico, bolsa, alimentação, tudo isso. Eu, como brasileiro, eu quero ter mais médico, mais enfermeiro, mais engenheiro, mais dentistas”. Continua, “[...] eu não quero mais sociólogo, antropólogo, não quero mais filósofo com o meu dinheiro” (REZENDE, 2020. p. 01). Fica a pergunta, por qual razão não querem sociólogos, filósofos, antropólogos?

Assim, isso além de ser uma privação a conhecimentos humanísticos, pode ser percebido também como uma distinção declarada do útil e inútil à luz mercadológica e financeira? O próprio presidente em vigência, que segue a linha neoliberal – dos jocosamente denominados, Chicago boys –, destaca críticas às ciências humanas em diversos níveis (BORGES, 2019). Levando esse mote neoliberal a frente deve-se questionar, será possível educar uma pessoa apenas à nível de leitura e somatórias, deixando de lado a possibilidade de autoconsciência e reflexões críticas favorecida por área como a Filosofia?

Desta maneira, na concepção deste governo atual, a Filosofia é uma área que apenas os ricos deveriam estudar e ser ofertada por instituições particulares. Visto que o investimento público mercadológico nesta área é inútil, assim como muitas outras áreas de humanas e ciências sociais, então para eles deve-se investir em quê? Em “[...] áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina” (BARIFOUSE, 2019, p. 01), conforme o ex-ministro e reiterado pelo atual presidente (2022) até o momento dessa pesquisa.

Vale indagar, por que atacar a Filosofia se ela é inútil? Porque apenas ricos deveriam cursar Filosofia? Qual é a razão intrínseca para o nordestino não estudar Filosofia ou Ciências Humanas? Em nossa concepção, essas afrontas à Filosofia no Brasil vêm desde a Ditadura Militar, quando deixou de ser obrigatória e relegada ao esquecimento (substituída por moral e cívica). Atacam a filosofia, pois ela, junto com as ciências humanas e sociais, possibilita uma desobediência, uma resistência epistemológica perante macros e micros estruturas de poderes. Nessas áreas de saberes, contém conhecimentos que possibilitam ressignificar e repensar o que vem sendo produzido. Assim, a resistência se faz na independência da construção livre intelectual de cada indivíduo.

Por consequência, essas ofensivas neoliberais, mostram como o governo deixa de ser um Estado-Nação voltado aos cidadãos e se torna apenas uma agência regulamentadora terceirizada do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008b). Ainda, quando colocam de forma presunçosa, uma divisão entre teorias e práticas, onde uma tem mais propriedade do que a outra.

Assim, não são apenas conteúdos direcionados e técnicos que formarão um sujeito autônomo e com consciência crítica, isso só se torna possível quando o mesmo sujeito, em sua liberdade individual, o faz! Quando ele se apropria dos saberes disponíveis (produzidos por outros em diversas áreas) e podendo aplicar em seu meio social, faz surgir um ser crítico de seus meios (FOUCAULT, 2003).

Desta forma, a Filosofia foi reintroduzida ao Currículo Nacional Educacional com o objetivo de consolidar, junto com outros saberes, o desenvolvimento dos alunos, favorecendo um posicionamento de analisar a si e ao seu meio. A Filosofia, portanto, “oferece aos jovens a oportunidade de desenvolver um pensamento crítico e autônomo. Em outras palavras, a Filosofia permite experimentar um pensar por si mesmo” (GALLO; CORNELLI; DANELON, 2003, p. 56). Assim, essa tentativa de gerar apego ao saber no Ensino Médio coloca a Filosofia também como formadora das pessoas.

Contudo, ainda que a Filosofia seja um poderoso caminho para trazer uma reflexão sadia ao dia a dia das pessoas e a interdisciplinaridade das matérias, para alguns, a reflexão da sociedade sobre seus atos põe em risco sistemas vigentes, o que atrapalha o pleno desenvolvimento e a consolidação desta importante área do saber na Educação. Desta maneira, pode-se, assim, introduzir o sujeito não só no conhecimento filosófico, mas possibilitá-lo refletir e aplicar em seu meio social. Podendo ter posição crítica para levantar reflexões de seus espaços, fazendo a Filosofia ser aquilo que por essência lhe faz razão: transformadora! Também, proporcionando a criação de possíveis mecanismos de resistências epistemológicas para os dias atuais (DELEUZE, 2015).

Assim, conforme Deleuze e Guattari (2005), a Filosofia e outras áreas de Humanidades e Sociais, podem ser vistos como dispositivos que possibilitam pensar a partir das diferenças e potencializam tanto na unidade escolar quanto fora dela. Ao nosso ver, o terrorismo está nisso, saberes capazes de se tornar ferramenta de resistência e transformação, pois são fundamentais para pensarmos “a si mesmos” e nossos meios. Isto é, afetam o governo de si, a relação consigo mesmo e com o mundo em sua volta, conforme os dois pensadores (2005, p. 124): “pensar é experimentar, é problematizar”.

Isso posto, a saber, objetivo central da escola como ‘método Iluminista’ era a educação burguesa, desenvolvendo as forças facultativas humanas, suas habilidades e conhecimentos, tornando-o ‘livre’ e ‘autônomo’. A escola moderna buscava a retirada da criança da minoridade e conduzi-la à maioria intelectual, na mesma medida que formava os filhos da classe burguesa (em detrimento aos já “instruídos” nobres) (FOUCAULT, 2014b).

Entretanto, no íntimo surge como uma ‘maquinaria’ destinada a produzir modos de subjetivações. Além de corpos treinados e hábeis, ademais, produzir formas de pensamento e de sensibilidade adequados à burguesia. Com o passar dos anos, a escola burguesa iluminista, já institucionalizada, se tornou também um meio de disciplinar o aluno – e o próprio saber –. Ela se torna um espaço não só para fazer cidadão, mas para gerar um tipo de sociedade, um tipo de subjetivação (FOUCAULT, 2013).

Por consequência, a fragmentação do currículo é uma das muitas situações que ameaçam a instituição escolar e a realidade dos alunos, somados à falta de suprimentos básicos e a desvalorização do Professor. Assim, acabam por gerar uma crise evasiva de discentes, a desatualização de conteúdos e métodos de ensino, disciplinas mal distribuídas, com significativas reduções nas cargas horárias, greves, entre outros problemas da realidade pública escolar brasileira, tornando-se profundamente prejudiciais ao desenvolvimento educacional.

Desta maneira, são os alunos que mais sofrem com estas realidades, sentem também a crise de valores da contemporaneidade, que os distanciam de uma ideia de vida digna e com reconhecimento social, minando suas expectativas de vida, trabalho, cultura, lazer, saúde e outros direitos básicos. A educação e cultura popular conseguem juntas repensar a escolarização como uma viável e valiosa forma política cultural. Para isso ser possível, a escola deve acolher as pessoas e prepará-las para suas vidas em sociedades no sentido amplo, ou, por outro lado, ‘guiá-los’ a serem ‘cidadãos’ dóceis e instrumentalizados como percebidos através de Foucault (2013).

Para tanto, partindo das reflexões foucaultianas (2008c) da Modernidade e do Iluminismo, percebemos que esse sujeito – que é uma criação moderna –

“se molda” na concepção de progresso, em que o novo se torna melhor que o antigo, da mesma forma que o indivíduo ganha um “altar”. Ou melhor, uma subjetividade que será o seu lugar de verdades, origens dos valores, de certezas, apropriações de ideias e outros.

Assim, essa nossa reflexão da produção da subjetividade, partindo desse olhar foucaultiano, surge como um despertar para a globalização, que ‘abre’ os mundos culturais, fazendo surgir novos paradigmas sociais e manutenção de velhas. Como também, mostra a derrocada de valores tidos como tradicionais e, paralelamente, possibilita pensar novos universos, como cultura (pelos conflitos e criações).

De tal forma, Foucault (2008b) destaca a racionalidade neoliberal enquanto produtora de subjetivações, os ‘empresários de si’, voltados a esse capital humano. Como foi sendo explicitado no Capítulo 1, a razão política neoliberal vai além das críticas do Estado-nação de bem estar social e políticas assistencialistas. Também, de privatizações do social e das defesas das políticas de austeridades focados em ajustes estruturais. Este pensador afirma que essa razão neoliberal abrange os níveis mais ocultos das existências e dos fenômenos sociais, definindo como ‘comportamentos econômicos’ racionalizados por cálculo de interesse.

Como resultado, essa racionalização governamental afeta, portanto, vários campos, áreas, como a própria educação, esta moldada ao modelo mercadológico e formadora de mãos de obra. Vale destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais, as PCN, são diretrizes que orientam a educação brasileira, separada por componentes curriculares (matérias) (PEREIRA, 2007). Também denominam de disciplinas – essa pesquisa busca não usar esse termo, por ver a educação como resistência ‘transgressora’ e não disciplinar.

Assim, a educação seguindo esse parâmetro neoliberal reelabora a BNCC – que já é péssima –, agora busca formar a maneira iluminista já prevista e pensando no mercado de trabalho, como destacado a seguir. A educação era lugar de produções de discursos iluministas na BNCC e PCN anterior, tais quais, “cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com

competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem” (BRASIL, 1997).

Assim, a BNCC e as PCNs devem ser adequadas a essas estruturas, para isso, vão imprimindo na educação brasileira vocabulários próprios dos universos empresariais, sentido e valor econômico. Trazendo Foucault (2008b, p. 331) para esses debates brasileiros atuais, essas mudanças são transpostas para os campos de formações humanas, da educação e do próprio trabalho. Desta maneira, vale destacar como proximidades a esse pensador, a governamentalidade neoliberalista inclui nos seus pensamentos econômicos-políticos, “processos de subjetivações voltadas para pessoas transformados em máquina-competências, segundo uma cultura do empreendedorismo”:

Trata-se de desdobrar o modelo econômico, o modelo oferta e procura, o modelo investimento-custo-lucro, para dele fazer um modelo das relações sociais, um modelo da existência, uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com seu futuro, com o grupo, com a família” (FOUCAULT, 2008b, p. 331).

Conforme Hardt e Negri (2001), precisa-se perceber que o governo é apenas Estado e não mais nação, governa para os interesses do Mercado, do Império. Pega-se as últimas campanhas eleitorais brasileira, a nível nacional, onde os jogos de interesses financeiros da economia política estavam na frente da mais bela arte de governar. As ofensas ocupam os espaços éticos, a moral torna-se palavra de ordem! A religião, o posicionamento e a política? Apenas na esfera econômica, subsidiada pelo *Stablishment*.

Por isso, percebermos o governo como ‘governadores mercadológicos’ é vê-los como sendo ferramentas de produção de comportamento, produzindo subjetividades e inserindo-os nessa governamentalidade neoliberal. Acerca disso, vale destacar mais uma vez como exemplo a supressão dos direitos trabalhistas brasileiros. A determinação comportamental do indivíduo e população independe das ‘atuações governamentais administrativas estatais’, o mercado da livre concorrência (na sua própria ótica, supostamente), já faz isso agilmente, descentralizado e eficaz nas produções de subjetividades (FOUCAULT, 2008b).

Assim, esses novos sujeitos ‘formados’ a partir da educação neoliberal, adquirem valores mercadológicos e se apresentam a partir de preceitos ou como formas de capitais. Desta maneira, essas produções constantes são determinadas como conjunto de trocas, que também serve como bases reais de trocas, tal qual uma empresa capitalizada (PEREIRA, 2007). As pessoas educadas a partir destas concepções, se tornam lugares de agenciamento alteráveis, identidade flexível e produtos de investimentos capitais. Mas, que jogam diretamente com as precipitações predicativas desses processos de produções de ‘si mesmos’ (FOUCAULT, 2008b).

À vista disso, a escola neoliberal tem como alicerce a eficiência, o desempenho e a rentabilidade. Desta maneira, cada sujeito deve se ver, rapidamente e desde cedo, como um empreendedor de si, um gestor de si mesmo. Conforme Foucault (2008b), que cada pessoa seja ou se considere um “capital”. Assim, a escola se torna o lugar dessa produção subjetiva neoliberal. Começando na fase da infância e indo até o fim da formação, quer seja no ensino médio/técnico/superior, quer seja nas pós-graduações, mas o estudo nesse caso é visto como uma formação utilitarista, tecnicista à favor do mercado.

Em outras palavras, a educação passa a ser um investimento que produz renda e retorna todo o investimento neste processo, isto é, gera capital. A educação percebida de maneira rentável reduz o número de matérias dadas nos ensinamentos e se reduz a uma qualificação profissionalizante (PEREIRA, 2007). Ao fazer isso, não apenas mina a formação crítica e autônoma dos sujeitos, mas os retiram a possibilidade de ter contato com saberes (em plena exclusão do currículo) que podem não pertencer às suas áreas de formação escolhidas (DARDOT; LAVAL, 2016).

Desta maneira, os neoliberais ‘carregam’ ‘consigo’ pensamentos estratégicos de como mudar a sociedade e o ser humano. Desta forma, os neoliberais desenvolvem políticas que se concentram em fazer as escolas mais eficientes, melhorando seus desempenhos. Pode ser bom ou ótimo aos olhos desavisados, até para os que já incorporaram em si esses preceitos (LAVAL, 2019).

Porém, informamos que eficiência e alto desempenho é um conceito, uma ideia íntima do neoliberalismo. O neoliberalismo acredita que pode ser mais igualitário, preceito progressista, do que outras formas sociais como o socialismo e comunismo. Um dos meios para conquistar essa igualdade seria possibilitando que o sujeito possa se elevar a sua última e avançada capacidade possível (FOUCAULT, 2008c).

Porém, questionamos, como fazem isso ser possível em um ambiente escolar? A partir de estimulações competitivas, no caso da escola e faculdades, os alunos concorrem entre si mesmos através de prova, avaliação ou testes sistemáticos onde um cone com uma boca ampla se estreita e o fim da jornada é supostamente para poucos (que não apenas por mérito, mas por diversos fatores envolvidos, tais como: social, familiar, financeiro, cultural, regional, local e etc).

Paralelo a isso, os docentes, as faculdades e escolas também concorrem entre eles mesmos. Em síntese, para se chegar ao nível de desempenho escolar/universitário desejado, por exemplo, a partir desse conceito “de igualdade”, precisa apenas que sejam aplicados e instalados em vários locais, lugares, momentos ou situações, experiências mercadológicas, isto é, de concorrência, eficiência e produtividade (FOUCAULT, 2008b).

Neste caso, fica a critério dos responsáveis poderem escolher as escolas e universidades de seus filhos. Assim, essas deixam de ter um caráter ‘formador’ para ter em si aspectos de consumo. Desta forma, os pais também passam a ser consumidores dessa escola e universidade capitalizada. Visto que são os pais (cada vez mais) responsáveis pela capitalização (investimentos) da educação do filho. Aqui não falamos do aspecto moral de responsabilidade, pois neste caso, a forma aplicada na educação, em diversos níveis de escolaridade, é o que os neoliberais denominam de “soberania do consumidor” (FOUCAULT, 2008b).

Mais uma vez, aos olhos desavisados ou submersos nesse conceito, essa escolha “livre” de mercado educacional não leva a unidade escolar ter um desempenho melhor. Pelo contrário, por mais que se busque uma escola melhor, se depara com escola cada vez pior em sua formação. A respeito disso, “foi comprovado na França, Europa, nos Estados Unidos e em outros países, que a

concorrência conduz a uma segregação escolar generalizada e sistemática”, continua Laval (2019, p. 01), “o que resulta numa queda do nível de educação no conjunto da população escolar”. Desta maneira, a meta não é alcançada por esse caminho, pois, na prática, está aumentando a desigualdade entre os estudantes e as suas respectivas famílias.

4. REFLEXÕES ONTOLÓGICAS DA ATUALIDADE: UMA RESISTÊNCIA ATRAVÉS DE FOUCAULT

4.1 Reflexão da ontologia de nós mesmo ou da atualidade

Precisamos mergulhar nos acontecimentos, vasculhar, não como desvelamento, mas como constatações! Também, requer questionarmos, se o neoliberalismo produz sujeito – *homo oeconomicus* – do empreendedorismo, através de mecanismos de governamentalidade, que atravessam a população e os indivíduos, como resistir? Como reexistir frente as malhas de poderes, das disciplinas, dos biopoderes, das biopolíticas, dos controles?

Destacamos que resistir as racionalidades neoliberais não é fácil e nem simples. Pois elas fazem partes de redes, não são conceitos fixos e cristalizados. Assim, se o sistema neoliberalismo busca atuar nas relações que o sujeito tem consigo e com os outros, também afeta as relações (FOUCAULT, 2004).

Através de Foucault (2004), devemos tratar o nosso presente não como um período histórico, temporal, mas como momentos fatuais onde poderemos extrair descrições por entre estratégia, prática, discurso e poder. De tal modo, o presente ganhará o sentido de sucessões de 'acontecimentos' 'históricos' que ocorrem e podem servir como lugar de iniciar a resistência, de romper com as normas. A história e a memória, por exemplo, não estão apenas no passado, a memória, pode ser revivida, ressignificada, reinterpretada, provisionada, em seu resgate pode ganhar novas conotações e reinscritos (SALZTRAGER; LOURENÇO, 2017).

Desta maneira, os acontecimentos são irrupções de singularidades históricas, frente a biopolítica neoliberal deste século (FOUCAULT, 1990). Repetimos acontecimentos sem questionar na atualidade, mas quais acontecimentos nos marca quanto signos aos nascermos e quais acontecimentos ainda nos atravessam? Pois muitas “acontecimentalizações” da história incidem na atualidade. Sobre isso, podemos destacar o próprio

Neoliberalismo, um acontecimento do século passado que está presente até os dias atuais.

Por outro lado, como resistência, precisamos perceber na atualidade marcas de "rupturas acontecimentos". Esse debate sobre a atualidade em Foucault (1984), inicia quando ele desenvolve uma análise crítica do opúsculo kantiano, "O que é Iluminismo?" (1990). No seu artigo, o filósofo francês, constatou que o opúsculo de Kant, em tema, buscou colocar em questão a atualidade como perceberemos mais adiante. Ou seja, através dessa leitura foucaultiana, é possível questionar os pertencimentos da nossa atualidade, a partir de exclamações de acontecimentos numa perspectiva de sentidos e singularidades.

Em síntese, Kant (1990, p. 442) responde aquela questão da seguinte maneira, o Iluminismo, em sua concepção, "é a saída do homem de sua menoridade da qual ele mesmo é responsável". Também, continua ele, a menoridade – intelectual – é a "incapacidade do homem de servir-se de seu entendimento (de seu pensamento) sem ser dirigido por outras pessoas (por tutores ou conselheiros)". Assim, o alemão conclui sua linha de raciocínio:

Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. A preguiça e a cobardia são as causas de os homens em tão grande parte, após a natureza os ter há muito libertado do controlo alheio (*naturaliter maiores*),[482] continuarem, todavia, de bom grado menores durante toda a vida; e também de a outros se tornar tão fácil assumir-se como seus tutores. É tão cômodo ser menor [443] (KANT, 1990, p. 442-443).

Aqueles são os pontos mais "importantes" para compreender as percepções kantiana do opúsculo. Por outro lado, Foucault (2008a) buscou fazer diferente e ir além do já dado. Para isso, quando o francês nos apresenta suas reflexões sobre a "ontologia do presente", destaca-nos algumas pistas sobre esses pontos.

Assim, aquele – em seus momentos tardios –, analisou o opúsculo kantiano, como já tecemos um pouco, denominado *Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo?* (1784), em seu texto *O que é o Iluminismo?* de 1984. Naquele artigo, em homenagem a Kant, foi desenvolvido um termo, importante para essa

dissertação, cunhado por Foucault (2008) como: a “*ontologia do presente*” (ou ‘*ontologia de nós mesmos*’, ‘*da atualidade ou do agora*’...), como pensamento dos processos que atravessam e sequestram a nossa vida na contemporaneidade.

Desta maneira, que apresentamos a partir de nossas reflexões sobre a “ontologia do presente” foucaultiana, é mostrar – entre outros – que não existe essência, isto é, essa definição filosófica clássica moderna não cabe mais na nossa atualidade. Pois, as pessoas são conjuntos de práticas, de experiências – no sentido histórico – e, principalmente, dos jogos de poderes. Assim, se elas são esses conjuntos de práticas, então, mudam, são voláteis e solúveis (FOUCAULT, 1984). Desta maneira, podemos dizer que as nossas práticas são o contorno daquilo que, em determinado momento, é responsável pelos atos conscientes dos nossos pensamentos (FOUCAULT, 2010).

Por conseguinte, acerca disso, para autores como Deleuze (1986, p. 67), aquele pensamento desempenhado por Foucault, “constitui uma espécie de neokantismo próprio” daquele pensador. No entanto, é preciso deixarmos claro que têm diferenças essenciais entre Foucault a Kant, isto é, não se trata de uma extensão de pensamento, mas uma busca hermenêutica de pensar além do que nos já é dado, tanto no escrito do alemão quanto tentando extrair conceitos novos e que favorecesse suas reflexões do presente.

Assim, conforme Deleuze (1986, p. 67), o pensamento foucaultiano busca destacar, tecendo uma crítica a Kant, que, “as condições são as das experiências reais e não as de todas as experiências possíveis”. Assim, estas, “[...] estão do lado do “objeto”, do lado da formação histórica e não do sujeito universal (o próprio a priori é histórico)” (DELEUZE, 1986, p. 67).

Por consequência disso, o filósofo francês – me nossa concepção –, diversificou a noção contemporânea de sujeito e, também, aumentou o leque de definição dos sujeitos e suas práticas na segunda metade do século XX. São por essas razões expostas, que Foucault (2008b) defende que o homem do humanismo (ligado à Filosofia de Kant) desaparece na atualidade. Por que os sujeitos agora são conjuntos de experiências e discursos, conhecimentos e saberes definindo novos tipos de sujeitos. Ainda, fazem partes de jogos de

produções de poderes, visto que esses, como já demonstrado, são como malhas.

Desta forma, em síntese, a intenção de Foucault (2004) não é fazer uma extensão de Kant, mas questionar as comunidades que pertencemos. Assim, ao resgatar a "ontologia crítica do presente" kantiana não é apenas a nível de fundação dos discursos e sim buscar os limites. Pois, o opúsculo kantiano foi uma tentativa de responder uma pergunta realizada em um jornal de sua época, a saber: "O que é iluminismo que nos encontramos?". A critério de informação, o jornal alemão foi o "*Berlinische Monatsschrift*".

Por isso, o filósofo alemão, tratou de dar definições dos acontecimentos de sua atualidade (século XVIII), porém, questionando da seguinte maneira: "qual a diferença que o hoje introduz em relação a ontem?". Isto é, ao buscarmos no nosso presente o que nos torna diferente de outros tempos, é ter, em grande medida, compreensão dos acontecimentos que nos cercam.

Desta maneira, Foucault (2004) ao perceber esse novo ponto sobre o presente enquanto acontecimento, através do opúsculo, mostra como essa ontologia do presente é significativa para podermos ter uma noção das possíveis rupturas, do que somos e das mudanças. Assim, questionar e buscar questionarmos a nossa atualidade, possibilita retomarmos, à vista disso, o que o francês definiu de projetos de críticas práticas, só com as formas de ultrapassagens possíveis.

Destacamos, por assim dizer, que aqui – nesta pesquisa – atualidade e presente são conceitos mais além de que sinônimos, pois, a atualidade tem precedências e possibilidade de continuidades que nos atravessam. Porém, o presente já é ao contrário, ele mesmo tem que dar lugar a um outro novo presente, nessas "continuidades" históricas (passado, presente e futuro) (FOUCAULT, 2004).

Ou seja, é na atualidade que temos lugares de/para rupturas das grades epistêmicas e aonde fazemos as resistências em um Estado cada vez mais ferramenta de jogos biopolíticos/poderes. Por isso, refletimos, a população espera auxílios de bem-estar-estar social de um Estado que na sua política,

apenas agiu em favor de padrões e modelos que confrontam os verdadeiros anseios sociais. Mesmo almejando um Estado mínimo.

Desta maneira, para fazer a resistência é preciso começarmos a pensar sobre si mesmos, indagar nossas próprias condições, isto é, compreender nossa condição na atualidade não só em uma perspectiva eventual - presente - ou histórica. Mas em uma prática que nos possibilite repensarmos a si mesmos, reavivando as memórias e nos colocando em instantes que saltam aos olhos. Assim, por isso que essa pesquisa não pretendeu apenas perceber o indivíduo montado a partir de uma condição própria, que vai pela coragem e pela disposição de espírito, pensamento liberalista kantiano. De forma contrária, através de Foucault (2008), pretendemos perceber sua concepção “ontológica da atualidade”.

Somos, para ele, na verdade, conjuntos de práticas produtivas de poderes, experiências – no sentido dos acontecimentos históricos –. Se os sujeitos podem ser conjuntos de práticas neoliberais e outrora liberal entre outros, então, reiteramos, essas práticas mudam, são voláteis, solúveis, produzem e são produzidas. Questionar nossa atualidade é uma maneira de resgatar o eterno contido na imanência, visto que, não está além do presente, do instante e nem velado por ele. Pensarmos desta maneira é um exercício em que a extrema atenção para com o real, é confrontado com a prática de uma liberdade, que simultaneamente respeita o real e o viola (FOUCAULT, 1984).

Por isso, ao compreendermos como o neoliberalismo foi constituído e seus dispositivos, a partir de Foucault (1984), como a própria escola, onde nos atravessamos o “modo de relação consigo mesmos”, favorece por sua vez - enquanto resistência - criar novos modos de relações conosco mesmos e com os outros. Pois, termos conhecimento de si próprios e nossos lugares nessa atualidade é um caminho para se percorrer nos saberes e poderes que estão com suas presenças continuadas.

Assim, o que nos interessa em analisar *Qu'est-ce les Lumières?* (1984) e ao mesmo tempo o artigo de 1978, é demonstrar como se dá essa concepção “ontológica do presente” à medida que inscreve a interrogação sobre ‘o que sou’ ou ‘o que somos’ em uma realidade histórica determinada ou nesses momentos,

nesses instantes da humanidade. Pensar isso para podermos ir além do *homo oeconomicus*, que surge como solução nas vivências das pessoas (Foucault, 2008).

Desta maneira, podemos sintetizar, que a 'ontologia do presente' é uma investigação da atualidade na esfera dos acontecimentos históricos e das memórias. Pois, estas darão suportes as investigações para compreendermos os pensamentos foucaultiano e, principalmente, sua "ontologia do presente".

Então, diante disso, ao resgatar Baudelaire, Foucault (2008) não faz somente a partir de seus poemas, mas de suas concepções acerca dos conceitos de estética e arte. Logo, aquele poeta 'vai' ao presente, indagando o agora, o que passou e vê na memória possibilidade de questionar os acontecimentos nos tempos. Assim, é um poeta que nos dá lugar de reflexão e suporte para a resistência. Isto é, a poesia e o poeta, vagabundos, inúteis, expulsos das repúblicas, os artistas, inutilidade para o neoliberalismo, mais mercadoria...

Esse poeta, supracitado, consagra que a resistência na atualidade é "ousar afirmar", no mesmo momento, nas mesmas intensidades, forças e fragilidades das memórias. E está ligado aos desejos de querer 'retornar' e ao mesmo tempo a impossibilidade de retornar, os ânimos da atualidade e a morte próxima (GAGNEBIN, 1999).

Assim, ao percebermos a atualidade como acontecimentos e que também podem ser neoliberais, muitos grupos sociais acabam tendo medo passagem do tempo e acabam cristalizando. Principalmente os extremistas, tradicionais que receiam movimentos, fluxos e submetidos as vontades deles, por consequência, tentam submeter outros que sejam contrários ou diferentes. Refletindo sobre esses pontos, Foucault (2008, p. 344) em seu artigo, faz um paralelo entre Kant e Baudelaire, como observado na passagem seguinte:

Para a atitude de modernidade, o alto valor do presente é indissociável da obstinação de imaginar, imaginá-lo de modo diferente do que ele não é, e para transformá-lo não o destruindo, mas pela captura do que ele é. A modernidade baudelairiana é um exercício em que a extrema atenção para com o real é confrontada com a prática de uma liberdade que, simultaneamente, respeita esse real e o viola.

Esta passagem nos traz informações ótimas, ao utilizar Baudelaire para confrontar Kant e ter suporte de uma reflexão do seu/nosso agora, coloca a imaginação como caminho para transformar nosso presente. Porém, seguindo um percurso de transformação e não de destruição, para depois construirmos sobre os escombros. Foucault, naquela passagem, também concorda com Kant (1990), que a revolução violenta, guerra civil ou entre Estados, grupos políticos e etc, não é garantia de mudar o quadro social. Pelo contrário, podem surgir novos grupos, novos quadros e problemas. Vejamos sobre isso, mas no pensamento do alemão:

Por meio de uma revolução talvez se possa levar a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar. Novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento (KANT, 1990, p. 448)

Devemos entender, o que se trata aqui, não é retirar legitimidade de revoluções, porém, estando em certa situação, como no caso do neoliberalismo, ter mecanismo para resistir dentro dele. Pois, nem sempre teremos uma multidão lutando, principalmente na nossa atualidade completamente individualista. Também, mesmo com uma revolução as pessoas podem não mudar suas maneiras de pensar.

Desta forma, o que se busca é a mudança de comportamento de nós mesmos, através de práticas e saberes que alicerçarão nossas resistências. Parafraseando o Kant, se fizermos “uma verdadeira reforma” no nosso modo de pensar, conseguiremos evitar que “novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento”. Poderíamos facilmente afirmar que isso é uma “ontologia hermenêutica existencial”, pois busca nos mostrar caminhos para interpretar nós em nossa própria existência. Isto é, faz questionarmos nossas práticas sociais e o que está ocorrendo conosco.

Assim, Foucault (2008) percebe em Baudelaire uma nova interpretação do presente, para ele não se deve pensar apenas o agora, mas a relação que está nas brechas desse presente e o que passou, isto é, o passado e o que construímos como memória. É importante pensarmos nisso, pois a memória, por exemplo, aparecerá não como representações de passados, mas como

apresentações desse “agora” que já foi. Por isso, que a concepção estética baudelairiana coloca que a produção e o fazer artístico devem estar próximos dos seus tempos e de suas memórias (BAUDELAIRE, 1988). Nunca desassociado!

Desta maneira, o “sujeito” baudelairiano contribui com nossa pesquisa, pois tem consciência de si mesmo, do seu lugar e seus cárceres. Isto é, também, está para si na medida que está para o mundo. Porém, destacamos, ele, o sujeito, é produzido pelas suas resistências, recusas e pertencimentos. Ainda, é preciso ressaltar, que pertencer a si mesmo não é tão interessante ao capital neoliberal, visto que é preciso destituir de si mesmo e se permitir às influências externas.

Por isso, essa nossa consciência de si se torna perceptível nos fluxos das coisas, isto é, não precisamos ser o ‘sujeito’ kantiano esclarecido, crítico e autônomo. Mas, um sujeito lançado às possibilidades, às ruas e movimentos que são possíveis no nosso agora, mesmo em um sistema capitalizado, “financeirizado” e atravessador como o atual, não está blindado das mudanças sociais e de nós mesmos (FOUCAULT, 1984). Pois, conforme Baudelaire (1988, p. 21) a nossa atualidade é o “transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o efêmero” (BAUDELAIRE, 1988, p. 21).

Então, a ruptura dos acontecimentos na atualidade pode ocorrer através de um exercício em que a nossa extrema atenção para com o real, é confrontado com a prática de uma liberdade, que simultaneamente respeita o real e o viola. Assim, percebemos na educação um lugar, por exemplo, através da Arte, da Filosofia, propício para esses jogos acontecerem entre a liberdade e o real. Jogos esses, que seriam as condições necessárias em novas elaborações de nós mesmos, isto é, de si mesmos, através de rupturas e de novas produções. Por isso, em nossa atualidade, como crítica, é preciso questionarmos os conceitos de progressos técnicos, racionais e lógicos da sociedade neoliberal (FOUCAULT, 2008).

Decorrente disso, o investigar a relação de si consigo mesmo, através de uma governamentalidade neoliberal, Foucault (2004b) destaca novos

apontamentos para a sua noção de sujeito. Pois, o pensador francês, já não estaria apenas investigando a partir do que os saberes e poderes estavam operando sobre os indivíduos, lhe constituindo apenas como sujeito do saber e do poder, entretanto, também, pensava como o sujeito se constituía e como reconhecia a si mesmo. Por consequência, por exemplo, não podemos olhar os currículos e até mesmo as escolas de forma romântica, pois elas são locais que trazem consigo certas maneiras de exercícios de poderes, de relações consigo mesmo e com os outros.

Desta forma, na nossa atualidade as ações humanas sociais carregam esses pontos e por isso podemos nos direcionar a dimensão 'ético-político-estético' para pensar o 'saber-poder-de-si-mesmo'. Ou seja, temos que ir além das bases críticas – acerca dos poderes – já descritas na pesquisa, para reflexionar sobre as perspectivas possíveis de subjetivações neoliberais. Pois, essas não estão restritas as reproduções atuais de dispositivos estratégicos de poderes e resistências (FOUCAULT, 2004b). O filósofo francês, trouxe alguns comentários sobre essas premissas, o primeiro a partir da ótica do poder:

Não acredito que o único ponto de resistência possível ao poder político – entendido justamente como estado de dominação – esteja na relação de si consigo mesmo. Digo que a governabilidade implica a relação de si consigo mesmo, o que significa justamente que, nessa noção de governabilidade, visto ao conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros. São indivíduos livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos para governar os outros. Isso se fundamenta, então, na liberdade, na relação de si consigo mesmo e na relação com o outro (FOUCAULT, 2004b, p. 286).

Assim, os nossos meios sociais dispõem de vastos mecanismos de poderes não tão simples de predeterminar – se comparado a outros períodos sociais com o jogo do poder mais definido e delimitado –. Por isso que a ampliação da liberdade – consecutivamente –, também, resultará no aumento dos desejos de uns como de outros "de determinar a conduta uma das outras" (FOUCAULT, 2004b, p. 286). De tal modo, o pensador dá outra definição de sujeito como sendo "[...] uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma" (FOUCAULT, 2004b, p. 275).

Sobre essa relação consigo, podemos pensar, não se tem idêntica 'relação consigo mesmo' quando alguém vai votar – o que lhe constitui como um

sujeito político – ou quando você quer satisfazer alguma realização à nível de desejos sexuais ou alimentícios. Isto é, ao perceber que existem diversas formas de “relações e interferências” através de diversas, múltiplas “formas de sujeitos”, fazem o sujeito não ser apenas um, porém, vários sujeitos. Isto é, em cada caso que serão exercidos, se estabelecem modos de relações diferentes consigo mesmos e com os outros (FOUCAULT, 2004b, p. 275).

À vista disso, essas novas concepções ou ressignificações que Foucault (2004b) vai deixando nos diversos processos de suas pesquisas, são percebidas, também, a partir de suas noções éticas. Pois, podem ser encontradas nos saberes epistêmicos que versam sobre esses processos de subjetivizações, a partir de instituição social, como: hospital, escola, família, hospícios e outros.

Em virtude que, Foucault (2004b) não pretende destacar somente mecanismo que possibilita resistir nessas relações de poderes e saberes, mas, vai além nessas reflexões tardias. Destacando meios possíveis para pensarmos as práticas de nós mesmos (acerca de si mesmo), que são mais do que reproduções desses poderes-saberes fundada em si mesmos e sobre os outros. São, então, conforme o filósofo, constituições próprias e singulares, locais onde as realidades sociais e os sujeitos podem ir além das reproduções das formas neoliberais, isto é: o *homo oeconomicus*.

Sobre essa perspectiva, de acordo a Deleuze (2005), Foucault se destacou, entre outras razões, por buscar compreender seu presente enquanto acontecimento, o que estava ocorrendo no seu agora e o que estava permeando, circulando. Este autor ficou, em muitos manuais de filosofia, centralizado a partir das relações de poder e saber dando ênfase a sociedade disciplinar debatida por ele. Mas é preciso ir aos processos históricos, para compreender as investigações foucaultianas que esbarram em diversos temas atuais, principalmente a partir do séc. XV onde alguns pensadores se aceleravam para romper com estruturas dominantes.

De tal forma, podemos afirmar, que sujeito está na medida do discurso, está a nível do saber, em outras palavras, o sujeito é apenas um discursos, uma semântica, uma retórica onde se depositam muitas grafias, mas ele também é

na medida que outros o fazem ser! Por isso, para nós, a educação é um dos meios dessa governamentalidade, isto é, a escola moderna é um meio de educar a partir da visão da sociedade burguesa, como, por sua vez, estabelecer narrativas acerca dos saberes e das memórias. Agora acrescida aos interesses da governamentalidade neoliberal, com neopentecostalismo, catolicismo, militarismo e outras 'ismos' possíveis.

Sendo assim, as sociedades atuais estão se constituindo através dos conflitos, dos choques das cidades, coabitações, proximidades, contaminações, “epidemias ou ainda a prostituição e as doenças venéreas” (FOUCAULT, 2014a, p. 138). Na nossa atualidade neoliberalista, como na brasileira, foram forjadas outros métodos de discurso, retóricas e principalmente de governar os outros. Ainda, outras formas de docilizações, controles sociais, políticos e econômicos (FOUCAULT, 2008b).

Desta maneira, "o indivíduo constitui-se enquanto subjetividade, a partir de uma relação que ele estabelece consigo mesmo". De tal forma, que esses modos de relações consigo mesmos dos sujeitos podem ser definidos como construções historicamente singulares. Pois, são por essas razões, que o neoliberalismo pode produzir 'modos de subjetivação' ou 'formas de relação consigo mesmo' (FOUCAULT, 2008b). Essa forma de subjetividade, pode ser encontrada – entre outros – na entrevista de Foucault (2008, p. 1537) denominada "A ética do cuidado de si como prática da liberdade" (1984), nesta ele afirmará que o sujeito pode ser percebido como uma “forma”, mas “nunca idêntica a ela mesma”.

Assim, o sujeito, nestas investidas neoliberais, não pode ser visto como "um ponto original a partir do qual tudo deve ser engendrado", desta maneira, o sujeito foucaultiano pode ser visto como teias de modificações e de formas difíceis de serem capturadas (FOUCAULT, 2008, p. 590). Portanto, o sujeito enquanto forma vive uma 'eterna' mutação, diversificada (diferente – nunca idêntica a si mesma), impossível de universalizar.

Pois, os sujeitos são formas singulares que se modificam de acordo aos processos que se encontram, nos presentes, nas atualidades, nos “agoras” e dos próprios indivíduos lançado as possibilidades. Por isso, para aquele

pensador francês, o sujeito não pode ser, como desejava Kant, apriorístico, isto é, nas suas palavras: "o sujeito não é uma forma fundamental e original" (FOUCAULT, 2008, p. 590). Ainda, a forma de subjetividade não antecederá os próprios sujeitos como suas bases, já que, o sujeito não tem essência ou tão pouco origens.

4.2 O Educador como aquele que resiste a disciplina

Para nós, o educador tem papel fundamental para a sociedade e uma relevância ético-política. Diferente do Neoliberalismo que menospreza a figura do professor, educação e escola enquanto transformação, mas valoriza como mercadoria! De maneira contrária, Foucault (2004c) percebe o educador a partir de dois momentos, o primeiro se deu ao vê-lo como mediador das teorias e práticas.

O segundo através das mudanças na sociedade do século XVIII até a nossa atualidade, principalmente a nível de poderes, politizando seus papéis sociais através das ocupações, condição e tipos de trabalhos. Assim, a partir da ontologia da atualidade, podemos afirmar que os Educadores são os elementos e atores nos seus presentes. No qual, através de análises dos poderes pode se perceber como atua um professor nos funcionamentos dos dispositivos gerais de verdade na sociedade atual.

Assim sendo, para Foucault (2004c), é preciso compreender o papel dos educadores nos regimes de verdades, pois suas práticas requerem reelaborações de suas funções. Pois os dispositivos de produções daquilo que são postos como verdadeiros, buscam submeterem nossas subjetividades fixando-nos identidades únicas e cristalizadas no tempo, sem mutação.

Desta maneira, os educadores, diferente do que é requerido nessas últimas décadas para cá, devem utilizar de suas atitudes críticas perante os quadros de governamentalizações dos Estados. Isto é, em nossas concepções, ter uma atividade crítica, pode até não retirar a educação das malhas dos poderes, mas amplia e faz aberturas aos campos de possíveis resistências.

Por isso, entre outras razões, se tem interesse na escola, para definir, por exemplo, a educação pública baseada em números, português e economia ou tecnólogos voltados a necessidade instantânea do mercado. É importante ressaltarmos, como os conflitos contemporâneos são para governar as subjetividades, os educadores podem ser parte das resistências às constituições de Estados governamentalizados. Isto é, os educadores podem ser fontes de técnicas e dispositivos para que os alunos possam perceber possibilidade de se relacionar consigo mesmos, de governar a si mesmo e de como lidar com os outros (FOUCAULT, 2004c).

Conseqüentemente, perante essas artes de governar, buscam tornarem os educadores dóceis reprodutores conteudistas. Por isso, em nossa concepção, interpretando nossa atualidade através de Foucault (2008), requer do professor(a) um olhar mais minucioso dos conflitos internos e externos a unidade escolar.

Pois as nossas escolas públicas vivem submersas em uma sociedade plural e mutável, sendo preferível que acompanhem as mudanças políticas também. Assim, reclamar apenas dos seus direitos não é impactar o livre mercado e progresso da unidade escolar, mas atentos as suas condições existenciais e trabalhistas, não podem descuidar das transformações sociais em que vivem.

Desta forma, nós como professores, precisamos fazer articulações com outros profissionais de educação e ter redes informativas que possibilitem comunicações e informações. Assim, conseguindo articular, se necessário, enfrentamentos e embates ocorridos nos exercícios de suas funções. Não se trata de nós educadores afirmar o que os educandos devam realizar ou agir e fazer, tão pouco previsões proféticas, pois a ação política do Educador, assevera Foucault (2006, 279):

[...] pertence a um tipo de intervenção totalmente diferente dessas intervenções escritas e livrescas; é um problema de grupos, de engajamento pessoal e físico. Não se é radical por se ter pronunciado algumas formulas, não, a radicalidade é física, a radicalidade concerne à existência.

Assim, destacamos que a governamentalização neoliberal, deixou em mais evidência os jogos de poderes, principalmente pelos modos de governar. Desta forma, ao nosso ver, o professor que pode ser mais um reproduzidor da governamentalidade neoliberal ou burguesa liberal, porém, ele também pode politizar a partir de sua formação específica, favorecendo que os alunos usem os saberes para ser assujeitados e desqualificados por regimes de verdades vigentes ou currículos preconcebidos através de uma racionalidade de Estado.

Então, consideramos que o educador é um criador de ferramentas para clarear as lutas entre os poderes e contra eles. Ele deve saber que suas mudanças podem resultar em efeitos globais, nessa sociedade conectada e instantânea na comunicação. Essa nossa proposta é possível fazendo releituras da realidade, que possam ser capazes de tornar-se efeitos de verdades e que se transformem em ferramentas no meio dessas lutas atuais (FOUCAULT, 2008).

Logo, através de Foucault (2008), destacamos dois dos pontos mais significantes para o educador se preocupar enquanto relação, são eles: de saber/poder e de verdade/saber. Assim, além de suas especialidades e ou formação, o professor pode lidar com as constituições de regimes de verdades, de políticas gerais de verdades e inclui pensar sua própria concepção política. Ou seja, perante uma sociedade que está cada vez mais “tecnificada” e digitalizada, as funções dos educadores deveriam ser reelaboradas, pois os professores estão expostos a diversos perigos.

Isto é, nós – educadores – também corremos o risco de nos restringirmos às lutas conjunturais e fazer reivindicações apenas de setor ou até mesmo ser massa de manobra de partido político. Desta maneira, o educador pode não ter apoio algum, isso pode limitá-lo à movimentos restritos e outros meios possíveis para suprimir suas demandas locais. Porém, reiteramos, são por essas razões que Foucault (2008) pensa a educação como uma atividade que deve passar por reelaborações, visto que na atualidade, as sociedades (de controle) exigem cada vez mais isso.

À vista disso, informamos que os professores podem ser parte dos Estados nos quais vivem, mas, mesmo assim, eles conseguem apontar lugares

estratégicos nas economias políticas de verdades. Isto é, através de Foucault (2008), interpretamos que ao repensarem suas práticas, os professores, devem partir de suas lutas políticas atuais e enfrentar os múltiplos tipos de discursos que se impõem quanto lugares de verdades.

Desta forma, concordando com Foucault (2008), podemos observar os educadores a partir de três pontos fundamentais, a saber: os modos de subjetivações, Verdades e de Poderes. Vale saber, nesta nossa perspectiva, que as verdades não estão fora dos poderes, elas são produzidas a partir de diversas coerções e regulamentações dos mesmos. No quais determinam e diferenciam o que é verdade e ou falsidade, estando a verdade como formas específicas de poderes.

Conseqüentemente, nós educadores não detemos as verdades universais, mas podemos estar conectados às atividades dos dispositivos de verdades na população que fazemos parte. De acordo a Foucault (2008), interpretando à nossa pesquisa, ao agir daquela forma, as nossas lutas locais, enquanto educadores, ganham significados universais e para isso devemos ficar atentos à três perspectivas: nosso lugar nas classes sociais, nas condições trabalhistas/existenciais e nossas disposições nas políticas gerais de verdades.

Então, como destacamos, essas nossas percepções são diferentes do que é desejado pelos governos atuais brasileiros, para esses, os professores devem exercer apenas suas funções, sem condutas, posturas e tão pouco reflexões políticas em sala de aula. Quer dizer, na sociedade do Brasil atual, diferente do que pensa essa pesquisa e Foucault (2008), – erradamente – a atividade de professor e escola não é lugar de se fazer política. Entretanto, os problemas políticos essenciais para os educadores, de acordo a Foucault (2008, p. 14):

[...] não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.

Conforme nossas reflexões, tendo Foucault (2008) como base, fazem mais de dois séculos que a Filosofia questiona "nossa atualidade", isto é, se

pergunta o que nos diferencia de outros momentos, o que acontece na nossa atualidade? É por essa potência, afirmamos, que a Filosofia é uma atividade política por excelência e não pode ser dispensada nas formações das pessoas. Assim, ao percebermos a Filosofia como um lugar de emancipação e questionamento do presente, isso coloca a Filosofia atual como uma atividade diferente da clássica – que buscava a verdade, oculta, velada e que surgirá de algum lugar –.

Decorrente disso, um dos maiores desafios que temos como educadores, é fazer resistências às tendências dos dispositivos que formatam nossas atividades como “tecnificadas” e com modelos de ensinamentos pré-estabelecidos. Assim, Foucault (2008) salienta que a resistência só é consolidada na educação se houver aberturas por parte dos professores às novidades, para os acontecimentos ou até mesmo nos rompimentos que ocorrem entre as práticas educacionais e os saberes. Desta maneira, diferente do sujeito paralisado, imóvel, ele buscou nos favorecer que tanto os professores quanto os intelectuais sejam capazes de produzir suas próprias armas para analisarem suas realidades.

Isso posto, se for pensarmos no educador pelo percurso neoliberal, ele deve apenas reiterar seu lugar na escola, já que sua “função” se limitaria a levar aos alunos competências e habilidades neoliberalistas asseguradas pelo Estado. Através das normas que os professores são submetidos pela instituição escolar, sendo que a estruturação dessa busca condiciona, nós educadores, através de sua gestão e ordens de discursos emparelhados. Fazendo os professores ter uma prática robotizada, respondendo apenas ao que foi programado. Desta maneira, como afirma Foucault (2008), as atividades docentes estão localizadas entre as relações de poderes e práticas discursivas.

Por conseguinte, a partir de Foucault (2008), portanto, podemos refletir que as atividades dos professores podem ser constituídas como elementos de resistências, mas que também estejam reivindicando nessas suas práticas, possibilidades para mudarem a si mesmos. Através de exercícios de liberdades que, conforme aquele pensador, são promovidos por causa das atenções dadas às singularidades dos nossos acontecimentos. Porém, desta maneira, com a evolução das artes de coerções de condutas, a educação se “tornou” para os

Estados um meio de governar desde da fase infantil até adulta e idosa, não podemos esquecer também do direito de viver e morrer.

Em suma, a partir de Foucault (2014), podemos perceber a resistência como continuidades de enfrentamentos e têm grandes potências ou pequenos presentes “continuados”. Desta maneira, as resistências não podem ser definidas como substâncias ou essências que surgem contra os poderes. Por consequência, devemos compreender que, assim como os poderes, as resistências podem surgir de diversos lugares e se espalharem de acordo às estratégias, aparecendo-nos como possíveis lugares de relações de poderes, se exercendo a partir de várias táticas que se dispersam e movem-se.

Podemos refletir, ainda, se o poder é circular e está em vários locais diferentes, só através da resistência que é possível invertermos e neutralizar os efeitos dos poderes. Percebendo como resultado, que nós professor somos aquele que resistem as investidas neoliberais, isto é, somos o outro lado da moeda do poder e de eternas batalhas contra ele.

Portanto, em "A vontade de saber", Foucault (2019, p. 104) nos faz uma de suas afirmativas mais conhecidas e importantes para nossa pesquisa, a saber: "[...] lá onde há poder, há resistência"! Para nós, essa premissa é direta e clara, não fala de uma resistência fora do poder, mas de uma resistência dentro do poder. De outra forma, não é de percebermos o educador como aquele que resiste ao neoliberalismo fugindo dele, mas 'dentro deste'!

Deste modo, através Foucault (2019, p. 104), podemos pensar a resistência como alvo que o poder "deve contornar" a partir de 4 pontos. O primeiro se refere a onipresença da resistência, essa não deve ser vista como algo externo ao poder, ela é ligada ao poder, isto é, impossível de se dissociar.

Como destacamos anteriormente, não existe poder sem resistência, pois ela se constitui nos mesmos lugares que o poder é exercido. Ao tratar sobre resistência nesta perspectiva, o pensador francês, traça uma análise dos poderes sem exterioridades. Ou seja, para nós, é a resistência quem faz o poder ter relações de forças e não de dominações.

Consecutivamente, o segundo ponto, além de estar presente em todas as

partes como o poder, a resistência também é múltipla, isto é, por ter essa característica não se trata de resistência, mas resistências. Assim, não se resume a um tipo de resistência, mas a vários tipos e de diversas formas sociais. Por exemplo, os movimentos de resistências locais têm importâncias quanto os globais, pois podem ter origens próprias e tradições (FOUCAULT, 2019).

Em síntese, a terceira perspectiva de resistência que destacamos é a irreduzibilidade, isto é, o educador pode exercer a resistência sempre que deseja discordar de ações sofridas, mas de forma mais complexas que as de oposições binárias. Pois, trazendo Foucault (2019, p. 16) para esse debate, essas definições das lógicas binárias "dominante x dominado" são ineficazes para compreender os conjuntos heterogêneos de práticas de resistências.

Visto que, em nossa concepção, nas relações de poderes, as resistências não são passivas, entretanto, são meios irreduzíveis que fazem oposição às dominações, surgindo redes de forças que se multiplicam por todos corpos sociais. Por serem, também, irreduzíveis, as resistências não são subprodutos dos poderes e sim interlocutores irreduzíveis.

Por fim, as resistências são de aspectos positivos, ou seja, neste último e quarto aspecto, a partir de Foucault (2019), destacamos os pontos positivos da resistência para os professores, ou seja, falamos sobre as resistências como potenciais a mudarem nossas práticas, cotidianos e realidades a partir desses processos.

Nessa análise foucaultiana, a negação dos poderes são maneiras menores de resistências, por isso precisam produzir novas interrelações, subvertendo as práticas desses poderes e depois disso mudar as realidades sociais. Isto é, nesse momento, as noções de resistências são pautadas nas possibilidades concretas de subversão dos poderes, pois os poderes não nos dominam por completos.

Portanto, a partir de Foucault (2010), podemos considerar que o educador tem um papel importante nas sociedades, sua função – entre outras – não é assegurar uma tradição ou favorecer tomadas de consciências, contudo, também é de auxiliar a enfrentarmos os sistemas de poderes. Por isso, as teorias não podem ser totalizadas e divididas das práticas do educador, ele precisa lutar,

nos mais variados lugares e onde os poderes estejam.

Pois, mais do que afirmar valores absolutos, bem e mal ou realizar prescrições de ações, nós professores podemos oportunizar as vozes e protagonismos de pessoas silenciadas. Escutando, por exemplo, os contra argumentos de quem está vivendo nesses quadros de problemas locais, como crimes e injustiça transfóbicas, xenofóbicas, homofóbicas e outras facilmente encontradas nos nossos cotidianos.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Como trabalhado no corpo teórico, foi possível mostrar a partir de Foucault, possíveis resistências não fora do Neoliberalismo, mas dentro dele, isto é, não é além ou aquém, sim no nosso “interior” é que se faz a Resistência. Aquele pensador não buscou criar um sistema com seus escritos e sim que servissem de ferramentas para “enfrentar” esses jogos de poderes. Pois o educador é aquele que resiste às normas, percebendo as resistências como subversões dos poderes. Por isso, é preciso que nós, educadores, resistamos aos dispositivos de coerções de condutas político-sociais, que pretendem nos fazer meros profissionais tecnicizados e instrumentalizados através de modelos educacionais pré-concebidos. Para que essas resistências sejam possíveis nas práticas escolares, precisamos ter aberturas aos acontecimentos das atualidades, tanto novos, quanto rupturas das já estabelecidas normas e saberes escolares.

Desta forma, dificilmente uma pesquisa encerra um debate, os saberes são movimentos que superam e são superados, decorrente disso, não se pretendeu encerrar debates ou revolucionar os problemas da sociedade. Mas constatar os fatos que nos cercam e são partes dos acontecimentos históricos das atualidades. Perceber a atualidade como uma saída de emergência, como um meio de sair, não como uma fuga, mas como uma retirada. Pois, parte das reflexões desenvolvidas através dessa nossa ontologia da atualidade são investigações das atualidades nas esferas dos nossos acontecimentos históricos.

Assim, indo na contramão das governamentalidades atuais, nós, enquanto professores, não podemos nos tornar sujeitos docilizados. Nesse estudo, Foucault favoreceu que o educador desenvolva ou produza suas próprias ferramentas para analisar as realidades. Principalmente em uma fase tão neoliberal como a nossa, que busca fazer dos educadores apenas uma ferramenta que segue as normas da razão neoliberal e escolar. Nós, docentes, através de nossa atividade, somos localizados no entrelaçamento das relações de poderes e das práticas discursivas. Por conseguinte, nossas práticas

constituem elementos de resistências, porém isso só pode ocorrer se nessas atividades tiver espaços para exercícios de práticas de liberdades e experiências de modificações de (si) nós mesmos. Pois, são as atenções nas singularidades dos acontecimentos que favorecem esses pontos!

Por isso, para fazermos a resistência aos modos de racionalidades neoliberais na educação, sendo que essa pode servir como ferramenta dos jogos de biopolíticas, devemos ir na compreensão dos indivíduos nessas nossas atualidades. Percebendo-nos como educador ou como sujeitos que estão se posicionando perante as diferentes formas de governar a si e aos outros. Portanto, a ontologia do presente enquanto acontecimento foi importante para podermos mostrar como estão operando os processos sociais atuais e a governamentalidade neoliberal, principalmente no Brasil.

No qual, fortemente se encontra o discurso do “empresário de si mesmo”, gestor de si mesmo, que no fim apenas atende o interesse da racionalização do estado pelo neoliberalismo. Que produz seu sujeito, o *Homo oeconomicus*, o “empresário de si mesmo”, um capital humano que conta cada tempo seu em horas ganhas de lucros. A partir dessas nossas considerações, percebe-se a razão do educador ser resistente às normas, evitar prescrições universais e realizar, através da filosofia foucaultiana (usando-a como ferramenta), a subversão dos poderes, colocando suas atenções para as pessoas e os acontecimentos locais que estão vivenciando.

Desta forma, foi destacado que por mais “romantizado” ou “positivado” seja o neoliberalismo, sua razão política, noção se limita às concepções de estados de bem-estar sociais, rentismos, financeirização, privatizações das estatais ou austeridade que contempla ajuste estrutural. Assim, é preciso ficar atento a razão política neoliberal, principalmente quanto educador, para compreender nas entrelinhas mais escondidas dos fenômenos das sociedades. Resistindo, entre outros, em ser conduzido apenas por ‘condutas econômica’ racionalizada através de cálculos de interesses.

Essa pesquisa conseguiu contemplar todos os objetivos, sendo o geral, desenvolver uma filosofia da memória crítica do neoliberalismo como uma resistência, tendo Foucault como o principal autor, porém foi utilizado outros

estudiosos que consolidaram e auxiliaram na investigação de tal objetivo. De maneira específica, nossa pesquisa conseguiu debater de forma pontual no desenvolvimento, por entre os capítulos.

Mostramos que os currículos educacionais devem ser repensados e que os vigentes são medíocres. Também, não foi pretensão deste estudo elaborar um novo currículo, porém investigar e tecer críticas importantes visto sua significância. Assim, a critério de informação, a metodologia aplicada foi o suficiente para tecer sobre as problemáticas, como também as referências bibliográficas selecionadas e filtradas entre as literaturas corresponderam às expectativas.

Portanto, ao refletir sobre nossa atualidade, fica destacado que o Educador é capaz de indagar e confrontar sobre a educação que se tornou um “preparatório” empresarial, educação apenas focando nas necessidades do mercado de trabalho. Mas, como destacamos na pesquisa, para lidar com essa governamentalidade neoliberal, para além de suas concepções político-econômicas, requer sabermos que seus processos subjetivos formam indivíduos ‘convertidos’ em ‘máquinas-competências’ e que seguem todas as lógicas culturais do empreendedorismo capitalista-neoliberais. Por isso, precisamos ter consciência que esse ‘modelo econômico’, ofertas e procuras, modelos de investimentos, lucros e custos são transformados em modelos de relacionamentos sociais, existenciais, modos de se relacionar consigo mesmo, com seu tempo, meio e outros.

Por fim, os governos devem ser percebidos como tecnologias de condução de condutas, desejáveis aos sujeitos inseridos nesses modelos de racionalidade governamental. Por isso, o indivíduo deve resistir ao modelo empresarial, a essa cultura do empreendedorismo. De atuar ou agir conforme conjuntos de capacidades, destrezas e aptidões próprias ou valores de mercados. Se apresentado como modelos próprios de capitais ou cálculos de valores de trocas, a esse corpo empresa capitalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. trad., coord. e rev. Alfredo Rossi; rev. de trad. e trad. dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. - 5ª ed.; -- São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argus, 2009.

BARIFOUSE, R. **Ciências humanas são tão importantes quanto exatas e biológicas', diz professora de Harvard**. BBC News Brasil, São Paulo, 30 de abr. de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48070180> Acesso em: 03 de mar. de 2022.

BATISTA, Paulo. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. PUC-Goiás, 1994. Disponível em: professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf Acesso em 17 de abr. de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. – Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf Acesso no dia 02 de ag. de 2021.

BRASIL, República Federativa do. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf Acesso no dia 05 de ago. de 2021.

BRASIL, República Federativa do. **Resolução nº 1, de 2002-CN**. Câmara dos Deputados: centro de documentação e informação, 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2002/resolucao-1-8-maio-2002-497942-normaatualizada-pl.html#:~:text=RESOLUÇÃO%20Nº%201%2C%20DE%202002-CN%20Dispõe%20sobre%20a,e%20dá%20outras%20providências.%20O%20Congresso%20Nacional%20resolve%3A> Acesso em: 18 de abr. de 2022.

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm Acesso em: 18 de abr. de 2022.

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 18 de abr. de 2022.

BORGES, H. **Bolsonaro defende cortes em cursos de humanas diz que dinheiro do contribuinte deve ir para leitura escrita e fazer conta**. Jornal O Globo, Brasil, Rio de Janeiro, 26 de abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980> Acesso em: 14 de fev. de 2022.

CIDADE ESCOLA APRENDIZ. Necropolítica. **Educação e Território**, Conceito Glossário, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/necropolitica/?gclid=EAlaIQ...> Acesso em: 17 de ab. 2022.

COSTA, Leandro S.; SALZTRAGER, Ricardo. O neoliberalismo como 'produtor' de memórias, identidades, subjetividades e um enfraquecimento do poder de criação. **Anais - 9º CONINTER**, Campos dos Goytacazes-RJ, UENF, 2020. Disponível em: <https://www.event3.com.br/anais/coninter2020/297528-o-neoliberalismo-como-produtor-de-memorias-identidades-subjetividades-e-um-enfraquecimento-do-poder-de-crianc/> Acesso em: 05 de mar. de 2022.

COSTA, Caio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. **Revista USP**, São Paulo, n. 66, p. 178-197, jun./ago. de 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13446/15264> Acesso em: 14 de fev. de 2022.

CORTI, Ana; SALLES, Stéfano; ARAÚJO, Thayna. Desigualdade na implementação do Novo Ensino Médio preocupa educadores. Artigo Jornalístico - CNN, Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desigualdade-na-implementacao-do-novo-ensino-medio-preocupa-educadores/> Acesso em: 18 de abr. de 2022

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: Capitalismo e Esquizofrenia; trad. De Luiz B. – São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Conversações**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIMENSTEIN, G. **Ministro do MEC pediu fim do ensino de filosofia em universidades do Nordeste**. *Catraca Livre, Notícias*, 09 de abr. de 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/ministro-do-mec-ja-quis-o-fim-do-ensino-de-filosofia-no-nordeste/>

EAGLETON, Terry. **A ideologia estética**. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FORUM, Revista. **Ministro da Educação acha que universidades do Nordeste não deveriam ensinar filosofia e sociologia**. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/ministro-da-educacao-acha-que-universidades-do-nordeste-nao-deveriam-ensinar-sociologia/> Acesso no dia 29 de jun. de 2021.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In R. Machado (Org.), **Microfísica do poder** (28a ed., R. Machado, Trad.). – São Paulo: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade vol. 1**: A vontade de saber. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

- _____. **Microfísica do poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.
- _____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- _____. **O governo de si e dos outros**. – São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982); trad. Marcio Alves da Fonseca e Salma Annus Muchail. – 3° ed. – São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010. – (Obras de Michel Foucault)
- _____. **Ditos e Escritos, vol. 2**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- _____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). trad. Eduardo Brandão, rev. de trad. Cláudia Berliner. -- São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.
- _____. **Ditos e escritos, Vol. 4**: Ética, estratégia, poder-saber. Org. Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. O que são as luzes? In: **Ditos e escritos, Vol. 4**: Ética, estratégia, poder-saber. Org. Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. **Ditos e Escritos, Vol. 1**: Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- _____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). - São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **História da sexualidade vol. 2**: o uso dos prazeres. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. – Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- _____. **O que é a crítica?** Espaço M. Foucault, 1990. Disponível em: filoesco.unb.br/foucault Acesso no dia 10 de jul. de 2021.
- _____. **História da Sexualidade, vol. 3**: Cuidado de si. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Quést-ce que la critique?** [Critique et Aufklärung]. *Bullet de la Société Française de Philosophie*, t. LXXXIV, année 84, n. 2, p. 35-63
Palestra de Michael Foucault em 27 de maio de 1978, à Sociedade Francesa de Filosofia, no Anfiteatro Michelet, na Sorbonne, Paris.

GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Orgs.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Thayse; LEHER, Roberto; COSTA, Hellen. O Trabalho Docente em Grupos Empresariais de Ensino Superior e o Mercado de Ações na Bolsa de Valores: Um Estudo a Partir dos Conflitos. **Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 08, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Grupos-privados-de-capital-aberto-e-marcas-associadas-ensino-superior-2019_fig1_338700950 Acesso em: 18 de abr. de 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

KANT. Resposta à Pergunta: Que é ‘Esclarecimento’? In: **Textos Seletos**; trad. Floriano de S. Fernandes. – Petrópolis: Vozes, 1974.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: o que é o iluminismo, in *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1990. Disponível em: www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf Acesso em 02 de mar. de 2022.

LAVAL, C. **O ataque estratégico do neoliberalismo à educação**. Boi Tempo, 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/> Acesso no dia 10 de jun. de 2021.

_____. **A Escola não é uma empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. trad. Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. – Londrina: Editora Planta, 2004.

LEMOS, Flávia C. The government of subjectivity through judicialization in the security device. **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, v. 70, n. 1, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400012&lng=pt&nrm=iso#:~:text=Um%20segundo%20aspecto%20relevante%20ressaltado,%2C%20educativas%2C%20culturais%20e%20políti cas. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: **Carta acerca tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich. **A filosofia na Idade Trágica dos Gregos**. -- Rio de Janeiro: Editora 70, 2009.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, ed.9,

2019. MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, ed.9, 2019.

MARTINS, E. A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. **Revista Olhares e Trilhas**, Uberlândia, a. VI, n. 06, p. 31-36, 2005. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/olharesetilhas/article/view/3475/2558 Acesso em: 06 de mar. de 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PACHECO, Denis. As mídias sociais como arma de governo: Driblando as críticas da mídia, governo Bolsonaro se comunica diretamente com seu “Brasil paralelo”. **Jornal da USP**, v. 01, n. 01, 24 de set. de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/as-midias-sociais-como-arma-de-governo/> Acesso em: 14 de fev. de 2022.

PEREIRA, Valmir. A concepção de indivíduo nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio. **Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras**, Campus de Araraquara, 125 f., 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90308/pereira_v_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 08 de jan. de 2022.

REVEL, Judith. **Foucault, une pensée du discontinu**. Paris: Mille et une nuits, 2010.

_____. **Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanese, Carlos Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005.

REZENDE, C. **Weintraub**: 'Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro'. UOL Notícias 14 de jun. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quer-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.html> Acesso em: 03 de mar. de 2022.

SALZTRAGER, Ricardo. O homossexual disciplinado e suas verdades. **Estudos de Língua (gem)**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 1, p. 79-94, jul. de 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/9152/6004> Acesso em: 14 de fev. de 2022.

_____. Identificações grupais e estranhamento: a memória do que se tenta sepultar. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 48., n. 1, p. 128-146, 2016. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v48n1/v48n1a09.pdf Acesso em: 14 de fev. de 2022.

_____; LOURENÇO, Felipe. As verdades em Foucault e Benjamin: uma contribuição ao campo da Memória Social. **Interthesis, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas**, UFSC, Florianópolis-SC, v. 4, n. 1, jan./abr. de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807->

1384.2017v14n1p41/32912 Acesso dia 14 de fev. de 2022 Acesso em: 07 de mar. de 2022.

SILVA, Jane S. da. Multieducação e nova escola: considerações sobre as políticas sociais educacionais em fins do século XX. **Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Faculdade de Serviço Social, 129 f. 2007. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/16042/1/Dissertacao%20Jane%20S%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 14 de fev. de 2022.

SILVA, F. **Filosofia no Nordeste?** Jornal O Povo, Artigos e Notícias, edição de 25 de mar. de 2021. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opinioao/2019/04/30/filosofia-no-nordeste.html> Acesso em: 01 de mar. de 2022.

SMITH, Adam. **Ariqueza das nações; Investigação sobre a sua natureza e duas causas**. São Paulo: editora Nova Cultural, 1996.

SOUZA, J. **Universidade nordestina não deve ensinar filosofia, diz novo titular do MEC**. UOL Notícias e Coluna, 08 de abr. de 2019. Disponível em: <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2019/04/08/universidade-nordestina-nao-deve-ensinar-filosofia-diz-novo-titular-do-mec/> Acesso em: 02 de mar. de 2022.

VIRTUAL CAPITALIST. **The Illusion Of Choice - Cervejas: A ilusão da escolha**. Linguagem Geográfica, 2019. Disponível em: linguagemgeografica.blogspot.com/2019/03/cervejas-ilusao-da-escolha.html Acesso em: 17 de abr. de 2022.